



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**A crise da democracia no regime da informação: a racionalidade neoliberal observada a partir dos casos Brexit e Bolsonaro.**

**Laura Beatriz de Almeida Cezar Ortellado**

Florianópolis

2024

Laura Beatriz de Almeida Cezar Ortellado

**A crise da democracia no regime da informação:** a racionalidade neoliberal observada a partir dos casos Brexit e Bolsonaro.

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Relações Internacionais.

Orientador(a): Prof.(a) Danielle Jacon Ayres Pinto.

Florianópolis

2024

Ortellado, Laura Beatriz de Almeida Cezar

A crise da democracia no regime da informação : a racionalidade neoliberal observada a partir dos casos Brexit e Bolsonaro / Laura Beatriz de Almeida Cezar Ortellado ; orientadora, Danielle Jacon Ayres Pinto, 2024. 152 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. democracia. 3. neoliberalismo. 4. modulação digital . I. Pinto, Danielle Jacon Ayres. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

Laura Beatriz de Almeida Cezar Ortellado

**A crise da democracia no regime da informação:** a racionalidade neoliberal observada a partir dos casos Brexit e Bolsonaro.

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 17 de abril de 2024 pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Helton Ricardo Ouriques, Dr. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof.(a) Riva Sobrado de Freitas, Dr.(a) Universidade do Oeste de Santa Catarina  
(UNOESC)

Prof.(a) Tatiana Vargas Maia, Dr.(a) Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Insira neste espaço a  
assinatura digital

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Insira neste espaço a  
assinatura digital

Prof.(a) Danielle Jacon Ayres Pinto, Dr.(a)  
Orientador(a)

Florianópolis, 2024.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer à minha orientadora, Danielle Jacon Ayres Pinto por ter aceitado orientar um trabalho tão novo e incomum para a área de relações internacionais: professora, sem o seu contínuo suporte não estaríamos aqui, muito obrigada. Meus mais sinceros agradecimentos à banca de qualificação pela receptividade a um tema como este, e ainda, pelas recomendações e considerações. Em seguida, gostaria de agradecer à professora Sandra Caponi, do Departamento de Sociologia e Ciências Políticas da UFSC, cuja disciplina “Neoliberalismo e Sofrimento Psíquico” foi imprescindível para o capítulo teórico desta pesquisa. Os agradecimentos se estendem aos meus colegas de classe, cujas discussões teóricas me renderam grandes contribuições em termos de compreensão e reflexão quanto à racionalidade neoliberal.

Ademais, gostaria de agradecer à professora Clarissa Dri, do Instituto de Economia e Relações Internacionais da UFSC, cuja paciência e gentileza me ajudaram a seguir em frente com a construção do projeto para concretizar esta pesquisa. Aos meus colegas da turma de mestrado de 2022: obrigada pelo companheirismo, suporte e solidariedade, foi uma ótima experiência conviver com vocês. Em particular, gostaria de agradecer a Kleber Mesquita por todos os almoços no RU, os passeios ao redor da UFSC e as discussões acaloradas no meio tempo sobre Foucault, a filosofia científica, e todo o resto. Amigo, obrigada por me ajudar a amadurecer minha visão de mundo. Por fim, mas não menos importante, gostaria de agradecer à minha família, que sempre me apoiou e incentivou quando precisei; e, às minhas amigas, Letícia, Nínive, Bárbara e Jéssica: obrigada por tudo, vocês são incríveis. À Frieda Westermeyer, todo o meu carinho: mein liebes, danke, dass du immer für mich da bist.

(...) Este processo eleitoral também foi caracterizado pelo contraste entre distintas visões de mundo. A nossa, centrada na solidariedade e na participação política e social para a definição democrática dos destinos do país. A outra, no individualismo, na negação da política, na destruição do Estado em nome de supostas liberdades individuais.

A liberdade que sempre defendemos é a de viver com dignidade, com pleno direito de expressão, manifestação e organização.

A liberdade que eles pregam é a de oprimir o vulnerável, massacrar o oponente e impor a lei do mais forte acima das leis da civilização.

*O nome disso é barbárie.*

Presidente Lula em seu discurso de posse pronunciado no Congresso Nacional,  
01 de Janeiro de 2023.

## RESUMO

A dependência criada pelo avanço nas tecnologias de informação e comunicação resultou na necessidade de utilização de aplicativos e redes sociais para as mais simples tarefas diárias, e, em contrapartida, passou a definir as relações sociais por meio da interação online, e mais eminentemente, ditar as formas de compreensão e discernimento do indivíduo através da disseminação de narrativas e da determinação de tópicos de discussão político-sociais. Dessa forma, propõe-se compreender como processos democráticos, com foco nas eleições, estão sendo afetados pela manipulação de informações através do meio digital. Através de uma revisão bibliográfica narrativa, constatou-se a existência de uma racionalidade: a racionalidade neoliberal. Essa racionalidade tem reestruturado a(s) sociedade(s) e, a partir disso, construído um novo tipo de indivíduo. Esse novo indivíduo tem suas experiências capturadas por meio de infraestruturas de coleta e processamento, e, os dados gerados por esse processo são apropriados a fim de gerar perfis psicométricos. Esses perfis permitem a predição precisa do comportamento do indivíduo. A partir dessa predição, qualquer conteúdo pode ser micro-direcionado de forma a ser o mais persuasivo possível. Surge daí uma nova forma de dominação na qual informações e seu processamento por algoritmos e inteligência artificial podem determinar decisivamente processos sociais, econômicos e políticos, o que diretamente afeta o sistema democrático. A fim de melhor caracterizar esse fenômeno são analisados dois casos: as eleições que nomearam Jair Bolsonaro presidente da república no Brasil em 2018, e o plebiscito que determinou a saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit) em 2016. Apesar de suas diferenças, é possível perceber que existe um ordenamento, procedimentos e narrativas análogas.

**Palavras-chave:** democracia, neoliberalismo, modulação digital.

## ABSTRACT

The dependence created by advances in information and communication technologies resulted in the need to use apps and social media for the simplest daily tasks, and, in return, defined social relationships through online interaction, and more eminently, dictated the individual's ways of understanding through the dissemination of narratives, as well as the defining of political-social discussion topics. Thus, the aim of this research is to understand how democratic processes, focusing on elections, are being affected by the manipulation of information through digital media. Through a narrative bibliographical review, the existence of a rationality was verified: the neoliberal rationality. This rationality has restructured society(ies) and built a new type of individual. This new individual has their experiences captured through collection and processing infrastructures, and the data generated by this process is appropriated to generate psychometric profiles. These profiles allow accurate prediction of an individual's behavior. Based on this prediction, any content can be micro-targeted to be as persuasive as possible. This establishes a new form of domination in which information and its processing by algorithms and artificial intelligence can decisively determine social, economic and political processes, which directly affects the democratic system. In order to better characterize this phenomenon, two cases are analyzed: the elections that made Jair Bolsonaro president of the republic in Brazil in 2018, and the plebiscite that determined the United Kingdom's exit from the European Union (Brexit) in 2016. Despite their differences, it's possible to notice similarities in order, procedures and narratives.

**Keywords:** democracy, neoliberalism, digital modulation.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Variações de anúncios de apostas divulgados pelo Vote Leave.....	90
Figura 2 – Anúncios de petições divulgados pelo Vote Leave.....	91
Figura 3 – Variações de anúncios do Vote Leave sobre o excepcionalismo britânico.....	93
Figura 4 – Variações de anúncios do Vote Leave com a temática de imigração.....	94
Figura 5 – Variações de anúncios <i>Vote Leave</i> que fazem uso da retórica do “ <i>take back control</i> ”.....	96
Figura 6 – Variações de anúncios com mensagens eurocéticas.....	97
Figura 7 – Anúncios relacionados ao Serviço Nacional de Saúde britânico ( <i>National Health Service</i> , NHS).....	101
Figura 8 – Adesivo de carro utilizando da imagem da presidente Rousseff de forma inapropriada.....	108
Figura 9 – Exemplos de bonecos antipetistas e pró-Moro em manifestações de 2016.....	111
Figura 10 – Imagens que apresentam a narrativa antipetista em conjunção com a narrativa de integridade de Bolsonaro.....	113
Figura 11 – Postagens de Carlos Bolsonaro e Eduardo Bolsonaro em suas respectivas páginas do Facebook, foram compostas para incluir parcelas de grupos minoritários como parte de sua base de apoio.....	117
Figura 12 – Montagem demonstrando a técnica de espelhamento e inversão que produzem nas usuárias do Facebook participantes da página “Mulheres com Bolsonaro” afetos de repulsa visceral para com mulheres de esquerda e o movimento feminista e de simpatia com as mulheres de direita pró-Bolsonaro.....	119
Figura 13 – Imagem exemplo de duplo mecanismo de redução da complexidade contendo: o eixo da equivalência representado no “todo o Brasil” e nas cores verde-e-amarelo, e da diferença representado no “contra o PT” a fim de atingir os afetos de raiva.....	119
Figura 14 – Fotografia de Bolsonaro e Hélio Negão vestindo a mesma camiseta com o slogan “minha cor é o Brasil”.....	120
Figura 15 – Exemplos de <i>fake news</i> sobre a urna eletrônica.....	126

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Subconjuntos da modulação deleuzeana.....	49
Gráfico 2 – Diagrama do método da Cambridge Analytica.....	89
Gráfico 3 – Recorrência de Categorias por Eixo Discursivo.....	112

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Os cinco fatores do modelo OCEAN.....	87
Quadro 2 – Discriminação das informações apropriadas online pela Cambridge Analytica...	88

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BBC	British Broadcasting Corporation
CNN	Cable News Network
CFF	Conselho Federal de Farmácia
DCM	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
HGPE	Horários Gratuitos de Propaganda Eleitoral
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PT	Partido dos Trabalhadores
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
OMS	Organização Mundial da Saúde
RI	Relações Internacionais
SPI	Sociologia Política Internacional
UE	União Europeia
UK	Reino Unido / Grã Bretanha

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>CAPÍTULO 1 - Dos conceitos e conceituações: as democracias, a racionalidade neoliberal e o sofrimento psíquico.....</b>	<b>18</b>
2.1.	1.1. Da teoria, por onde seguimos.....	18
2.2.	1.2. Sobre as democracias.....	20
2.2.1.	1.2.1. Sobre o capitalismo e a democracia representativa (neo)liberal.....	27
2.3.	1.3. Neoliberalismo como racionalidade.....	29
2.4.	1.4. Neoliberalismo e o sofrimento psíquico.....	37
2.5.	Conclusões preliminares.....	44
<b>3</b>	<b>CAPÍTULO 2 - Das perspectivas conjunturais: a modulação, as narrativas e narrativizações, e o regime de informação.....</b>	<b>46</b>
3.1.	2.1. A modulação deleuzeana e a sociedade de controle.....	46
3.2.	2.2. A narrativização do passado e a guerra de narrativas contemporânea.....	49
3.2.1.	2.2.1. A identidade narrativa e as narrativizações do neoliberalismo.....	56
3.3.	2.3. A modulação algorítmica: psicopolítica e o regime de informação.....	62
3.4.	2.4. Nosso lugar no mundo: o Brasil e o colonialismo de dados.....	69
3.5.	Conclusões preliminares.....	73
<b>4</b>	<b>CAPÍTULO 3 - Da teoria à realidade: casos Brexit e Bolsonaro.....</b>	<b>76</b>
4.1.	3.1. As narrativizações do Brexit: contexto e linguagem em perspectiva.....	76
4.2.	3.2. Mindfucking: Cambridge Analytica e as estratégias de modulação pelo digital no Reino Unido.....	85
4.3.	3.3. As narrativizações do Bolsonarismo: contexto e linguagem em perspectiva.....	105
4.4.	3.4. A máquina do ódio: WhatsApp e a ascensão do regime de informação no Brasil.....	123
4.5.	Conclusões preliminares.....	131
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>135</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>140</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho pretendeu dissertar sobre como se deu a deterioração da democracia representativa neoliberal a partir da análise da degeneração de sua principal instituição: a eleição. Entendendo que através do controle da discussão política, e por consequência do pensamento político coletivo, houve um enviesamento do resultado nos dois casos escolhidos: as eleições que elegeram Jair Bolsonaro como presidente da república no Brasil em 2018, e o plebiscito que determinou a saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit) em 2016. Apesar de serem casos distintos, de terem ocorrido em diferentes locais e com consequências dissemelhantes, cada qual com suas respectivas particularidades às quais devem ser devidamente observadas, é também possível perceber que existe uma estruturação da racionalidade, de procedimentos e de narrativas análogas. O ponto convergente que mais se destaca foi o uso do meio cibernético, particularmente das redes sociais, de maneira deliberadamente manipulativa a fim de se obter resultados pré-determinados.

Sendo assim, o que guiou esta pesquisa foi o seguinte questionamento: como o regime de informação, no mundo neoliberal, afeta processos democrático-eleitorais? A hipótese principal desta pesquisa é de que o regime da informação afeta os processos democráticos através do uso da psicopolítica e da instrumentalização de técnicas psicométricas, como por exemplo para o direcionamento de conteúdo, seleção dos tópicos de debate político e sociais (*agenda setting*), e disseminação de notícias falsas em massa. Para sustentar tal hipótese, outras são também presumidas: existe uma intensa guerra de narrativas a fim de convencer os usuários através de suas emoções mais do que sua razão; isso é possível graças a racionalidade neoliberal e a sociedade do cansaço derivada do esgotamento dos indivíduos para consigo mesmos, mas também para com a sociedade. Nesse sentido, objetiva-se compreender como processos democráticos, com foco nas eleições, estão sendo afetados pela manipulação de informações através do meio digital. Especificamente, busca-se: compreender o contexto psico-sócio-político dos fenômenos; evidenciar a instrumentalização da internet e das mídias sociais; delinear a guerra de informações e apontar os métodos utilizados para o enviesamento da opinião pública; demonstrar a aplicação dos aportes teóricos através dos casos escolhidos.

Para cumprir os objetivos descritos acima e desenvolver o que foi proposto a seguir pretende-se dividir o texto em três capítulos, para além da introdução e conclusão. O primeiro

capítulo apresenta a teorização conceitual utilizada na pesquisa, e estrutura a compreensão para com o tema e seus componentes, principalmente no que diz respeito às perspectivas teóricas aqui utilizadas. Neste capítulo serão discutidas duas definições principais: democracia, neoliberalismo, bem como a relação entre elas. Em concordância com a interpretação de Dardot e Laval (2016; 2021), o enfoque está sob a racionalidade neoliberal e sua governamentalidade sobre o eu e o outro, seu ordenamento da conduta de governantes e governados; bem como a instrumentalização da lei e da força estatal, o que é essencial para preservar seu controle sobre a economia e a política e assim em continuar a se reproduzir (sistemicamente) e conservar seu conjunto de discursos, práticas e dispositivos. A fim de situar o leitor sobre os aportes teóricos e sobre o demais conteúdo, o primeiro capítulo abre com breve exposição sobre o que é a Sociologia Política Internacional, corrente de pensamento a que pertence essa pesquisa.

O segundo capítulo introduz o digital à teorização, problematizando desde a datificação das subjetividades que criou o *big data*, a psicométrica - o “procedimento impulsionado por dados para a produção de um perfil” (HAN, 2022, p. 29) - que então cria o *profiling* (a caracterização de perfil) que por sua vez torna possível a mercadologização desses dados para uso comercial e, particularmente, para uso político. Argumenta-se que foram desenvolvidas deste processamento de dados formas de predição do comportamento e até mesmo pensamento dos indivíduos, o que em última instância permite o direcionamento de conteúdo (*microtargeting*) a fim de afetar suas opiniões e decisões. Quando utilizado politicamente, este conteúdo é produzido especificamente para construir uma narrativa que beneficiem certos grupos de interesses cujo poder aquisitivo permite bancar as operações - e sua esquematização -; e que tende a favorecer a manutenção da racionalidade neoliberal. Em adição a isso, este capítulo também desenvolve sobre a narrativização e as narrativas, conceitos que serão usados na análise dos casos no capítulo seguinte. Por fim, o último tópico do capítulo situa o Brasil (e o Sul Global) no contexto internacional político-econômico-sociológico do que foi visto anteriormente.

Todos os elementos mencionados constituem uma pesquisa qualitativa, e tendo em vista que os dados e as informações coletadas são obtidas a partir da leitura, interpretação e reflexão de fontes secundárias como livros e artigos acadêmicos, bem como documentários e podcasts, que foram selecionados a partir da relevância para com o tema, se caracteriza uma revisão de literatura narrativa. Isso quer dizer que não há sistematização específica para a

análise crítica da literatura, nem uma metodologia rigorosa e replicável a nível científico. Não se tem a intenção de esgotar as fontes de informações existentes, mas sim de eleger - e a partir disso salientar - material literário que conceba uma nova interpretação da realidade (Toledo e Rodrigues, 2017; Fonseca e Rivero, 2019). A triagem resultou em um conjunto de conteúdo multidisciplinar por natureza (tendo em vista a necessidade de se incluir fontes que interseccionam com a psiquiatria e a sociologia), e assim intencionalmente introduz à área de Relações Internacionais um arcabouço teórico contemporâneo que possivelmente contribua para a progressão dos debates na área. A importância deste tipo de estudo se dá pela atualização do conhecimento sobre uma temática específica a partir de novas ideias, métodos e subtemas proveniente de literatura selecionada, uma vez que consolida ainda mais uma área do conhecimento (Elias et al., 2012).

No último capítulo pretende-se fazer a aplicação da teoria a dois cenários distintos: a saída do Reino Unido da União Europeia (conhecido popularmente como Brexit), e as eleições de Bolsonaro no Brasil. A utilização desses dois casos é propositada: desde o começo da elaboração deste projeto procura-se entender - e por consequência explicar - as ocorrências e decorrências de eventos tais que trouxeram mudanças drásticas ao cenário internacional recentemente, em múltiplos continentes, e que levou à mudança da política de como a conhecíamos. Nesse sentido, a escolha do caso brasileiro, o qual vivenciamos em primeira mão, é essencial para essa pesquisa em termos de imprescindibilidade (é preciso entender o fenômeno que nos afeta diretamente); enquanto que a adição do caso britânico enriquece a análise através da peculiaridade de suas fontes (partindo do recontar em primeira mão de agentes ativamente envolvidos no caso), e ainda com o fato de que foi o único evento de mesma natureza a ser investigado pelas autoridades locais. A intenção é evidenciar a capacidade explicativa da teoria e daí inferir consequências e significâncias para os recortes da realidade apontados anteriormente.

Assim, o método de abordagem aplicado será o hipotético dedutivo definido por Karl Popper (1972). De acordo com Kaplan (1972, p. 12), "... o cientista através de uma combinação de observação cuidadosa, hábeis antecipações e intuição científica, alcança um conjunto de postulados que governam os fenômenos pelos quais está interessado, daí deduz deles consequências por meio de experimentação" a partir da qual pode-se refutar e substituir postulados formulados através do falseamento das hipóteses geradas por estes até que chegue a um ponto onde não se pode mais fazê-lo, e por tanto leve sua corroboração (Gil, 2021, p. 13

e 14). Há de se esclarecer certa discrepância com relação a tal método e o conteúdo desta pesquisa: Popper não acreditava ser possível aplicá-la a psiquiatria; no entanto, ainda que se utilizando de argumentação psicanalítica - cuja capacidade explicativa corrobora a construção do raciocínio - não há nenhuma pretensão em encaixar este estudo em tal área, e portanto, não está em desacordo com o formulado pelo autor. O método de abordagem foi implementado a fim de testar a hipótese popularmente difundida de que o mundo cibernético no geral, e mais especificamente a internet e as redes sociais, são meios neutros, o que portanto implica que são livres de influência externa. Por fim, caracteriza-se como uma pesquisa explicativa pois “têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (Gil, 2021, p. 27).

## **CAPÍTULO 1 - Dos conceitos e conceituações: as democracias, a racionalidade neoliberal e o sofrimento psíquico**

Esse capítulo inicia-se discutindo a linha teórica em que a pesquisa se encaixa, a fim de situar o leitor no caminho que se irá percorrer ao longo do texto; e, com o intuito de fundamentar as escolhas que foram feitas com relação tanto ao conteúdo quanto a forma de abordagem para com o tema e o problema. Em seguida serão introduzidos os conceitos principais deste trabalho: democracia, neoliberalismo e racionalidade. A partir dessas conceituações, pretende-se não apenas estabelecer os termos em que se darão as discussões, mas ainda semear os elementos que contextualizam o que está por vir. Ainda, serão discutidos o sofrimento psíquico e sua relação direta com a governamentalidade estabelecida, com o propósito de expandir a argumentação anteriormente iniciada com os conceitos.

### **1.1. Da teoria, por onde seguimos**

A propósito de esclarecimento a respeito da teoria, mas principalmente a fim de situar esta dissertação num campo “específico” de pesquisa (ainda que se encontre na encruzilhada entre diferentes áreas do conhecimento), considera-se que se enquadre como parte do que Bigo (2013) vai chamar de Sociologia Política Internacional (SPI). A palavra “específico” foi colocada entre aspas justamente porque esta corrente de pensamento não conforma-se à divisão do conhecimento “em níveis de análise para justificar um monopólio disciplinar de um nível específico”, pelo contrário, “ela supõe o engajamento com diferentes domínios de conhecimentos e autores vindos de disciplinas diferentes” (p. 181). Isso porque, de acordo com Foucault (1971), “nenhuma disciplina pode afirmar possuir monopólio sobre o conhecimento acerca de um deles. Tais conceitos apenas têm sentido na forma segundo a qual se relacionam a outros conceitos, pois são interdependentes dentro de uma episteme (ou formação discursiva) específica” (idem).

Nesse sentido, Bigo considera que “a SPI reposiciona as RI dentro de uma tradição humanística, permitindo diálogos construtivos – e, por vezes, polêmicos – com os campos da sociologia, história, teoria política, criminologia e do direito ao redor de “problematizações específicas” (Bigo, p.180). Para além disso, a SPI instiga pensar as RI sociologicamente em termos de *relações de poder*, e assim interpretar a sociedade - não como internacional ou nacional, mas - como uma sociedade de indivíduos, cujas relações são centrais para a

emergência e manutenção tanto de regimes (de poder), como de instituições e governos que surgem, ascendem, se desenvolvem e declinam numa multiplicidade de espaços que vão desde os mais localizados para àqueles conectados a tantos outros que pode-se entendê-los como globais. O objetivo é seguir e traçar os desdobramentos de ações de atores tanto humanos quanto institucionais para determinar sua relevância e seus pontos de coincidência, bem como de convergência, para assim pensar as possíveis explicações das razões imanentes de seu ocorrer, bem como o escopo de consequências, e ainda sua correlação com outros fenômenos (Bigo, 2013).

Por tanto, a SPI defende uma perspectiva processual que entende que observar fenômenos como processos - ao invés de coisas ou mesmo objetos - melhor representa a realidade em que vivemos: “as relações entre agentes são tanto aquilo que torna possível o entendimento de suas práticas quanto aquilo que constitui suas identidades” (p. 178). Logo, há de se contrapor a perspectivas estruturalistas ou funcionalistas, uma vez que o elemento fundamental da análise encontra-se na relação entre atores - e não necessariamente em estruturas ou sistemas - já que são essas relações que, pela prática de seus atores, estabelece e ordena instituições e mesmo campos de ações como o Estado. Por conseguinte, a noção de constante mudança, de fluxo, e de decorrências, permite questionar a reprodução da ordem, das identidades, e das fronteiras (entre áreas) através da análise da formação de sociedades (nacionais ou transnacionais), regimes e redes que possuem características centrípetas e atraem os atores a atuar em ações específicas (Bigo, 2013).

As fontes pelas quais tanto a SPI quanto a revisão de literatura proposta para os dois capítulos teóricos desta pesquisa bebem vêm de uma tradição marxista de análise crítica. Quando Karl Marx (1872) publicou sua(s) célebre(s) obra(s) *Das Kapital*, revolucionou a ciência política, as ciências econômicas, dentre tantas outras áreas do conhecimento, ao definir em termos inequívocos o fenômeno do capitalismo e como nele opera a sociedade. Assim, seu notável legado foi - e mantém-se - primordial para a fundamentação da discussão sobre a sociedade, uma vez que o capitalismo permanece como sistema, ainda que tenha se transformado com o passar do tempo. Sua maior contribuição para esta pesquisa se encontra na minúcia em apontar os efeitos que o mercado exerce sobre os vínculos humanos: o distanciamento do indivíduo com relação a tradições, raízes e laços sociais (familiares e comunitários) e o preço que se foi pago por esse novo tipo de sujeição às leis impessoais que colocam o sujeito como proprietário de si (Dardot e Laval, 2016).

Nesse sentido, a brilhante obra de Michel Foucault contribui ao reconhecer um arranjo de processos de normatização e técnicas disciplinares que educam a mente e controlam os corpos, a fim de fornecer para o mercado os “recursos humanos” necessários para a atividade econômica: fornece o ideal de sujeito ao mesmo tempo calculador e trabalhador produtivo. Embora tenha sido o precursor ao observar tais transformações na sociedade, Foucault não conseguiu vislumbrar com clareza a transformação pela qual a sociedade neoliberal iria passar, uma vez que faleceu cedo em 1984. É aqui que o trabalho de Dardot e Laval (2016), - bem como outros teóricos provenientes de diferentes áreas do conhecimento - reconhecem um ponto importante: não se trata propriamente de adestrar corpos, mas de moldar mentes. A capacidade de “mudar almas” (nas palavras de Margaret Thatcher) é o que de fato garante o domínio de si e do outro, isto é, significa a formação de um novo sujeito que compreende a si e a sociedade através da lente mercadológica do neoliberalismo. É este o ponto de partida para as discussões que se seguem.

## **1.2. Sobre as democracias**

A única concordância entre os pensadores e teorizadores da democracia é discordar de seu significado. Devido a falta de consenso sobre o que é “democracia” há também divergências sobre quantas delas existem - ou podem existir - no mundo; regimes específicos, as condições para sua consolidação e suas consequências para a sociedade (Dahl, Shapiro e Cheibub, 2003, p. 31). Assim sendo, há de se posicionar quanto ao debate; para esta pesquisa (e talvez para todas as pesquisas) é essencial a clareza e especificidade do entendimento sobre a conceituação de seus termos, e a democracia é um conceito amplamente difundido e utilizado, mas difícil de definir. O senso comum costuma interpretar democracia como o governo do povo, ou mais especificamente, “governo em que o povo exerce a soberania” (The Oxford English Dictionary, 2023, s/n), o que corresponde com o que Bobbio (1998, p.319) considera como teoria clássica: “governo do povo, de todos os cidadãos, ou seja, de todos aqueles que gozam dos direitos de cidadania, se distingue da monarquia, como Governo de um só, e da aristocracia, como Governo de poucos”.

Apesar de serem tratadas como sinônimos se referem a dois tipos de democracia: a democracia ateniense, e a democracia representativa. Ambas apresentam características próprias, e é essencial discutir essa distinção. O termo *demokratia* foi cunhado pelos gregos,

provavelmente os atenienses: *demós* significa povo, e *kratos* governar. O âmago da democracia ateniense consistia em assembleias na *ágora*, um lugar público - onde todos os cidadãos estavam autorizados a participar -, que decidiam questões centrais para o governo da cidade, incluindo seus funcionários essenciais. Nesse sentido, o que mais costuma fascinar sobre tal sistema, é a igualdade entre pares, tanto de participar efetivamente das discussões quanto de ser nomeado para funções de liderança. No entanto, essa igualdade se estendia apenas aos cidadãos reconhecidos como tal; ou seja, parcela significativa da população - incluindo mulheres, escravos e estrangeiros - não eram incluídos (Dahl, 2001).

De modo quase que inverso, a democracia chamada representativa é um sistema político cujas características “são a qualidade de ser completa ou quase completamente sensível a todos os seus cidadãos” (Dahl, 2005, p. 2), e onde a definição de cidadão se ampliou para integrar todo e qualquer adulto pertencente ao território a ser governado, excluindo-se apenas estrangeiros não legalizados. O sufrágio universal e o crescimento expansivo da população ao redor do mundo necessariamente originou a impossibilidade de se exercer o poder diretamente como na *ágora* ateniense, onde cada cidadão poderia expressar por si mesmo suas ideias e interesses. Portanto, o âmago da democracia representativa se encontra justamente em representar o povo através da eleição de figuras políticas aptas a governar em prol dos interesses de seus eleitores. Ou seja, é um governo indireto, e como tal, deriva dificuldades inerentes, como atender aos anseios de toda a diversidade de sua população, principalmente de grupos minoritários que, via de regra, costumam ser ignorados em favor da maioria. Ainda, concentra o poder nas mãos de uma classe dirigente que não é constituída apenas por representantes eleitos, mas também por burocratas, e isto dá espaço para a articulação entre dirigentes que pode se tornar corrupta (Dahl, 2001).

De acordo com Chantal Mouffe (2000), a democracia moderna - termo utilizado pela autora para se referir às democracias existentes no ocidente nos últimos dois séculos, caracterizadas por serem representativas; e pela indeterminação radical, significando que os líderes não mais são legitimados por direito sanguíneo conectado a autoridade transcendental, e portanto, há a incapacidade de se obter legitimação definitiva - resgata o princípio de poder exercido pelo povo dentro de um contexto simbólico, uma vez que opera num ordenamento formulado pelo discurso (neo)liberal, o qual dá forte ênfase ao valor da liberdade individual e aos direitos humanos, ambos constitutivos da visão moderna de mundo. Nesse sentido, a

autora destaca que é crucial a percepção de que a política funciona a partir de uma especificidade: a articulação entre duas tradições diferentes.

Há o exercício da tradição (neo)liberal constituída pelo *Rechtsstaat* (Estado de direito), pela defesa dos direitos humanos e pelo respeito da liberdade individual; e ainda o da tradição democrática, pautada nos ideais de igualdade, identidade (entre o povo e seus governantes), e da soberania popular. A autora afirma que elas se articulam historicamente, mas não são necessariamente relacionadas. Essa articulação se deu através de disputas contenciosas, em que ambos os lados estavam cientes do conflito entre suas respectivas lógicas, e dos limites que a democracia chamada liberal impunha à realização de seus objetivos; mas que tentaram “interpretar suas regras de uma forma que fosse mais adequada aos seus objetivos” (Mouffe, 2000, p. 3). Por exemplo, (neo)liberais como Hayek pensavam a democracia como um dispositivo útil para salvaguardar a paz e a liberdade individual, desde que não oferecesse risco às instituições (neo)liberais; enquanto que alguns democratas mostram interesse em rejeitar as instituições (neo)liberais e em lutar por sua substituição, criar uma versão democrática direta, onde a vontade do povo seja expressa sem obstáculos.

Recentemente, a tendência dominante é identificar a democracia como exclusivamente o *Rechtsstaat* e a defesa dos direitos humanos, sobrepunhando o ideal de soberania popular, e portanto tornando obsoleta seu papel no ideário democrático. É o que Mouffe chama de déficit democrático, algo perigoso não somente à legitimidade da democracia (neo)liberal, mas a manutenção de suas instituições que devem ser sempre fortalecidas e defendidas em face da tensão do funcionamento de suas diferentes lógicas. Para fazê-lo, é importante entender o paradoxo que se estabelece a partir da divisão entre o nós e o eles proveniente de quem são os considerados os cidadãos, o *demos*, e os que não são, para fins do exercício dos próprios direitos a serem garantidos pelo Estado; e o respeito aos direitos humanos, que podem ser comprometidos por tal lógica. Ainda, é importante lembrar que os direitos humanos são definidos e interpretados num dado momento, e assim são expressão da hegemonia prevalecente, contestáveis por natureza. Desse modo, em uma democracia (neo)liberal, são sempre impostos limites à soberania do povo em nome da liberdade, daí se dá o paradoxo (Mouffe, 2000).

Mouffe afirma que a tensão entre igualdade e liberdade são irreconciliáveis, e portanto o sistema hegemônico em exercício é o que estabiliza o conflito. Como veremos adiante, o

neoliberalismo se estabeleceu como racionalidade dominante a partir da exclusão de alternativas à sua configuração, e, uma vez inexistente a própria possibilidade de escolha, também se desvanece a legítima expressão de resistência contra as relações de poder em ação. Como expressa a autora: “o status quo tornou-se naturalizado e transformado na forma como ‘as coisas realmente são’” (Mouffe, 2000, p.5). Até mesmo a chamada terceira via ou centro esquerda, que se propõe uma suposta oposição, na verdade se mostra apenas uma versão mais palatável do sistema, onde se busca fazer pequenos ajustes para lidar com o pior da miséria e sofrimento inerentes do neoliberalismo, mas sem desafiar sua hegemonia, ou mesmo oferecer mudanças significativas para a sua estruturação.<sup>1</sup>

Mouffe (2000, p.6), em sua convicção de que “a hegemonia incontestada do neoliberalismo representa uma ameaça para as instituições democráticas”, aponta que os dogmas neoliberais sobre os direitos invioláveis de propriedade, virtudes do mercado, e perigos de interferir com seu funcionamento constituem o novo senso comum que, no final das contas, construiu a ideia de que apenas com um consenso de centro para além da esquerda e direita - categorias que se tornaram obsoletas no discurso neoliberal - pode de fato criar políticas adaptadas à nova sociedade da informação. Isso porque, como também apontam Dardot e Laval (2016), dissidentes da racionalidade neoliberal são rejeitados como retrógrados, e, Mouffe (2000) ressalta: antidemocráticos. A desistência da luta tradicional da esquerda pela igualdade, e a unidimensionalidade do pensamento político - que extingue a possibilidade de transformação das relações de poder vigentes - leva a autora a declarar que não é surpreendente que partidos populistas de (extrema) direita estejam avançando no cenário político de diversos países (Mouffe, 2000).

Mais urgentemente, a autora afirma:

Em muitos casos eles são os únicos a denunciar o “consenso do centro” e a tentar ocupar o terreno de contestação abandonado pela esquerda. Particularmente preocupante é o fato de que muitos setores das classes trabalhadoras sentem que os seus interesses são melhor defendidos por esses partidos do que pelos

---

<sup>1</sup>Essa crítica merece ser observada com nuance devido a distribuição de poder internacionalmente. Políticos do Sul Global, por mais moderados que sejam, estão sempre a um golpe de Estado de serem depostos, presos, até mesmo mortos, se não agirem de acordo com o que “o mercado” estabelece. Há pouca, ou nenhuma possibilidade de autodeterminação nesse cenário, justamente porque a hegemonia do sistema neoliberal é suportada pela hegemonia bélico-militar dos Estados Unidos. Nesse caso, mesmo a “centro esquerda” dos países do Sul pode ser radical para um sistema que se estabelece impiedosamente como única possibilidade de existência. Para saber mais, ler: A desordem mundial (2016) por Luiz Alberto Moniz Bandeira.

sociais-democratas. Tendo pouca fé no processo democrático tradicional, são um alvo fácil para os demagogos da direita (Mouffe, 2000, p. 7, tradução nossa).

Por outro lado, Mouffe (2002) afirma que está acontecendo o desaparecimento do que ela chama de o político, ou seja, “o desaparecimento de uma perspectiva propriamente política” (Mouffe, 2002, p.2). A autora quer dizer com isso que, devido a predominância da racionalidade neoliberal e conseqüentemente da cultura individualista que permeia as sociedades - os quais serão abordados com mais profundidade nos tópicos a seguir - em adição a substituição dos discursos políticos e sociais (como base para a ação coletiva) pela moralidade como narrativa mestra, o debate na esfera pública para a construção de uma política pública (democrática) se enfraqueceu. A moralidade se tornou o único modo de se debater questões sociais, sempre colocados em termos de certo e errado, e que portanto devem ser abordadas racionalmente. A partir disso, o objetivo de uma sociedade democrática (nessa visão) é alcançar um suposto consenso racional obtido através da utilização de procedimentos deliberativos que produziriam resultados imparciais e que atendessem igualmente aos interesses de todos. Há a substituição da compreensão tradicional da democracia como uma agregação de interesses por um novo paradigma: a democracia deliberativa.

Esse novo paradigma tenta erradicar, ignorar, e/ou condenar um aspecto fundamental da política, particularmente da política no sistema democrático: o antagonismo. A dimensão antagônica da política é o que Mouffe nomeia de o político, enquanto que a política em si é entendida como “conjunto de práticas e instituições cujo objetivo é criar a ordem, organizar a coexistência humana em condições sempre conflitantes” (Mouffe, 2002, p.7). A figura do adversário é característica central da política democrática, a existência do oponente com quem partilhamos lealdade aos princípios democráticos, particularmente de liberdade e igualdade para todos é essencial, ainda que ocorra discordância em ambos os lados sobre a interpretação desses princípios. A disputa política de um representante (do povo) para qualquer cargo é constituída justamente porque deseja-se que a interpretação do grupo ao qual pertencem (e conseqüentemente representam) se torne hegemônica; mas, impreterivelmente, não questionam o direito de seus oponentes de lutar pela vitória de sua perspectiva. É isso que torna o sistema democrático de fato representativo (Mouffe, 2002).

Mouffe (2002, p.7) ainda ressalta que “a própria condição de possibilidade da formação de identidades políticas é ao mesmo tempo a condição de impossibilidade de uma sociedade da qual o antagonismo foi eliminado”, isso porque ao criar uma identidade estabelece-se uma diferença que é muitas vezes construída a partir de uma hierarquia, ou seja, a identidade deve ser entendida como algo relacional, criada a partir da ideia de alguém outro que constitui um exterior; e é sempre definida como coletividade (na intenção de representar grupos sociais), cria um nós e eles que pode se tornar - e é importante enfatizar de que tal característica não é intrínseca às relações sociais entre identidades diferentes - antagônicas. A autora deixa claro que isso acontece pela mudança de percepção: o outro que era considerado apenas como diferente passa a questionar a nossa identidade e portanto a ameaçar nossa existência (Mouffe, 2002).

É pelo fato de que “o pensamento liberal é necessariamente cego ao político: o individualismo do liberalismo significa que não consegue compreender a formação de identidades coletivas” (Mouffe, 2002, p.5), que o (neo)liberalismo tem de negar o antagonismo, e daí se utilizar de quaisquer outros meios - econômico, jurídico, moral - para estabelecer seus termos. A racionalização das decisões a partir da lógica de seu funcionamento confrontada à essência antagônica da política revela que há limites ao tal consenso racional, e expõe a improbabilidade de qualquer tipo de imparcialidade proveniente desta. Ainda, aflora a característica de que sempre se concebe a objetividade “como sendo inerente às próprias coisas”, e portanto “se recusa a admitir” que “muitas formas de objetividade social são, em última análise, políticas e que carregam os traços dos atos de exclusão que governam a sua constituição” (Mouffe, 2002, p.6), ou seja, a objetividade - que a autora caracteriza como social - é constituída na verdade por atos de poder. Assim, a negação de o político conduz à impotência, uma vez que não é possível compreender o contexto ao qual estamos vivendo, particularmente o da guinada à direita (Mouffe, 2002).

Outro ponto pertinente à discussão é o papel central das paixões (termo utilizado por Mouffe no que parece ser os moldes aristotélicos) na criação - e quem dirá até na afirmação - das identidades (políticas) coletivas. Veja bem, a democracia no modelo agregativo - antecessor do atual deliberativo que como o discutido anteriormente enfatiza a moral e a razão - vê os atores políticos “como sendo movidos pela prossecução dos seus interesses” (Mouffe, 2002, p.8), mas, a autora afirma que para compreender a política democrática deve-se reconhecer as paixões como a força motriz no campo da política. A partir da criação

de seu modelo de democracia pluralista agonista Mouffe (2002, p) tenta abordar o que reconhece como um dos principais desafios para a democracia: domar a hostilidade entre as partes e neutralizar o potencial antagonismo entre as relações humanas. A ideia então não é de se alcançar um consenso, mas de estabelecer o conflito imanente da democracia moderna através de moldes pluralistas.

Isto é,

a política democrática exige que os ‘outros’ sejam vistos não como inimigos a destruir, mas como adversários cujas ideias devem ser combatidas, mesmo que ferozmente, mas cujo direito de defender essas ideias nunca será questionado. Dito de outra forma, *o que é importante é que o conflito não assuma uma forma de “antagonismo” (luta entre inimigos), mas de “agonismo” (luta entre oponentes). O objetivo da política democrática é transformar o antagonismo potencial em agonismo* (Mouffe, 2002, pág. 9, tradução nossa).

A autora ainda aponta que sem um debate propriamente agonístico na esfera pública que envolvam possíveis alternativas à ordem hegemônica presente, cresce o descontentamento com as instituições democráticas liberais, o que se manifesta no “declínio da participação eleitoral, e na atração exercida pelos partidos populistas de direita que desafiam o *establishment* político” (Mouffe, 2002, p. 1-2), como foi apontado anteriormente, justamente porque tais partidos se colocam como alternativas que de fato rompem com o sistema, ocupando o espaço de contestação que anteriormente pertencia à esquerda. Daí se mostra a importância do entendimento de que há uma articulação resultante de uma configuração paradoxal, já que este entendimento permite perceber a tensão entre as duas lógicas existentes, e ainda qual é a genuína força da democracia liberal.

Nas palavras da autora:

Ao desafiar constantemente as relações de inclusão-exclusão implícitas na constituição política do “povo” – exigida pelo exercício da democracia – o discurso liberal dos direitos humanos universais desempenha um papel importante na manutenção da contestação democrática. Por outro lado, só graças às lógicas democráticas de equidade é que podem ser criadas fronteiras e estabelecido um *demos*, sem o qual nenhum exercício real de direitos seria possível (Mouffe, 2000, p. 9-10, tradução nossa).

Nesse sentido, é uma relação não de negociação (já que não é possível a existência de um consenso), mas de contaminação, significando que a articulação entre dois princípios, ainda que feita de forma precária, cada um muda a identidade do outro. O efeito é de impedir a disseminação total, ou seja, impedir o pleno desenvolvimento de suas respectivas lógicas e de sua plena realização: tanto a liberdade total ou igualdade total são impossibilitadas de existir. Assim, como afirma Mouffe (2000, p.10), é também “a própria condição de possibilidade para uma forma pluralista de coexistência humana em que os direitos possam *existir e ser exercidos*”, ou seja, para que ambos os ideais de liberdade e de igualdade possam coexistir. Objetivamente, também significa perceber que a política democrática em sua forma pluralista necessariamente consiste em formas precárias, instáveis e mesmo pragmáticas para consonância de seu paradoxo constitutivo. Nesse sentido, seguindo o que Wittgenstein sugere, é através de um conjunto de jogos de linguagem que constroem formas democráticas de individualidade que a fidelidade aos valores democráticos é constituída, e não através da argumentação racional.

### **1.2.1. Sobre o capitalismo e a democracia representativa (neo)liberal**

Este não é o único paradoxo da democracia (neo)liberal. A economia capitalista de mercado - e especialmente numa economia capitalista *neoliberal* - inevitavelmente gera desigualdades, inclusive também nos recursos políticos, definido como “tudo o que uma pessoa ou grupo político tem acesso, que pode utilizar para influenciar direta ou indiretamente a conduta de outras pessoas” (Dahl, 2001, p.195). Assim, cidadãos economicamente desiguais têm alta probabilidade de serem também politicamente desiguais. Nesse sentido, fatalmente prejudica a igualdade política, e portanto interfere diretamente com um dos princípios definidores da democracia. Para minimizar seus efeitos nocivos, é preciso que exista a interferência governamental a favor da proteção dos cidadãos desfavorecidos, e, numa sociedade democrática, essa parcela da população de fato demandará políticas públicas nesse sentido. Ou seja, o princípio básico de livre mercado e mínima interferência estatal postulado pela doutrina neoliberal deverá ser desconsiderada a favor da regulamentação do mercado, o que afeta diretamente o funcionamento da economia (Dahl, 2001).

Por isso, é possível perceber a intervenção direta do capital na política, particularmente no que diz respeito à gerência da economia. Através do discurso do desenvolvimento econômico, o capital privado consegue restringir instituições estatais e limitar as alternativas

dos dirigentes para que se adequem às suas exigências. Ainda, cria-se a partir daí a dependência do governo à aprovação e/ou financiamento proveniente deste capital privado, o que acaba tornando a agenda política e os projetos de governo predispostos a atender interesses privados em detrimento das políticas públicas pertinentes. Nesse sentido, Dahl está entre um dos neopluralistas que afirma ser necessário a redução do poder das grandes corporações para que haja de fato um autogoverno. Por fim, tudo isso têm o efeito de estimular à apatia das classes com menor influência política: devido às longas jornadas de trabalho, ao nível educacional desigual e ao acesso às informações ainda não equalizado - dentre outras razões pelas quais discutiremos no capítulo seguinte -, essas pessoas se sentem à parte da vida política, como se sua participação não fizesse diferença nos processos decisórios. Do mesmo modo, os que decidem persistir na participação ativa, percebem o quão mais difícil é fazê-lo, em comparação com as classes privilegiadas (MacPherson, 1978; Belinot e Gomes, 2019).

As consequências dessa apatia incluem a descrença no regime democrático, e a desconfiança no que se trata seu funcionamento ou mesmo de suas instituições, o que, é claro, enfraquece seu compromisso para com este. Ainda, corroi a própria noção de representatividade, devido ao persistente sentimento de que suas demandas não estão sendo adequadamente atendidas - ou mesmo consideradas -, e que nenhuma das figuras políticas no poder se assemelha à si e à classe à que pertence (Dahl, 2005). Cabe trazer a crítica de Schumpeter (1961), o qual entendia a democracia liberal representativa como uma competição entre as elites que, através da propaganda, de um marketing político, obtivesse o voto dos eleitores, das massas. Seria então como um mercado concorrencial, em que se é gerado uma vontade manufaturada a fim de ser comprada pelo povo, como a aprovação de um produto a ser consumido. Nesse sentido, a democracia poderia ser entendida como um método para tomar decisões, o voto como moeda de troca, e os eleitores como consumidores. Essa crítica demonstra o lado cínico que o processo político das eleições pode apresentar quando diretamente influenciado pelo modelo concorrencial neoliberal, particularmente quando sob o banner da “livre concorrência” (Belinot e Gomes, 2019).

### **1.3. Neoliberalismo como racionalidade**

Para Dardot e Laval (2016), o termo neoliberalismo refere-se a uma racionalidade que estrutura e ordena tanto as ações dos governantes, quanto a conduta dos governados. Tem

como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta, e da empresa como modelo de subjetivação dos indivíduos. Assim, seria o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens, segundo o princípio geral da concorrência (p.17). Antes de nos aprofundarmos, é preciso primeiro responder: por que é importante compreender o neoliberalismo como racionalidade? Rubens Casara (2021, p.29) aponta que, “todo poder é exercido a partir de um determinado modo de compreender o mundo”. Portanto, é necessário entender o neoliberalismo como racionalidade para compreender quais relações de poder estão se dando na sociedade, como estão se estabelecendo, quais as suas consequências, e que tipo de normas, sentido e cultura estão edificando. Por exemplo, a racionalidade democrática tende a produzir valores, princípios e regras que reduzem o arbítrio, mas também a opressão. Uma racionalidade autoritária, por outro lado, tende a produzir a naturalização do exercício do poder sem limites, condicionando a atuação das pessoas e instituições através do medo e da obediência cega.

Isso quer dizer que, a funcionalidade da política, da moral, e do direito muda de acordo com a racionalidade, bem como as instituições, as crenças, as ideias, e, daí, as pessoas. Assim, a racionalidade pode ser entendida como “tanto o estado ou a qualidade de agir a partir de razões quanto o conjunto de elementos que explicam, condicionam e justificam essas ações e os fins visados” (Casara, 2021, p.33). Ou seja, os mecanismos de poder que se dão atualmente só podem ser entendidos a partir da compreensão do fenômeno do neoliberalismo, não apenas por sua racionalidade construir sua própria normatividade, imaginário e ideário, mas também por definir os limites do poder, e a forma de exercê-lo. É importante perceber que tipo de *regime de verdade*<sup>2</sup> estabelece-se, para então entender como está acoplado à própria constituição da subjetividade do indivíduo, particularmente a construída na interioridade dos sentimentos, desejos e pensamentos, os quais serão manifestados através de um discurso de aprovação em que o indivíduo define a si mesmo compulsoriamente diante da sociedade em que está inserido (Casara, 2021; Lorenzini, 2016).

Nesse sentido, a(s) racionalidade(s) através dos anos é basicamente o “funcionamento histórico de práticas que estão inseridas em agenciamentos de poder” (Castro-Gómez, 2010,

---

<sup>2</sup>Regimes de verdade são os “tipos de discurso que [uma sociedade] abriga e faz com que funcionem como verdadeiros; os mecanismos e instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros ou falsos, a maneira como se sancionam uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para obter a verdade; o status dos que têm a tarefa de dizer o que funciona como verdade” (Foucault, 1977, p. 13; tradução modificada. APUD, Lorenzini, 2016).

p.34), e, portanto, a distinção entre racionalidades, e, ainda, a caracterização específica e complexificada destas - deixando de lado os dogmatismos, conservadorismo acadêmico e a rigidez de adequação a um único campo teórico explicativo - é o que de fato nos permite a possibilidade de compreender as múltiplas manifestações do poder, suas semelhanças e diferenças, e, assim, possivelmente vislumbrar a lógica interna do exercício do poder do(s) modo(s) em que ele se apresenta em sua determinada época. Ademais, “identificar a racionalidade hegemônica ajuda à explicitação do processo histórico e sociocultural que leva à compreensão do mundo” (Casara, 2021, p. 65), pela qual é possível perceber o que embasa as decisões e o condicionamento das condutas tanto do(s) indivíduo(s), como do Estado, como de acordo com a conceituação de Dardot e Laval (2016). Isso significa que, governar é não só influenciar as ações de outros com a intenção de conduzir suas vidas (governo de outros), mas ainda induzir as ações que exerce por si mesmo, a fim de se construir como um determinado tipo de indivíduo (governo de si); é a forma de conduzir e estruturar a vida a partir de determinadas práticas características à racionalidade (Bedoya e Castrillón, 2017) é isso que Dardot e Laval (2016) interpretam como *governamentalidade* (p.18).

Isto é, a racionalidade vai definir também a *razão de Estado*, condicionando as ações do Estado<sup>3</sup> para que este atinja seus objetivos, de maneira calculada, a fim de se tornar forte e próspero mediante as ameaças que possam surgir. Está intrinsecamente ligado à segurança do Estado, e a naturalização do entendimento de que qualquer ação é possível quando priorizando o resultado desejado acima de qualquer coisa; os fins justificam os meios, como diria Maquiavel. Resumidamente, pode-se dizer que o Estado é, sobretudo, determinada maneira de exercer o poder por determinadas pessoas, em uma determinada sociedade, a fim de manter determinado ordenamento e compreendendo determinada razão de ser e agir. Nesse sentido, é justo dizer que serve à manutenção de determinado modelo político e econômico, e que este é seu principal fim (Casara, 2021). No caso do Estado da racionalidade neoliberal, Dardot e Laval (2016, p.184) observam que tem por princípio “a submissão de sua ação às regras do direito privado”, no sentido de “isentar as regras do direito privado (da propriedade e da troca comercial) de qualquer espécie de controle exercido por uma ‘vontade coletiva’”.

---

<sup>3</sup>O Estado é aqui propriamente definido como: “uma associação de base territorial, constituída por conjuntos de instituições e relações sociais (a maioria delas sancionadas e respaldadas pelo ordenamento jurídico daquele Estado), que normalmente penetra e controla o território e os habitantes que dele delimita. Essas instituições reivindicam o monopólio da autorização legítima do uso da coerção física, e normalmente têm, como recurso último para implementar as decisões que tomam, a supremacia no controle dos meios de coerção sobre a população e o território que o Estado delimita” (O’Donnell, 2010, p. 51 e 52).

Assim, o Estado de direito deve proporcionar certeza diante da “incerteza inerente à situação do indivíduo dentro de uma ordem espontânea tal como a ordem de mercado” (Dardot e Laval, 2016, p. 178), de forma que a ação coercitiva do Estado é subserviente a segurança dos agentes econômicos, e portanto, a justificativa do monopólio do uso da coerção pelo Estado objetiva a proteção do mercado, mesmo que em detrimento do bem-estar social e da redistribuição de recursos. Nesse sentido, é interessante observar que a governamentalidade neoliberal pode recorrer a formas constitucionais e a formas de repressão estatal diretas de acordo com a ideia de necessidade de manutenção da ordem econômica concorrencial. Por isso, a violência do neoliberalismo não é necessariamente do tipo fascista, mas uma violência conservadora (da ordem de mercado), podendo exercer-se inclusive contra a democracia e a sociedade, e até mesmo se utilizar do recurso ditatorial se a razão de Estado assim o demandar. É por isso que democracias e ditaduras neoliberais podem (co)existir (Dardot, Guéguen, et al., 2021, p. 33-35).

Ainda, e embora o neoliberalismo tenha se legitimado a partir da guerra de ideias - antagônico a racionalidade anterior -, ou seja, tenha nascido como “uma crítica sistemática e duradoura de ensaístas e políticos contra o Estado de bem-estar” (Dardot e Laval, 2016, p. 193) durante um período de luta ideológica, se enraizando principalmente a partir dos *second-hand dealers in ideas* - intelectuais, jornalistas, políticos, influencers e think tanks que continuamente criticavam ideais contrárias aos fundamentos neoliberais para então apontar a necessidade em progredir para um novo sistema de ideias - (Blundell, 2015); é uma racionalidade flexível o suficiente para interagir com e absorver outros discursos, ideologias e aspectos culturais distintos. Destarte, a dimensão estratégica do neoliberalismo não se encontra somente na guerra de ideais, ou mesmo na criação da *fobia de Estado*, mas ainda em construir relações “de composição ou de aliança, mas também de antagonismo” (Dardot, Guéguen, etc et al, 2021, p.35), com outras racionalidades políticas, e culturas diversificadas, se utilizando dos aspectos que lhe apetece para designar inimigos, e também para conseguir aliados, ou mesmo seguidores (Dardot, Guéguen, etc. et al, 2021).

É essencial perceber essa dimensão a fim de compreender como e porque o neoliberalismo consegue transformar identidades, discursos e ideais em mercadorias, vendê-los para seu público alvo e assim continuamente debilitar qualquer pretensão subversiva ao banalizá-los. Contanto que não afete diretamente sua hegemonia, capitalizar

todos os aspectos da política - mesmo o lado que se diz contrário ao sistema - pode ser benéfico e menos custoso a longo prazo. Abre espaço para diversas interpretações e a construção de novas narrativas sobre assuntos polêmicos e/ou contenciosos, eventualmente amansando os ânimos a partir da moderação para a construção de um suposto consenso comum, de alcançar uma solução viável (dentro das normas do neoliberalismo) às controvérsias. Ao mesmo tempo, a racionalidade neoliberal preza pela otimização e potencialização da sociedade, colocando-se como um sistema racional e progressivo. Não por acaso se utilizou de técnicas e dispositivos de disciplina (sistemas de coação tanto econômicos como sociais) para “obrigar os indivíduos a governar a si mesmos sob a pressão da competição, segundo os princípios do cálculo maximizador e uma lógica de valorização de capital” (Dardot e Laval, 2016, p. 194).

Está intrinsecamente ligado à própria *fobia do Estado*, que nasceu de um suposto consentimento fabricado, se não do povo, então das elites que monopolizam a palavra pública, possibilitando que dissidentes (da racionalidade neoliberal) fossem estigmatizados como retrógrados. Evidentemente o discurso anti-Estatal (dispendioso, desregula a economia, desestimula a produção, seu caráter inflacionário) e o anti serviços públicos (irresponsável, incompetente, não competitivo) levou a um grande número de teóricos a avaliar a relação custo e benefício dos serviços sociais oferecidos por este e chegar a conclusão que direitos básicos (que devem ser garantidos pelo Estado constitucionalmente) como salário mínimo, seguro-desemprego, sistema de saúde e educação públicos levam a uma série de problemas (como desemprego, déficit, inflação...), e que portanto causam mais problemas do que resolvem (Dardot e Laval, 2016).

Mas, como Dardot e Laval relembram, para além dimensão contábil, essas problematizações provocam a desmoralização da opinião pública que encara o Estado de bem estar social como o vilão que corroi as virtudes da sociedade civil: a honestidade, o esforço pessoal, a civilidade, etc. É nesse sentido que os discursos neoliberais econômicos se tornam moralistas, um bom exemplo é o auxílio social: os programas de assistência social oneram o Estado e a sociedade, mas para além disso produz uma massa de trabalhadores que supostamente não querem trabalhar e portanto vivem às custas dos impostos dos demais (cidadãos), eximindo essas pessoas que necessitam da solidariedade do governo para sobreviver da responsabilidade e da motivação para seguir em frente, desestimulam seu

desejo natural de trabalhar e estudar. Ou seja, “a proteção social destroi valores sem os quais o capitalismo não poderia funcionar” (Dardot e Laval, 2016, p. 211).

Se as virtudes do capitalismo são aquelas que devem ser almeçadas e protegidas, e se a riqueza e a moral repousam sobre elas, então a pobreza é duplamente é viabilizada por diferentes aspectos que invalidam a ação do Estado: os pobres escolhem o ócio não (só) por fraqueza moral, mas porque são pagos para fazê-lo, e, a redistribuição de renda (tirar dos ricos para dar aos pobres através de políticas fiscais ajustadas ao nível de renda de cada cidadão) é dissuadir os ricos de enriquecer e assim desencorajar os ricos de investir seu dinheiro (e assim enfraquecer a economia). Daí a oportunidade perfeita para o retorno dos valores tradicionais: “trabalho, família e fé são os únicos remédios da pobreza”, esses três se interligam pois “é a família que transmite o sentido do esforço e da fé” (Dardot e Laval, p. 212). Se enriquecer é sinônimo de ser virtuoso, então também é, portanto, a razão mais eficaz para aumentar o esforço e empenho dos trabalhadores (Dardot e Laval, 2016).

O indivíduo se torna o único responsável por seu destino enquanto que a sociedade nada lhe deve. Por outro lado, deve-se mostrar merecedor das condições de sua existência, e objetivar sempre o sucesso, e o aperfeiçoamento de si, pois só assim alcança a felicidade, que passou a ser o único propósito da existência. No entanto, não deve-se mostrar satisfeito ao alcançar qualquer meta, uma vez que sempre há como otimizar o que já se conseguiu. Assim, “a vida é uma perpétua gestão de riscos que exige rigorosa abstenção de práticas perigosas, autocontrole permanente e regulação dos próprios comportamentos, misturando ascetismo e flexibilidade. A palavra-chave da sociedade é ‘autorregulação’” (Dardot e Laval, 2016, p. 213). Nasce daí o *empreendedor de si*; o indivíduo que se encontra a todo momento preocupado em ser competitivo o suficiente para se adequar, e que portanto deve capitalizar seus próprios atributos para ter sucesso. Este capital humano se estende a toda e qualquer ação do indivíduo, que tornam-se investimentos que o sujeito faz em si mesmo (Dardot e Laval, 2016; Illouz e Cabanas, 2022; Bedoya e Castrillón, 2018).

Se cada indivíduo é um empreendedor de si que está sempre em concorrência com os demais, há de se observar o caráter individualizador desta racionalidade. O distanciamento de valores como a tradição, apegos familiares e fidelidades pessoais aconteceu através da mercantilização das relações sociais, essa, por sua vez, se deu pelo processo de urbanização e do desenvolvimento do capitalismo. Marx mostrou precisamente quais as consequências

desse rompimento, e, a sujeição às leis impessoais e a valorização do capital acima dos valores humanos foi o preço pago por essa suposta liberdade adquirida. O indivíduo poderia se ver como gozando do livre exercício de sua razão e vontade, proclamar sua autonomia e se ver como proprietário de si, mas, continuava a ser parte dos mecanismos que movem a política e economia, agora com nova roupagem industrialista. A contratualização das relações humanas substituiu as formas institucionais de aliança e de filiação, e, mais em geral, as formas antigas de reciprocidade simbólica. O cerne do individualismo moderno se encontra justamente na percepção da sociedade como “um conjunto de relações de associação entre pessoas dotadas de direitos sagrados”, onde o indivíduo possui plena e total liberdade de compromisso voluntário com o outro (Dardot e Laval, 2016, p. 193).

Essa liberdade, que deve ser assegurada pelo Estado, é ao mesmo tempo condição de possibilidade e a garantia de uma competição livre e pacífica que resultará na distribuição desigual de riquezas, e portanto, produz necessariamente ganhadores e perdedores. Como remontam Dardot e Laval (2016, p.18), a liberdade é, então, condição de possibilidade por “agir ativamente no espaço de liberdade dado aos indivíduos para que estes venham a conformar-se por si mesmos a certas normas”, partindo da ideia de que a extensão máxima de liberdade ao maior número de indivíduos se dá a partir do papel de Estado em garantir a cada indivíduo as oportunidades de realizar seu próprio projeto. Nesse sentido, a liberdade existe justamente por obter-se dela a proporção de seus esforços, cujo acúmulo de bens e o gozo destes é legitimado pelo mérito atribuído a seu sucesso. A meritocracia, nesse sentido, estabelece-se como ponto central para a governamentalidade neoliberal, uma vez que esta: “escora-se num quadro normativo global que, em nome da liberdade e apoiando-se nas margens de manobra concedidas aos indivíduos, orienta de maneira nova as condutas, as escolhas e as práticas desses indivíduos” (Dardot e Laval, 2016, p.20).

É importante destacar a centralidade da meritocracia por duas razões: por estabelecer parte da moralidade presente na racionalidade neoliberal, incluindo o senso de justiça e eficiência; e por engendrar as subjetividades do empresário de si. De acordo com Sandel (2020, p.51): “um sistema econômico que recompensa o esforço, a iniciativa e o talento tem a probabilidade de ser mais produtivo do que um que paga a todas as pessoas o mesmo valor, independentemente da contribuição, ou que distribui posições sociais desejáveis com base em favoritismo”, e, ao mesmo tempo, é virtuoso por se demonstrar (supostamente) imparcial e justo, ao evitar qualquer outro tipo de discriminação se não àquela relacionada às conquistas

personais de cada indivíduo. Concebe o lindo ideal de uma sociedade onde se há controle do próprio destino, em aliança a ilusão de que qualquer um pode alcançar qualquer coisa, bastando o esforço próprio para tanto. É claro, também maquia os problemas estruturais do capitalismo: a desigualdade social, a pobreza, a miséria (e como veremos no tópico seguinte, o sofrimento psíquico) a partir da alusão de que todos os indivíduos recebem o que merecem, independentemente de suas origens ou dificuldades.

Como o discutido anteriormente, ainda vilaniza o insucesso e a infelicidade, qualificando os que não se adequam aos padrões do sistema como merecedores de seu próprio sofrimento, bem como considerando-os inferiores em termos de respeitabilidade. Nesse sentido, promove a necessidade de adequação e auto-realização que diretamente fundamenta o entendimento de mundo do indivíduo neoliberal, mais especificamente como o empresário de si. Por isso, todos os fatores físicos e psicológicos que permitem ao sujeito gerar fluxos de salário e renda (capital humano) são as próprias características que constroem o que cada indivíduo é, o distingue dos demais, e, para além disso, estabelecem os relacionamentos e o senso de pertencimento pelo qual o indivíduo se identificará (Bedoya e Castrillón, 2018; Sandel, 2020; Dardot e Laval, 2016). Sennett (2015, p.18), argumenta que, mais especificamente, a flexibilidade exigida pelo capitalismo flexível impacta o caráter pessoal. Ele entende como caráter o aspecto a longo prazo da experiência humana; são “os traços pessoais a que damos valor em nós mesmos, e pelos quais buscamos que os outros nos valorizem”.

Por isso, Sennett (2015, p. 17-18) argumenta que o caráter é expresso “pela lealdade e o compromisso mútuo, pela busca de metas a longo prazo, ou pela prática de adiar a satisfação em troca de um fim futuro”. A ausência de um “longo prazo” significa a ausência do amadurecimento de relações, principalmente as baseadas no compromisso e na lealdade, pois além da curto prazo de permanência (em um emprego, endereço ou mesmo comunidade) devido a necessidade intrínseca de adaptação e mudança (progressão), as circunstâncias envolvidas na própria disposição em estabelecer laços mais profundos, em primeiro lugar, se esvanecem. O autor se refere às relações sociais principalmente formadas no trabalho, mas acrescenta que é uma tarefa hercúlea impedir que as relações familiares não sucumbam a essa mesma corrosão, quando os valores impelidos pela racionalidade hegemônica se concentram no imediato, exigindo dos indivíduos que suas vidas sejam sempre reprojatadas.

Isso acontece porque a incerteza é generalizada, e hoje uma carreira estabelecida e previsível (com ascensão demarcada e vitalícia) é rara de se encontrar em um cargo não estatal.

Sennett (2015, p.82) então questiona: “como pode um ser humano desenvolver uma narrativa de identidade e história de vida numa sociedade composta de episódios e fragmentos?”, onde os laços afetivos são tênues, a adaptação contínua e a incerteza são entremeadas nas práticas cotidianas, prezando a instabilidade como normalidade. Daí, conclui que: “o capitalismo de curto prazo corroi o caráter dele, sobretudo aquelas qualidades do caráter que ligam os seres humanos uns aos outros, e dão a cada um deles um senso de identidade sustentável” (Sennett, 2015, p.83). Permanecer num estado contínuo de vulnerabilidade pela exagerada ambiguidade do sucesso e fracasso produzida pela administração do risco (de calcular corretamente como melhor capitalizar a si mesmo, mas também de arriscar mover-se entre cargos e relacionamentos) gera uma preocupação surda, contínua, reforçada em que teme-se deixar de agir, tanto pela possível perda de oportunidade (de se conseguir mais e melhor), mas ainda porque, numa sociedade dinâmica como a da racionalidade neoliberal, as pessoas passivas murcham. Se sentem incompletas, obsoletas, insatisfeitas, e são consideradas como tal pela sociedade.

Castro (2022) afirma que ser flexível é “ser capaz de responder simultaneamente a múltiplas demandas” (p.22). Dessa forma, a sociedade neoliberal hipermoderna apresenta a característica específica de escassez de tempo, na qual o tempo que nos é exigido para realizar as demandas e tarefas laborais é cada vez menor. A sobrecarga derivada das novas formas de gestão por meta - no trabalho - são estabelecidas com a intenção de serem um esforço continuamente extenuante, e sem recompensas definidas. Ao mesmo tempo, a medição e avaliação dessas performances são focadas na excelência individual e no assalariamento variável, o que conseqüentemente conduz à compulsão hipercompetitiva. É nesse contexto que emerge a sensação de solidão como consequência dos laços sociais decadentes, e pela constante competição entre pares. Por fim, é inevitável que todos esses fatores fomentem o sentimento de insignificância, já que trabalhar se tornou simplesmente uma luta diária por sobrevivência, e a pobreza desse tipo de existência (a falta de sentido e de permanência) conseqüentemente arraiga esse sentimento (Castro e Ferreira, 2022).

#### 1.4. Neoliberalismo e o sofrimento psíquico

Castro (2022, p.24) chama essa “tensão contraditória entre demandas antagônicas e irrealizáveis”, embutidas em um “campo de experiência empobrecido” e assim a própria precarização da experiência humana de: fenômeno de precarização subjetiva; compreendendo que surge daí os sintomas do mal estar contemporâneo sob a égide do neoliberalismo. Byung-Chul Han (2017) usa uma nomenclatura mais direta ao se referir ao mesmo fenômeno: sociedade do cansaço. Em sua visão, o indivíduo, como máquina do desempenho que busca sempre maximizar seus resultados, procede de uma sociedade do desempenho onde o cansaço e esgotamento excessivos são contínuos e incapacitantes, no sentido de que, nos impedem de fazer qualquer coisa, mesmo atividades de lazer. Han ainda diz que a sociedade do desempenho produz um cansaço solitário, que atua individualizando e isolando, já que a exaustão inibe a vontade de se relacionar socialmente. O constante sofrimento psíquico trazido pelos fatores constituintes de uma sociedade do desempenho geram transtornos psicológicos decorrentes destes - depressão, *burnout*, ansiedade, insônia, estresse crônico, suicídio. Castro (2022, p.20) sustenta que isso deriva da perda de sentido existencial, e portanto é a base para a “produção do esgotamento emocional em razão do estresse crônico”.

Segundo a Organização Internacional da Saúde (OMS), 5% da população mundial (de adultos) sofre de depressão, sendo isto por volta dos 280 milhões de pessoas; como comparativo, são 77 milhões de pessoas a mais do que a estimativa do total de habitantes no Brasil, que se encontra em por volta dos 203 milhões, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022. É uma das doenças que mais mata no mundo (através do suicídio), sendo a quarta principal causa de morte entre as pessoas do grupo dos 15 aos 29 anos. É estimado que mais de 700 mil pessoas se suicidem anualmente. O Brasil é o país com índices mais elevados de transtorno depressivo na América Latina, e o segundo maior país com prevalência de depressão nas Américas (Ministério da Saúde, 2022), em média, cerca de 12% das pessoas na América Latina sofrem com a doença ao longo da vida, enquanto no Brasil esse número chega a 17% (Agência Einstein, 2023). A ansiedade tem índices parecidos, estima-se que 4% da população global atualmente esteja sofrendo desse transtorno, de acordo com dados de 2019, por volta dos 301 milhões de pessoas no mundo sofrem de algum transtorno de ansiedade (OMS, 2023). O Brasil é líder em prevalência dos transtornos de ansiedade, sendo 26,8% da população brasileira afetada por estas, ou seja, por volta de 55 mil pessoas (Rocha, 2023).

O *burnout*, por outro lado, é um caso à parte. A OMS incluiu o *burnout* em sua Classificação Internacional de Doenças, mas o classifica como um fenômeno ocupacional, ao invés de um problema médico. Por outro lado, em 2021, um estudo da OMS em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) demonstra que, devido ao trabalho prolongado, 750 mil pessoas morrem anualmente de doença cardíaca isquêmica e acidente vascular cerebral (Christian, 2023). A especificidade do *burnout* se encontra em sua própria definição: “uma síndrome conceituada como resultante de estresse crônico no local de trabalho” (OMS, 2019), ou seja, é uma síndrome diretamente relacionada ao trabalho, ao capitalismo, e à racionalidade neoliberal. E que ainda pode levar à morte prematura. Com esses dados busca-se demonstrar quão comum o sofrimento psíquico tem se tornado, e quão perigoso pode ser atenuar sua importância.

Mas, é claro, a diminuição da qualidade de vida é apenas um dos aspectos do que esses problemas apresentam. Sob outro enfoque, o custo sócio-econômico é incrivelmente alto; segundo dados da OMS, mesmo antes da pandemia - que agravou os altos índices de transtornos psíquicos -, a perda de produtividade laboral ligada à depressão e ansiedade custava à economia global cerca de US\$ 1 trilhão por ano, sendo que 15% dos adultos em idade para trabalhar vivem com algum transtorno mental (Rocha, 2022). Isso significa que, pelo lado econômico, transtornos mentais como depressão e ansiedade diretamente afetam a possibilidade de rendimento do sujeito, bem como a qualidade do trabalho desenvolvido por ele. No entanto, o mercado de bem estar, farmacêutico e dos profissionais *psi* floresceu, se tornando rentáveis a partir dessa necessidade que surgiu devido a crise de transtornos mentais: criar uma solução para esses problemas, e vendê-las.

O psiquiatra inglês Nikolas Rose (2019), argumenta que o sofrimento - e ele especifica em termos de estresse, solidão e infelicidade - não são produtos exclusivos do neoliberalismo: em cada modo de governamentalidade no passado todos esses três estavam presentes, e não há uma forma comparativa específica para afirmar que sofremos mais agora do que antes. O autor então põe em perspectiva a interpretação de que o neoliberalismo é o problema, e aconselha cautela ao utilizar termos psiquiátricos - como ansiedade e depressão - no que diz respeito à análise da racionalidade neoliberal. O que este autor deixa de considerar em sua crítica é que a questão em discussão não é a criação do sofrimento, ou mesmo os novos tipos de sofrimento (embora seja possível fazer um argumento sólido com relação a esses dois) no

neoliberalismo, mas o fato de que esta racionalidade literalmente utiliza do sofrimento que produz aos indivíduos para manter sua racionalidade hegemônica. Para além disso, também estabelece mercados, para vender soluções aos problemas psíquicos que causa aos indivíduos, com a simples intenção de mantê-los produtivos, mesmo que dopados (Timimi, 2004; Moncrieff, 2009; Martinhago e Caponi, 2019; Illouz e Cabanas, 2022).

Ademais, e como veremos no capítulo seguinte, Rose desconsidera o enorme impacto que as condições precárias e exaustivas de existência que o indivíduo neoliberal suporta - bem como sua própria lógica de funcionamento - tem na política, especificamente na era digital. O autor parece entender que a psiquiatria existe num vácuo e que portanto pode ser repensada - melhorada ou reformulada - por si só. Mas, porque seria? A forma como existe agora é extremamente conveniente a racionalidade vigente. Quem financiaria esse tipo de mudança? Illouz e Cabanas (2022) deixam claro que isso é possível. Seligmann conseguiu tornar sua “perspectiva” *mainstream* (na psicologia) quando seus pares não concordavam com suas ideias sobre a psicologia positiva antes disso, e não o fez sozinho. Pelo contrário, a forma como ela foi difundida e generalizada é a mesma pela qual a própria racionalidade neoliberal se tornou hegemônica: a partir do investimento de grupos de empresários e instituições privadas interessados em fazê-lo. As pesquisas, os experimentos, a distribuição de material, o apoio institucional direto, a utilização da internet como meio de popularização dessas ideias; tudo foi feito pelo interesse em resguardar o *status quo* (do neoliberalismo) a partir do que a psicologia positiva oferece como doutrina.

Nesse sentido, é essencial analisar não apenas os *comos* e *porquês* do sofrimento no neoliberalismo, mas ainda discutir o que se vende como solução, pois, estas por si mesmas têm suas próprias consequências na sociedade. Retomando o exemplo de Seligman, fundador da psicologia positiva, conceitos como otimismo, pensamentos construtivos ou edificantes e emoções positivas, florescimento e esperança passaram a ser legitimados “cientificamente” e a assim incorporar uma narrativa que está de acordo com o princípio de autoajuda da racionalidade neoliberal. Como empreendimento bem sucedido, os defensores da psicologia positiva obtiveram autoridade acadêmica, poder social e influência cultural. Surgiu daí a oportunidade para os profissionais psi, não acadêmicos que abriram o caminho do mercado terapêutico: palestrantes motivacionais, escritores de auto ajuda, coaches, dentre outros (Cabanas e Illouz, 2022).

Enquanto crescia e se estabelecia, a psicologia positiva foi implementada em muitos dos aspectos da sociedade (academia, discurso do bem estar, e principalmente, a política), e a concepção de felicidade, e a necessidade definitiva de se obtê-la se tornaram noções populares e normalizadas. Quando o conceito subjetivo de felicidade foi proposto como algo mensurável e plenamente alcançável através de metodologias específicas e análises estatísticas que prometem resultados “objetivos”, considerou-se esses resultados como desejáveis para a avaliação, por exemplo, do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), um dos índices estatísticos mais importantes da atualidade. Estes resultados objetivos são elaborados, e por consequência *estatizados*, através de medidores como o Índice de Felicidade e o Nível de Felicidade, e disseminados pela sociedade internacional como indicadores sociais essenciais para se entender o contexto local de certo país, como mostra o Relatório Mundial da Felicidade, produzido pela Organização das Nações Unidas (ONU) anualmente (Cabanas e Illouz, 2022).

O maior problema desse desenrolar, politicamente (e economicamente) falando, é que a normalização e legitimação desses índices, e da felicidade em si como primordial para a vida humana, podem ser - e são - usados para mascarar problemas socioeconômicos como a desigualdade, a pobreza, e o desemprego. Primeiramente, esses índices são usados para desenvolver pesquisas e por consequência estabelecer relações causais que podem justificar qualquer tipo de discurso com a máscara de cientificidade; segundo, quantificar a felicidade significa também monetizá-la, e, assim é possível influenciar e operar sobre o modo como é entendido a felicidade e a relação que estabelecemos conosco e com o mundo por meio dela. Assim, instituições e corporações passam a deter enorme controle sobre informações preciosas, e portanto adquirem enorme potencial de agir sobre os menores aspectos das particularidades de cada um, moldando a experiência online para oferecer conteúdos específicos como quais tipos de notícias, anúncios, conselhos *expert* (de áreas especializadas). Particularmente, “influenciam também os padrões comportamentais mais amplos do coletivo ao moldar o que deve ou não ser valorizado como algo que contribui para a nossa felicidade” (Cabanas e Illouz, 2022, p.63).

Sendo assim, é possível determinar uma métrica comum para quais serviços consumir, o que vestir, para onde viajar, basicamente tudo o que lhe trará maior satisfação de acordo com o seu bem-estar, e então promover uma cultura de consumismo específica. Nesse sentido, a ideia neoliberal de felicidade evidentemente carrega aspectos moralizadores e

capacidade edificantes claras. Portanto, ao aproveitar-se do critério da felicidade para alegar não apenas neutralidade, mas para afirmar que as políticas públicas devem ser decididas de acordo com a felicidade que estas produzem nas pessoas, desenvolve-se como uma nova roupagem para a racionalidade neoliberal propiciando um “verniz de humanidade à visão desumanizadora” apresentada pelo neoliberalismo. Em adição, essa roupagem oferece diferentes combinações de discursos para indultar as consequências trágicas que o neoliberalismo (e o capitalismo) traz socialmente (Cabanas e Illouz, 2022, p. 65-74, 2022).

Um exemplo paradoxal: a desigualdade de renda e a concentração de capital são associadas a progressão nos índices de felicidade pois o sucesso dos ricos seria um presságio para os pobres: trabalhar e alcançar seus sonhos por mérito e esforços próprios, como ocorreram nos casos de ascensão de novos milionários é desejável, louvável. Cada qual deve conquistar seu próprio patrimônio, e assim alcançar sua própria felicidade; como o discutido anteriormente, o discurso meritocrático é inerente à lógica neoliberal e assim intimamente ligado à legitimação da burguesia e à acumulação capital. O propósito é tratar as pessoas como dados, sem considerar suas opiniões partidárias ao desenvolver políticas públicas. Isso porque, politizado como foi, e instrumento tecnocrático conveniente, o conceito de felicidade e seu cálculo apresentados como neutros, permitem ainda mover o debate sobre políticas públicas do coletivo - para melhorar o bem estar social da sociedade - para o particular, focado no que é necessário para alcançar a felicidade em termos pessoais (Cabanas e Illouz, 2022, p. 65-74).

Sob a óptica da psiquiatria, a partir da racionalidade diagnóstica do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (conhecido como DSM), que é a principal referência para identificação de transtornos psiquiátricos, problemáticas começaram a surgir a partir da explosão em diagnósticos de patologias mentais. Martinhago e Caponi (2019), argumentam que há conveniências no uso da DSM, dentre elas a aproximação com a medicina e assim com a cientificidade, mas que ainda possui controvérsias que devem ser consideradas. Primeiramente, a implicação de que o cérebro está em “estado de adoecimento” e que não é possível que o sujeito faça nada com relação a isso “permite alienar o sujeito de e em sua própria forma de vida” (Dunker, 2014, p. 96), enquanto ainda possibilita a narrativa de que o uso de medicamentos é a única opção viável. Isso ocorre porque grande parte dos profissionais de saúde simplesmente procuram encaixar o quadro de sofrimento psíquico de

seus pacientes nas descrições do DCM, quase que como uma *checklist* de sintomas, sem considerar o contexto e as circunstâncias de seus pacientes.

Para ilustrar o problema, basta analisar os problemas estruturais (sistêmicos) do neoliberalismo. Clara Han (2010), após realizar “um trabalho de campo etnográfico longitudinal entre famílias em La Pincoya, uma *población* (cidade) na região norte de Santiago, Chile”, escreve sobre como o neoliberalismo “molda as formas como passado e presente se relacionam na vida cotidiana, dependendo de como se está inserido no presente”; dessa forma, “a própria cotidianidade” de certos aspectos do neoliberalismo “constituem um passado contínuo de violência estatal transfigurada, tornada presente no e como cotidiano”. A autora explorou “as modalidades de cuidado” e “as formas cotidianas de relacionamento” no regime Pinochet (1973-1990), e portanto se refere a população pobre chilena sob um regime autoritário, mas pode-se atribuir suas palavras também para o(s) regime(s) neoliberal(is) democrático(s). Se observadas as “opressões contínuas de insegurança econômica e desigualdade”, essas constroem condições de precariedade, vulnerabilidade e despossessão tornando o cotidiano dos indivíduos dolorido devido a indeterminação e contingência contínuas. Sistemas de apoio e de condições sociais são essenciais para se estabelecer o mínimo de segurança para os indivíduos (Albino e Oliveira, 2021).

Nesse sentido, C. Han (2010) quer dizer que a violência material do regime econômico neoliberal se reproduz diariamente sob a forma de desemprego, a privatização dos serviços públicos e uma vida endividada. Então, pode-se dizer que o neoliberalismo na verdade aparatou a dor e o mal-estar como política do sofrimento, nas palavras de Dunker (2017, p.284), “a forma de vida neoliberal descobriu que pode extrair mais produção e mais gozo do próprio sofrimento”. Albino e Oliveira (2021) afirmam que é não apenas instrumento de governo, mas sustentáculo para o processo de acumulação de capital, no sentido de que serve tanto à regulação quanto ao controle social, e, portanto, o perigo e a insegurança são alimentados politicamente e tornam-se economicamente calculáveis, pois as técnicas de governo sujeição são especificamente marcadas pela produção e gestão do medo. Portanto, atribuir um transtorno psiquiátrico a um indivíduo afundado em dívidas, desempregado e com pouca escolaridade têm poucas chances de produzir qualquer melhoria em sua vivência, uma vez que a fonte de seus problemas é estrutural. Este é o caso também de vítimas de violência doméstica, abuso, dentre tantos outros problemas sociais que não são dependentes do indivíduo por si só, mas sim da conjuntura em que este se encontra.

Além disso, diagnosticar um transtorno significa também receitar algum fármaco. Caponi (2019) aponta que com o aumento de diagnósticos, uma quantidade excessiva de pessoas passou a tomar antidepressivos, antipsicóticos, ansiolíticos, remédios para dormir e analgésicos, e que, desse modo, as drogas psiquiátricas tornaram-se a maior fonte de renda das indústrias farmacêuticas. Por exemplo, o mercado de antidepressivos é avaliado em 16.6 bilhões de dólares em 2023 (The Business Research Company, 2024); enquanto que o mercado global de medicamentos antipsicóticos foi avaliado em US\$ 15,47 bilhões em 2022 (Fortune Business Insight, 2023). No Brasil, o Conselho Federal de Farmácia (CFF) informa que a venda de medicamentos psiquiátricos cresceu de 82.6 mil para 112.7 mil unidades entre 2019 e 2022, um aumento de 36%, o CFF avalia que a pandemia influenciou o agigantamento das vendas desses remédios (CFF, 2023). Desse modo, “as conveniências que os DSMs geram para potências como as indústrias farmacêuticas, conjuntamente com as seguradoras de saúde e a classe médica facilitam compreender o porquê de estes Manuais tornaram-se hegemônicos na contemporaneidade” (Caponi, 2019, p.19), bem como demonstram que a lucratividade do sofrimento e mal estar dos indivíduos é motivo suficiente para mantê-los dopados, mesmo que a efetividade das drogas prescritas não tenha sido efetivamente comprovada.

Moncrieff (2009), aponta que a discussão entre cientistas sociais sobre a psiquiatria como meio de medicalizar problemas sociais difíceis não é nova, e que a solução técnica, mais especificamente médica, para esses problemas acabam por mascará-los como não contenciosos; no sentido de não ser preciso um debate público sobre o assunto, pois a solução já está dada, basta apenas discutir como implementá-la. Para além disso, a autora aponta que a teoria de que os transtornos psiquiátricos sejam causados por desequilíbrios químicos (no cérebro) - ou seja, que são causadas por anomalias dos neurotransmissores, substâncias químicas envolvidas na transmissão dos sinais nervosos, e que diferentes perturbações psiquiátricas seriam resultado de diferentes neurotransmissores - não é suportada por evidências efetivamente comprovadas. Apesar disso, esta é a teoria mais difundida sobre os transtornos psiquiátricos, por um esforço conjunto entre a indústria farmacêutica e a própria profissão psiquiátrica. Por fim, o questionamento sobre se a noção de transtornos psiquiátricos podem ser de fato atribuídos por disfunções biológicas não nega o fato de que ocorrências mentais são prováveis de serem acompanhadas por mudanças biológicas. Atividades física e mental comuns refletem efeitos no cérebro corriqueiramente, o que se

questiona são as disfunções ou defeitos anatômicos que são associados à grande maioria das doenças mentais.

### **Conclusões preliminares**

Em síntese, a racionalidade neoliberal tem reestruturado a(s) sociedade(s) a sua imagem, desde o(s) sistema(s) democrático(s) e sua(s) significação(ões), até o próprio indivíduo e sua psique. Somente a partir da percepção desse fator fundamental é que é possível compreender as mudanças que a sociedade vem sofrendo, e daí avançar na discussão sobre o modo como a política contemporânea está se dando. Por isso, destacar as complexidades do neoliberalismo, para além de sua pretensão como sistema econômico hegemônico, foi um dos principais pontos a serem desenvolvidos. Do mesmo modo, enxergar a democracia como um paradoxo, aceitando que possui suas idiosincrasias e incongruências, é importante para estabelecer que essas características podem ser exploradas, ou, melhor dizendo, complicadas e debilitadas, a partir da forma como os outros elementos sociológicos se dão. A resultante é que, esse panorama ampara as novas formas de governo dos indivíduos, e, ainda, fundamenta a maneira como as novas dinâmicas sociais estão se dando, não apenas no mundo físico, mas ainda do imaginário. Assim, ainda tece uma teia de correlações que possibilita apreender como os processos psicopolíticos estão se dando, e quais as consequências para uma sociedade que se tornou digitalizada.

Este capítulo objetivou estabelecer as bases de entendimento para a pesquisa a partir dos principais termos a serem utilizados, em adição a explicar de maneira sucinta a teoria sociológica que irá compreender os fenômenos a serem analisados no terceiro capítulo. A começar pelo esclarecimento acerca do que se define como democracia, bem como quais são as principais questões a serem consideradas centrais para uma sociedade democrática, buscou-se enfatizar tanto os pontos fortes e fracos com relação a esse sistema político, justamente porque os casos selecionados para serem examinados abrangem Estados que se organizam a partir da razão democrática. Como adendo, é justo frisar que, ainda que distintas em funcionamento - sendo presidencialista ou parlamentarista -, tenta-se demonstrar que ao possuir o mesmo âmago, podem sofrer dos mesmos problemas, ainda que de modos diferentes. Para corroborar essa hipótese, buscou-se expandir a exploração da conjuntura em que se estabelece, daí o motivo pelo qual o foco do capítulo se concentrou na racionalidade neoliberal, e suas consequências tanto para o indivíduo quanto para a sociedade.

A fim de melhor demonstrar a maneira pela qual o problema de pesquisa foi desenvolvido, a abertura do capítulo se dá pela ênfase na multidisciplinaridade das formas de pensar que deverão estar presentes. A partir da Sociologia Política Internacional, é possível estabelecer um nível de análise mais aprofundado, e ainda, interligar perspectivas científicas que possibilitam uma melhor compreensão do *zeitgeist* contemporâneo. Parte deste procedimento explicativo é apresentado já neste capítulo ao introduzir a discussão sobre o mal estar generalizado e a psique da sociedade neoliberal, e deverá ter continuidade por todo o segundo capítulo. Assim, o próximo capítulo irá abordar as formas de controle e modulação da sociedade, agregando às discussões temas como: as narrativas e narrativizações como formadoras do entendimento comum, bem como da identidade pessoal; o ciberespaço e a internet como meio de propagação da psicopolítica; e, por fim, a inter-relação entre o fluxo de dados mundial e a posição de colonialidade do Brasil e do Sul global.

## **CAPÍTULO 2 - Das perspectivas conjunturais: a modulação, as narrativas e narrativizações, e o regime de informação**

Neste capítulo pretende-se reunir quatro elementos que se correlacionam, e compõem o arcabouço teórico desta pesquisa, nomeadamente: a teoria da modulação; as narrativas e as narrativizações; a psicopolítica e o regime de informação; e o colonialismo de dados. Cada um destes tópicos acrescenta uma nova perspectiva pela qual se pode observar a transformação da sociedade para o que irá configurar o *background* do cenário político internacional mais recentemente. A intenção não é de se desenvolver uma discussão aprofundada sobre cada um deles, mas de agregar à capacidade explicativa da pesquisa ao incorporar cada um desses elementos na análise a seguir.

### **2.1. A modulação deleuzeana e a sociedade de controle**

Partindo da explicação de Cassino (2021a, p.22), o modelo de modulação proposto por Gilles Deleuze pode ser compreendido como “ocupar espaço nos cérebros à distância, utilizando de técnicas de enquadramento mental, de agendamento temático, e de retenção de atenção para criar mundos e vender oceanos azuis”, sendo o termo “oceano azul” definido como “espaços de mercado não aproveitados e pela criação de demanda e oportunidades para um crescimento altamente rentável” (Kim e Mauborgne, 2005, p.5). Essa conceituação é mais abrangente do que a simples manipulação, pois, como argumenta o autor, manipular é o ato de condicionar, influenciar, manejar, com a intenção de ludibriar a interação humana, a partir do funcionamento de uma dinâmica que deliberadamente induza a certo tipo de ilusão ou distorção da realidade. A manipulação midiática, por exemplo, é uma técnica frequentemente utilizada tanto pelas plataformas tradicionais - como a televisiva - como nos meios digitais. Se caracteriza pelo ordenamento dos fatos a partir de uma disposição especificamente escolhida para causar certa impressão no espectador, no sentido de oferecer uma interpretação pronta dos fatos que tende a ser hegemônica.

No mesmo sentido, a manipulação midiática também tem a ver com o que McCombs e Stroud (2014) introduziram como teoria do *agenda setting*, na qual sugerem que meios de comunicação conseguem moldar a opinião pública através de sua capacidade de determinar quais acontecimentos merecem destaque ou importância, e quais serão omitidos ou

desprezados. Isso significa que a mídia desempenha papel fundamental em estipular temas de debate público, e ainda influencia diretamente o direcionamento da atenção de governos e organizações internacionais para questões específicas. É preciso observar que, a partir da popularização da internet e subsequentemente das mídias digitais, surgiu a proposição de que essa teoria é enfraquecida tanto pela multiplicidade de fontes a serem consultadas - para além das poucas emissoras televisivas *broadcasting* do passado, focadas em atingir o maior número possível de telespectadores -, quanto pelo entendimento de que as mídias digitais funcionam por demanda, ou seja, o conteúdo é buscado e consumido conforme interesse pessoal (Cassino, 2021a).

No entanto, há de se considerar algumas ressalvas quanto a essa proposição. Primeiramente, as emissoras televisivas fizeram a adaptação de seu conteúdo para a internet, e, devido ao poder - principalmente econômico - dos conglomerados que as comandam, bem como seu reconhecimento e prestígio como veículos confiáveis de informação, ainda são bastante populares. Ademais, a disseminação das redes sociais como não somente espaços para se relacionar, mas para debater e discutir assuntos em voga, torna mais fácil agendar quais temas serão tendência, se não pela modulação algorítmica, através de outras técnicas de manipulação que tem resultados parecidos (como *bots* e o efeito *firehose*). Por fim, é importante lembrar que fontes de informação (confiáveis ou não) se fundiram com as redes sociais, e, mais recentemente, se tornaram o principal meio de acesso informativo para uma parcela relevante de internautas. Até mesmo líderes de Estado e outras fontes oficiais de governo se encontram representadas nestes espaços, o que contribui para o fortalecimento da teoria do *agenda setting*, pelo simples fato de que os pronunciamentos oficiais em resposta às discussões políticas costumam seguir as mesmas tendências que criaram essas discussões em primeiro lugar. Desse modo, o *agenda setting* pode não ser anacrônico como se sugere.

Logo, consegue-se perceber que, a técnica de manipulação midiática não pode sozinha explicar a modulação deleuzeana (ou os fenômenos contemporâneos que serão abordados nesta pesquisa), mas, com certeza, é parte relevante desta. Se a manipulação midiática objetiva atingir o maior número possível de pessoas com uma única mensagem ou focando em uma agenda de discussão específica, a modulação algorítmica, por outro lado, é personalizada. A partir da obtenção e utilização do *big data* - o coletar, organizar e interpretar de grandes agrupamentos de dados obtidos online - que por sua vez é reunido a partir do processo de datificação, ou seja, a captura da experiência humana por meio de infraestruturas

de coleta e processamento a fim de torná-los lucrativos; viabiliza a previsão de gostos e preferências de cada indivíduo, o que permite construir um “*marketing*” específico à cada indivíduo, ou seja, enviar a sujeitos predeterminados, propensos a acreditar no conteúdo ao qual são expostos, propagandas e informações especialmente formatadas para atingi-las através dos afetos, das emoções, do inconsciente; essa técnica é chamada de *microtargeting* (Han, Byung-Chul, 2022; Cassino, 2021b).

É importante apontar que, a propaganda e o marketing são parte da modulação deleuzeana, justamente porque a gestão de marketing contempla “criar ou identificar valor, produzindo inovações estratégicas de produtos, processos e modelagem de negócios, a partir de um profundo conhecimento do perfil e das demandas dos mais diferentes públicos e mercados” (Lima et al., 2007, p.19). A importância de se destacar esse agrupamento de técnicas se dá em perceber que a modulação na sociedade de controle significa não apenas um recurso de poder, sendo este recurso considerado como social, político ou ideológico; mas é também modelo de negócios, cujo alto lucro sustenta e mantém o conglomerado de mídia a nível mundial (Souza, Avelino, Silveira, 2021, p.18). Nesse sentido, Castells (2017) sugere que, ao estimular “mecanismos emocionais”, por exemplo através do ódio, ansiedade, medo ou grande entusiasmo, o cérebro ativa a capacidade de decisão de nível superior, focando a atenção nas informações que recebe, e daí retendo-as na memória de longo prazo. Isso acontece pois o modo como as pessoas selecionam e interpretam essas informações, que, segundo o autor, são processadas a partir da relação entre conteúdo e o formato da mensagem em molduras (*frames*), é baseado no enquadramento (*framing*) dessas informações, motivo pelo qual a mídia abusa do sensacionalismo, por exemplo, ou ainda por que o marketing de produtos é frequentemente erotizado.

É o que Davenport e Beck (2002) denominam de economia da atenção, onde essa se torna recurso precioso a ser gerenciado, e portanto está em disputa devido ao poder que dá a uma empresa. Assim, Lazzarato (2006, p. 101) afirma que: “as sociedades de controle caracterizam-se pela multiplicação de oferta de mundos (de consumo, de informação, de trabalho, de lazer)” justamente porque a prática mercadológica utilizada é de se reduzir “as possibilidades das criações e das escolhas, com foco em forçar as opções sob o jugo de decisões pré-definidas pelas corporações” (Cassino, 2021a, p.20). A limitação de opções é vendida como liberdade de escolha pelas empresas que as ofertam, se tornando desejáveis através da construção de imagens e sons. Essas geram sensibilidade e encantamento aos

consumidores, ilustrando novos mundos possíveis, mesmo que em fantasia, e que portanto produzem desejo de pertencimento: criar mundos e propagá-los é a principal estratégia de expropriação capitalista contemporânea. É caro produzir mundos, bem como é caro modular mentes. Por isso, os oceanos azuis, ou seja, os espaços de mercado não aproveitados, devem estar em criação contínua: criar novos mercados é também evitar a concorrência feroz dos mercados superaquecidos já existentes e assim obter maior lucro em águas calmas ainda não exploradas por outras empresas (Cassino, 2021a).

**Gráfico 1.** Subconjuntos da modulação deleuzeana.



Reprodução do gráfico de Cassino, 2021a, p. 23.

## **2.2. A narrativização do passado e a guerra de narrativas contemporânea**

Assim como o termo democracia, há um amplo debate sobre a definição do termo narrativa, e qual seu propósito, suas funções e suas estruturas. Recentemente, o termo tem sido banalizado ao ser utilizado como sinônimo de contar e recontar histórias ou mesmo de simplesmente expressar um pensamento. É importante esclarecer que, a narrativa, ao contrário de uma história, possui um padrão de narração usado para explicar, justificar e/ou representar aspectos do discurso presentes nas histórias (Fischer-Appelt e Dernbach, 2022). Os cientistas político Hinchman & Hinchman (1997, p.16) definem as narrativas como “discursos com uma ordem sequencial clara que conecta eventos de uma forma significativa

para um público definido e, assim, oferece *insights* sobre o mundo e/ou as experiências das pessoas sobre ele”; ou seja, as características principais das narrativas se encontram em sua cronologia (a ordem em que representam os eventos abordados), a atribuição de significado (ou mais especificamente de sentido, valor e razão), e, por fim, o fato de que são inerentemente sociais, isto é, são produzidas para uma audiência específica (Elliott, 2005). A partir de sua perspectiva jornalística, Trigo (2018) vai mais além ao afirmar que as narrativas conferem sentido à vida das pessoas, proporcionando senso de pertencimento, de integridade, de identidade, e de propósito.

O historiador Hayden White (1987) compreende que existe no campo da história (academia) uma tendência que chamou de narrativizante, a qual busca atribuir significação e sentido para sequências de eventos reais que são selecionados e correlacionados de acordo com a percepção - e a autoridade - moral do narrador, que se apresenta como ausente e portanto registra tais eventos como se a própria história estivesse contando a si mesma. Eventos não possuem inerente significação, sentido ou finalidade, uma vez que não se pode comprovar, ou mesmo afirmar que estes têm início ou fim, e que existem (somente) dada certa configuração lógica (de entendimento). O registro de eventos em uma narrativa é formulado para parecerem reais justamente por pertencerem a uma ordem existencial moral, e daí derivam sua significação e justificam a sua inserção nesta ordem. Assim, o autor afirma que: “é porque os eventos descritos conduzem, ou fracassam em conduzir, ao sistema de ordem social que eles encontram um lugar na narrativa, atestando sua realidade” (White, 1987, p.22). Há um impulso moralizador presente na narratividade, o qual o autor questiona quanto ao seu valor atribuído, principalmente em “representações da realidade do tipo corporificado no discurso histórico” (ibidem), observando que há uma função cultural do discurso narrativizante, criando a necessidade aparentemente universal de narrativizar os acontecimentos de modo a criar uma “demanda por conclusão na história”, ou seja, a significância de eventos reais sejam avaliadas como elementos de um drama moral.

A narratividade então é transformada pelos historiadores em um paradigma, como se a própria realidade se apresentasse em uma consciência realista; a partir disso cria-se o valor de que um discurso que lida com eventos reais e assim assinala, inerentemente, sua objetividade, sua veracidade e seu realismo, de modo a ser aceito e se tornar predominante. Portanto, sob o ponto de vista de White (1991), o que o historiador produz são interpretações dos fragmentos do passado que são passíveis de serem resgatados, para então elaborar uma

narrativa histórica que constitui um discurso figurativo. Isso só é possível através do uso das técnicas de linguagem figurativas, os únicos instrumentos para dar sentido aos dados recolhidos e tornar compreensível o passado distante. Por isso, Gaddis (2003, p. 34-5), vai enfatizar que os historiadores têm “a liberdade de destacar algumas coisas em detrimento de outras e de não se ater a uma cronologia estrita, a permissão de reunir fatos sem conexão no espaço, e, depois reorganizá-los geograficamente”. Destarte, nenhuma fonte historiográfica pode ser utilizada sem que essa seja passível de crítica (Assis e Cruz, 2010).

Mesmo a memória, sob a perspectiva de Pollak (1992), é um fenômeno construído socialmente, e portanto, pode gerar distorções dos fatos. O controle para esses problemas poderia estar na metodologia, no uso de um método rigoroso, mas mesmo a escolha metodológica têm caráter interpretativo, uma vez que não é possível saber com certeza qual deles conduziria a uma aproximação mais exata do passado. Do mesmo modo, os conceitos são mutacionais e presos a sua localidade e particularidades, ou seja, a epistemologia tende a depender da referencialidade. Assim, “epistemologicamente a história pode ser definida como um processo de produção de base linguística no qual a interpretação histórica escrita é organizada e criada pelos historiadores” (Munslow, 2009, p.15 apud Assis e Cruz, 2010, p.114). Isso quer dizer que, a evidência existe previamente às estruturas narrativas, as quais são formuladas a partir de significados culturais; o fato em si não possui significado sem antes ser processado, nesse estado, é apenas relato da evidência. (Assis e Cruz, 2010).

A organização dos fatos e a significação obtida a partir da relação com um contexto determinado carrega importância política. Michel Foucault demonstra que estudar o passado como uma narrativa é o ponto focal para compreender a difusão do poder contemporaneamente, por isso seus trabalhos sempre remontam a uma análise histórica aprofundada e crítica. A partir disso, é possível perceber que toda narrativa histórica está atrelada a complexidades subjetivas provenientes da ideologia que lhes dá sentido. Desse modo, tanto Foucault quanto White atribuem centralidade ao uso da linguagem, particularmente no que diz respeito à escolha do contexto, da elaboração de uma estrutura formal e ainda do conteúdo expressivo e figurativo da narrativa histórica enunciada. Justamente, se tudo é passível de ser criticado, surge a grande dificuldade em distinguir o que seria considerado uma interpretação adequada do passado, ou o que é inadequado, especialmente na academia, onde diversos pesquisadores de grande erudição escrevem com complexidade conceitual e utilizam da linguagem acadêmica para transmitir suas

interpretações do passado. O caráter literário das narrativas utilizadas, visto a partir da maneira como é exposto o conteúdo, a escolha dos eventos narrados e a progressividade em que estão organizados, bem como a sensibilidade em reconhecer as figuras de linguagem utilizadas, é o que permitiria identificar o elemento ideológico, e/ou moralizador, que é parte da narrativa (White, 1994; Assis e Cruz, 2010).

Porém, realizar essa distinção é relativo ao discernimento do leitor, e, portanto, proporciona amplo espaço para discussão, e, para além disso, complexifica a concordância comum sobre o que é válido, e o que não é. D’Ancona (2018, p. 89), argumenta que esse dispersar do entendimento coletivo, particularmente no que o autor chama de “ferrugem sobre o metal da verdade” - referente ao construtivismo, pós modernismo e pós estruturalismo que, em suas palavras, deram “prestígio intelectual ao cinismo elegante e uma face diferente do relativismo” -, é o principal culpado por tornar oblíquo a distinção entre “fatos objetivos”, ou, mais especificamente, “a verdade”, e os apelos à emoção, a crenças e a ideologias que são utilizados para moldar a opinião pública recentemente. Bem, primeiramente, algumas observações quanto ao conteúdo. O livro se escora no conceito de “pós-verdade”, o qual necessariamente afirma a existência de uma verdade, o que por si só é razão de discussões filosóficas há séculos, como admite o autor. A seguir, afirmar que existe uma verdade não necessariamente significa que saibamos como chegar a ela. Por fim, “fatos objetivos” não são transmitidos objetivamente, como aponta White, a interpretação de um fato é a narrativização de evidências a partir de um olhar subjetivo.

No entanto, deixando de lado os pormenores, o teor da crítica de D’Ancona é interessante. Isso porque, independentemente do que seja a verdade - e essa pesquisa não tem nenhuma intenção de ser introduzida neste debate em específico -, há indubitavelmente maior espaço para questionamento através da popularização da ideia de que “tudo é um constructo social” (nas palavras de D’ancona), ou, maior tendência à discórdia através da banalização da relativização da história e da política que passam a ser observadas a partir de uma compreensão individualista. Esse espaço turvado de incerteza criado a partir do entendimento de que basta o juízo de valor para que seja uma crítica válida a qualquer coisa - independentemente da procedência, evidenciamento e ou fundamentação em que estão sustentados -, amplia consideravelmente a possibilidade de não somente criar novas narrativas que quiçás se tornariam hegemônicas, mas ainda constitui a oportunidade perfeita

para a modulação; principalmente se essa incerteza comportar força o suficiente para propagar, e, ainda mais, normalizar a falsidade e a dissimulação como método.

Por conseguinte, emerge desse contexto o que será denominado como guerra de narrativas. Inicialmente, é essencial esclarecer que, ao utilizar o termo “guerra”, não se pretende alinhar com o estudo *mainstream* de guerra. Isso porque, a definição de “guerra” mais aceita pelos teóricos na área de Relações Internacionais ainda é a que Carl Von Clausewitz formulou em 1832: “um ato de força para obrigar o nosso inimigo a fazer a nossa vontade” (Clausewitz, 2010, p.75); essa definição, impreterivelmente ligada a violência, e a fisicalidade das consequências de um possível conflito, não comporta o necessário para uma discussão que pretende tratar do imaginário, das ideias, do subjetivo. Sendo assim, o emprego do termo “guerra” se refere à disputa pelo controle do imaginário através da utilização de narrativas (Trigo, 2018). Optou-se pelo uso de “guerra” (ao invés de conflito, disputa ou mesmo competição) em razão do caráter do fenômeno a ser explorado, que é brutal o suficiente para ser atrelado ao termo; uma vez que denota a deslegitimação do adversário com o objetivo da destruição do outro (em sentidos vários), bem como a desqualificação moral que intenciona a exclusão e em última instância, o isolamento social.

Seguidamente, deve-se frisar que, narrativas em confronto sempre fizeram parte da política. Como Mouffe afirma, a dimensão antagônica da política é fundamental do sistema democrático. Assim, é natural e desejável que exista a figura do adversário, portanto, é inevitável que exista o confronto de ideias e, através do apelo às paixões - em moldes Aristotélicos, as emoções humanas - no uso da retórica, é esperado que o confronto se torne hostil. Porém, o adversário deve também partilhar de lealdade aos princípios democráticos, particularmente os de liberdade e igualdade para todos. Assim, a discordância deve ser sobre a interpretação desses princípios. Ainda, impreterivelmente, não questiona-se o direito do oponente de lutar pela vitória de sua perspectiva. Ademais, a disputa política democrática deve tender ao refreamento da hostilidade, de maneira que o oponente seja visto não como “inimigos a destruir”, mas como “adversários cujas ideias devem ser combatidas, mesmo que ferozmente, mas cujo direito de defender essas ideias nunca será questionado” (Mouffe, 2002, p.9). Com isso quer-se apontar que a guerra de narrativas não é um simples embate político, corriqueiro à democracia, e nem deve ser vista como tal. Sua natureza exclusivista e acrimoniosa não condiz tampouco com a prática democrática, e, por certo, tem provocado o enfraquecimento da razão pluralista.

Por fim, é importante salientar a escala e escopo que a guerra de narrativas atinge, particularmente se comparado à simples oposição política, e/ou aos debates acirrados pré-eleições. A luta pelo controle do imaginário pressupõe a criação de um falso consenso formulado a partir da manipulação perspicaz da linguagem, que é sistematicamente utilizado na tentativa de consolidação de uma narrativa em detrimento das outras. Nesse sentido, não permanece apenas no âmbito político, mas invade todos os espaços da existência. Através da atribuição de um certo conjunto de valores, crenças e convicções essenciais imputa-se certo senso de moralidade, que passa a ser incontestável a partir do momento em que é associado à própria identidade do indivíduo. Internaliza-se a narrativa ao ponto de se tornar repulsivo abandoná-la, pois se fá-lo-ei, desconhece sua agência na sociedade, e o discernimento sobre sua posição política. Por isso, “reverter esse processo tem um custo emocional altíssimo” (Trigo, 2018, p.52). Discursivamente, fortalece-se o estabelecimento de falsas dicotomias, e o encadeamento da correlação do tudo ou nada: ou o meu lado vence e eliminamos o outro, ou somos vencidos e somos eliminados. Esse senso de urgência colabora para que o apoio à narrativa seja incondicional; ou para que as condicionantes - dúvidas e/ou ressalvas diante a certo aspecto da narrativa - sejam negligenciadas (Trigo, 2018).

Nesse sentido, as narrativas são instrumentos perfeitos para a radicalização política, e a partir daí para o aumento da violência, intolerância e da disseminação do ódio ao outro. Ao compreender narrativas públicas como um exercício em liderança ao motivar outras pessoas a se juntar a um indivíduo para agir em nome de um propósito comum, Ganz (2009) aponta o que pode ser o início da formação de movimentos sociais, justamente porque narrativas podem traduzir valores em ações. As narrativas podem induzir um espectro de modos cognitivos - desde a intuição até a análise crítica -, e ambas são necessárias para processar uma narrativa plenamente. No entanto, a persuasão narrativa - o poder de convencimento de uma narrativa - permite que mensagens sejam apreendidas pelo público contornando respostas instintivas e resistentes que podem surgir da desconfiança e do escrutínio. Isso significa que o público alvo de uma narrativa pode não estar preparado para avaliar criticamente as mensagens incorporadas nesta narrativa em sua totalidade. Portanto, permite que a narrativa realinhe os pensamentos, sentimentos ou comportamentos do público a partir de uma construção social específica elaborada pelo narrador (Carthy e Sarma, 2023).

Como que para capitalizar essa susceptibilidade à persuasão narrativa, há uma crescente instrumentalização das narrativas para obscurecer a linha entre narrativas factuais - as que procuram transmitir os fatos, mesmo que essa transmissão seja interpretativa e portanto narrativizada -, e as ficcionais - que deliberadamente usam da narrativização para distorcer ou inventar fatos - a partir da congruência com narrativas já previamente estabelecidas. É um fenômeno comum na política, as ideias são distorcidas (“spun”) por comunicadores especializados a fim de construir uma nova narrativa e promover determinada agenda, mas alcançou um novo - e perigoso - nível a partir da guerra de narrativas e da radicalização da política. No caso do extremismo, é possível perceber que, em última análise, as narrativas fazem parte de uma estratégia mais ampla para conectar grupos dispersos, e criar coesão entre eles a partir do mesmo entendimento de passado, presente e futuro. Nesse sentido, a radicalização de indivíduos vulneráveis pode acontecer remotamente, não é necessário estar face a face para provocar sentimentos de injustiça, opressão e ilegitimidade das autoridades. Desse modo, tornar a disputa sobre o controle do imaginário violenta não é algo particularmente difícil de se alcançar (Carthy e Sarma, 2023)

Sobre a formação de movimentos sociais, Mikhail Bakhtin escreve:

É, portanto, claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados. A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica.(...) A palavra é capaz de registrar as faces transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais (Bakhtin, 1988, p. 124 apud Cunha, 2002, p.).

Para Bakhtin, o signo linguístico - a linguagem, a palavra - é como um espelho, reflete a ideia que está a sua frente, refrata uma outra realidade fora de si, que lhe é exterior. Nesse sentido, é a partir da palavra e de todos os “fios ideológicos” que as significas constroem as relações sociais em todos os domínios. É importante destacar que é no cotidiano que acontecem as relações de dominação mais decisivas - família, trabalho, rede de conhecidos e amigos -, e é neste espaço que atua a mídia, e os meios de comunicação (Cunha, 2002). Portanto, é a partir do cotidiano que é mais fácil atingir o indivíduo, até pelo fato de que é o espaço de vida em que o cérebro mais se concentra.

### **2.2.1. A identidade narrativa e as narrativizações do neoliberalismo**

Nos termos do psicanalista brasileiro Vladimir Safatle (2021, p.30), houve “um profundo processo de design psicológico”, no sentido de “internalização de predisposições psicológicas visando a produção de um tipo de relação a si, aos outros, e ao mundo guiada através da generalização de princípios empresariais de performance, de investimento, e de rentabilidade, de posicionamento” em todos os aspectos da vida. Assim, a racionalidade neoliberal incitou “a fusão progressiva dos repertórios do mercado com as linguagens do eu” (Illouz, 2011, p.146), que, como o exposto no capítulo anterior, resultaram em um indivíduo empreendedor de si, que capitaliza de seus atributos e faz da auto-exploração parte de seu cotidiano; onde o mérito atribuído a si e ao sucesso que obtém ao longo de sua vida são as únicas coisas que realmente importam ao construir sua própria história como sujeito e como ser humano. Isto posto, McAdams e McLean (2013) apontam que um indivíduo pode construir e internalizar uma história evolutiva e integrativa para sua vida através das particularidades episódicas da memória autobiográfica, é o que os psicólogos hoje chamam de identidade narrativa.

McAdams e McLean (2013) argumentam que, a construção de uma identidade narrativa envolve reconstruir o passado a partir da interpretação do sujeito para com suas vivências, bem como conjecturar um futuro de forma a proporcionar à sua existência certo grau de unidade, propósito e significado. Essa construção emerge entre o final da adolescência e o início da idade adulta devido a crescente coerência causal, temática e que sintetiza memórias episódicas tecendo um relato de identidade com o tempo. Nesse sentido, ao longo do tempo de desenvolvimento, os eus criam histórias, que por sua vez criam os eus. Através das interações com os demais indivíduos acontece o processamento das experiências pessoais, que são editadas e interpretadas, recontadas e sujeitas a uma série de influências sociais e discursivas, à medida que se desenvolve gradualmente uma identidade narrativa mais ampla e integrativa. Por isso, ainda afirmam que: “para desenvolver uma identidade narrativa, uma pessoa deve primeiro aprender como partilhar histórias de acordo com parâmetros culturais específicos e dentro de grupos específicos – em famílias, com pares e noutros contextos sociais formais e informais” (McAdams e Mclean, 2013, p.235).

Portanto, a construção de uma identidade narrativa se desenvolve também em função das expectativas da sociedade em relação à identidade e ao amadurecimento do pensamento; e,

desse modo, as pessoas transmitem a si mesmas e aos seus demais quem são, como surgiram e onde imaginam que podem chegar no futuro. Afinal, é através da construção de significado que é possível articular o que suas histórias dizem sobre quem são, no sentido de que associam eventos passados a um traço de personalidade, tendência, objetivo, habilidade, problema, complexo ou padrão específico em suas próprias vidas, o que indica que o indivíduo retira uma conclusão semântica sobre si mesmo a partir do que abstrai da informação episódica que a história pessoal transmite. Conseqüentemente, a construção da identidade está diretamente associada não apenas à orientação parental - que fornece as primeiras bases para aprendizado e interpretação de eventos pessoais e do processamento central para o desenvolvimento identitário -, mas também da sociedade em que se inserem, e à cultura a que aderem (McAdams e McLean, 2013).

Como expôs Casara (2022), a racionalidade vigente tem influência direta sobre ambos esses aspectos (sociais e culturais), ditando a maneira como compreender a realidade a partir de sua própria lógica de funcionamento. Logo, é importante analisar como o neoliberalismo foi narrativizado através do tempo, para então perceber como essa narrativização profundamente afetou a cultura e o entendimento de mundo dos indivíduos; se tornando tal força que diretamente afeta a identidade narrativa pessoal de cada indivíduo. Inicialmente, é preciso esclarecer que a intenção deste recorte não é de demonstrar o que poderia ser as inúmeras perspectivas conjuntas sobre os diferentes modos de como o neoliberalismo foi narrativizado (historicamente), mas apenas introduzir, a propósito de acrescentar, e quiçás melhor ilustrar, ao que já foi desenvolvido no capítulo anterior. Dito isto, o enfoque proposto para esta breve análise complementar se atém a um dos alicerces para a sustentação da(s) sociedade(s) através do tempo: a religião.

Berger (1990), compreende que o papel da religião é duplo: moral e legitimador. Quanto ao primeiro, refere-se à significação do mundo através da sacralização de parte da realidade; enquanto o segundo, e talvez o mais importante, se mostra em justificar e explicar a ordem social vigente diante dos indivíduos de uma determinada sociedade, ou seja, é instrumentalizável ao legitimar as relações de poder em dada sociedade através de seu caráter transcendental. Bourdieu (2007) adota uma perspectiva similar ao observar a religião como parte da estruturação de sistemas simbólicos; é um mecanismo social que determina a percepção dos indivíduos para com a realidade em que vivenciam, estruturando o pensamento ao redor dessa percepção e assim naturalizando o *status quo*. Desse modo, o autor percebe

que a religião é instrumento simbólico de classe, perpetuando e reproduzindo o ordenamento social ao consagrá-lo como a ordem que a divindade propicia ao indivíduo, e que portanto deve ser mantida. Isso define socialmente uma classe ou grupo social (Bricalli, 2022).

Essas considerações são importantes, pois esclarecem o que vem a seguir. Vidal (2016) expõe que a raiz da religiosidade - e mesmo da moralidade que são hoje reconhecidas como parte da racionalidade neoliberal -, efetivamente se encontra no conservadorismo estadunidense. Não por acaso é possível perceber forte influência do discurso cristão, em aliança com o frequente saudosismo associado às tradições presentes nas narrativizações do neoliberalismo, a fusão entre a religiosidade cristã, o tradicionalismo e o que são considerados os preceitos básicos para a política econômica neoliberal - que incluem o desmantelamento das políticas sociais e a não interferência estatal na economia - aconteceu deliberadamente. Esse conservadorismo é construído como reação ao liberalismo secular, por volta da década de 1950. Nesse sentido, intelectuais (que mobilizaram a academia, a linguagem acadêmica e seus mecanismos para a distribuição de suas ideias), ativistas (que mobilizaram movimentos sociais) e empresários (que mobilizaram recursos, tanto financeiros como de influência sócio-política) são figuras centrais para a configuração dessa construção.

Friedrich Hayek foi o responsável por introduzir a filosofia que legitima os ideais de livre mercado. Através de sua obra “The Road to Serfdom” lançou a tese de que “o planejamento econômico leva à ditadura já que a tomada da direção da economia por estadistas inevitavelmente acarreta em supressão da liberdade para a sociedade” (Vidal, 2016, p.74); mas, foram quatro os nomes que se destacam por definirem as bases do movimento conservador: Richard Weaver, William Buckley, Russell Kirk, Robert Nisbet. A contribuição de Weaver se dá ao justificar a manutenção da ordem social e da desigualdade entre os indivíduos, pois a igualdade social seria um conceito “desorganizador” uma vez que os sujeitos são inerentemente diferentes entre si. Por isso, suporta a ideia de uma hierarquia alicerçada pela virtude moral e pelo conhecimento, em uma sociedade com Estado mínimo, pois a redistribuição de recursos (aos não merecedores) seria injusto, enquanto que o estado de bem-estar social tornaria os indivíduos estúpidos (pela incapacidade de agir e pensar por si mesmos), inaptos de compreender (a existência de) seus deveres e o mérito em cumpri-los pois se tornam dependentes do Estado (Weaver, 2008; Vidal, 2016).

Ao mesmo tempo, Weaver (2008) pregava o retorno dos laços comunitários e familiares, das tradições e costumes, e o reconhecimento da religião como condutora da moral, justamente porque a racionalidade científica e o secularismo que permeava a sociedade à época edificava uma cultura em que os indivíduos são ignorantes moralmente. Buckley (2001), por sua vez, foi um dos primeiros a introduzir o anticomunismo na retórica conservadora, o autor correlacionou “planejamento econômico e totalitarismo, bem como entre ateísmo e comunismo” (Vidal, 2016, p.76). Ambos seriam o mesmo embate, mas em níveis diferentes. Nesse sentido, combina três vertentes do conservadorismo estadunidense em sua obra: o tradicionalismo, o libertarianismo e o anticomunismo. Ao questionar a educação secular e coletivista da universidade de Yale, apontaria que esta seria um reflexo da sociedade estadunidense, e que, portanto, estava enfraquecendo a fé cristã e promovendo uma política econômica coletivista. No entanto, para alcançar a “boa vida” seria necessário uma fé ativa em Deus e uma adesão rígida aos princípios cristãos, enquanto que o livre mercado e o Estado mínimo servirão bem o país (Estados Unidos), tanto no futuro como no passado (Weaver, 2008; Buckley, 2001; Vidal, 2016).

A terceira obra a robustecer o movimento conservador foi a de Nisbet (2010), o autor argumenta que a dissolução dos laços comunitários - como os de família, vizinhança e congregação, que cumpriam o papel de proporcionar o senso de pertencimento ao indivíduo -, em razão da modernidade traria um “vácuo de autoridade” ao qual o Estado teria de preencher; tanto como autoridade moral, como protetor social. Ideais como liberdade, igualdade e emancipação dos indivíduos colaborariam para a deterioração dessas comunidades locais, o que levaria o governo federal a se alargar até que se torne totalitário. Nesse sentido, as ideias de Nisbet reforçam a necessidade do Estado mínimo, ao associar as políticas de bem estar social com um Estado com mais autoridade, e portanto propenso ao totalitarismo. Por fim, Kirk (1953) nomeou esse movimento intelectual “conservadorismo”, e tentou tornar mais coeso os princípios do pensamento conservador, contribuindo para o movimento ao respaldar a filosofia política conservadora na religião cristã. O fez a partir do pressuposto de que há uma ordem divina, e que esta é responsável por determinar e orientar a existência, e, portanto, o indivíduo deve obediência a esta lei. A desigualdade é o fator ordenador da sociedade, e permite aos indivíduos contribuir ao progresso econômico por sua própria vontade, através de seus méritos e virtudes. Nesse sentido, o indivíduo deve “exercitar sua capacidade de elevação moral através do esforço próprio” (Vidal, 2016, p.79) a fim de ascender ao céu como um indivíduo melhor. Ao mesmo tempo, deve fazê-lo para

contribuir socialmente, ou o progresso econômico-social seria estagnado (Nisbet, 2010; Kirk, 1953; Vidal, 2016).

Vidal (2016, p.79) nota dois pontos que chamam a atenção a partir disto: a associação estabelecida entre as práticas do liberalismo de Roosevelt (keynesianismo) e o enfraquecimento da tradição e da religião; e o embate criado entre os governos “totalitários” - cujas características incluem concentração de poder, políticas sociais como a redistribuição de renda, e o ateísmo - contra os governos “democráticos” (em moldes estadunidenses) - cujas características incluem o governo mínimo, livre mercado, e a religião cristã -. Em adição, a autora aponta que o elemento moralizador da religião é necessário para trazer legitimidade ao movimento conservador, isso porque, como um movimento que nasceu em resposta ao estado de bem estar social, precisava obter o *moral high ground* para que pudesse se tornar convincente o suficiente para aderir seguidores. Além disso, fora da academia, os princípios conservadores precisavam ser largamente disseminados, uma vez que eram praticamente desconhecidos à época. Isso se deu através da igreja e através dos empresários, tendo como público alvo os cristãos praticantes e os operários.

Na década de 1950, o empresário Howard Pew, que via o alargamento do governo como prenúnciação de uma ditadura, passou a arrecadar fundos de seu grupo social e de outros empresários a fim de doutrinar os pastores nos preceitos conservadores, inclusive sobre os “perigos” do estado de bem estar social. Distribuiu cópias da obra de Hayek a todos os pastores nos Estados Unidos e estabeleceu diálogo para com eles. O movimento que Pew criou (Spiritual Mobilization), portanto, tinha a pretensão de usar da carapuça moral da religiosidade cristã para promover os ideais do livre mercado. No mesmo sentido, empresários, como no caso da General Electric, utilizaram de suas vantagens sobre seus funcionários para doutriná-los. Na época, os sindicatos tinham sido fortalecidos, o que por sua vez robusteceu os benefícios dos trabalhadores, incluindo aumento de salário, férias remuneradas, seguro saúde, dentre outros. A partir da ameaça à acumulação de capital, os detentores dos meios de produção da General Electric decidiram pela “reeducação política” em seus mais de 190 mil funcionários, com a intenção clara de “resolver” o problema (Vidal, 2016, p. 79-81).

As obras de Hayek e Mises (outro autor conservador) foram distribuídas a todos os empregados, como no caso do Spiritual Mobilization, mas o programa de “reeducação” foi

bem mais extenso no caso da General Electric. Aulas intensivas eram imputadas a supervisores, e estes tinham a responsabilidade de responder dúvidas com relação ao material distribuído pela empresa. Além disso, também era distribuído boletins com conteúdo similar em linguagem facilitada para os operários. O início da cultura corporativa - que como demonstrado é o âmago da racionalidade neoliberal - se deu, portanto, a partir do entendimento de que os operários eram massa de manobra; público que poderia ser conduzido para servir aos interesses do empresariado, nesse caso, através da promoção do conservadorismo e da oposição ao liberalismo Rooseveltiano -. E por falar em cultura, extensa propaganda política foi divulgada a partir do rádio, jornais, e da televisão para convencer o público sobre os benefícios da indústria, e os malefícios dos sindicatos aos trabalhadores. O que se seguiu foi a inserção desse movimento na ala política, e isso se deu a partir do recrutamento do ator de cinema, Ronald Reagan (Vidal, 2016).

Como garoto propaganda da General Electric, percorria as fábricas pregando os louvores do livre mercado e os males do estado de bem estar social através de palestras oferecidas aos funcionários da empresa. O diferencial dessa tática de convencimento é que Reagan era admirado devido a sua carreira no cinema, e, portanto, ao discursar, tinha um poder de convencimento próprio. Com o tempo, a doutrinação pregada por Reagan passou a incluir outras pautas (como o anticomunismo), e seu público se expandiu para abranger escolas, associações e câmaras de comércio. Apesar das fragmentações internas ao movimento, provenientes das diferentes vertentes, com a fusão consciente entre elas (a fim de tecer coesão em uma doutrina conservadora dividida, e promover tolerância entre as características antagônicas), o conservadorismo conseguiu se infiltrar na sociedade estadunidense. O fusionismo se ocupa justamente de argumentar que o libertarianismo, que focava na liberdade individual, e o tradicionalismo, que focava na moralidade e religiosidade não eram antagônicos, mas parte da mesma filosofia política (Vidal, 2016).

Em síntese, o conservadorismo foi intencionalmente criado, e se sustenta na moralidade religiosa cristã. Berger (1990), observa que esse é justamente o papel da religião: moral e legitimador. Enquanto que Bourdieu (2007) aponta que é parte dos sistemas simbólicos, os quais determinam a percepção da realidade, e estruturam o pensamento ao redor desta. Nesse caso, se a religião cristã - indubitavelmente a religião com maior número de seguidores no mundo - se torna intrinsecamente relacionada ao conservadorismo (o qual fundamentou a racionalidade neoliberal) é justo dizer que serve ao papel de naturalizar narrativas que são

internalizadas pelos indivíduos, não somente em seu aspecto religioso, mas também político. Nesse sentido, a depender de outras variáveis que fazem parte do convívio de cada indivíduo, e do tipo de educação que recebem, podem se tornar parte mais ou menos presentes na identidade narrativa de cada um. Esse ponto é particularmente relevante, principalmente na última década, pois amplia a capacidade explicativa da teoria com relação aos fenômenos a serem analisados no capítulo seguinte.

### **2.3. A modulação algorítmica: psicopolítica e o regime de informação**

O avanço das tecnologias da informação e da comunicação resultou em uma sociedade internacional dependente de seu uso. Os indivíduos passaram a necessitar da utilização de aplicativos e redes sociais para realizar as mais simples tarefas diárias, e hoje é praticamente impossível se manter completamente distante do ciberespaço. Essa dependência tem definido as relações sociais por meio da interação online, e mais eminentemente, ditado as formas de compreensão e discernimento do indivíduo através da disseminação de narrativas e da determinação de tópicos de discussão político-sociais. O meio cibernético tornou-se palco de uma guerra de ideias, que tem não apenas influenciado processos políticos, mas definido-os através de estratégias específicas que visam manipular o eleitorado. Essa manipulação só é possível através da obtenção e utilização de *big data* e, o próprio processo de datificação nada mais é do que capturar a experiência humana por meio de infraestruturas de coleta e processamento a fim de torná-los lucrativos (Han, 2022; Cassino, Souza e Silveira, 2021; Kaiser, 2019).

Ou seja, a sociedade em que vivemos é também uma sociedade da informação, e, assim, faz “uso intensivo da liberdade” para induzir o compartilhamento de informações através do ciberespaço e suas redes sociais, os quais, por sua vez, são transformados em dados. Informação e comunicação significam mais produtividade, aceleração e crescimento nos modos de produção atuais, não à toa a indústria dos dados digitais se tornou o setor mais lucrativo do mundo. Isso em razão do acesso a dados para vigilância, controle e prognóstico de comportamentos que se utilizam das experiências humanas compartilhadas livremente online. A cultura de comunicação intensiva, de autorrevelação e autoexposição voluntárias, e ainda de dependência tecnológica (as pessoas estão “cronicamente online”, diz o meme), resultam em um paradoxo: não são as pessoas que são livres, mas as informações. As

pessoas, ao contrário, estão presas nas informações, em seu consumo contínuo. Quanto mais dados são gerados, quanto mais se comunicam os indivíduos através do meio virtual, mais se fortalece a vigilância. Nesse sentido, o aparelho celular é um aparato de vigilância e submissão, que é obtido e utilizado voluntariamente, uma vez que as pessoas não se sentem necessariamente vigiadas, mas livres ao fazê-lo. Portanto, é a partir da exploração da liberdade e da comunicação que se assegura a dominação (Han, 2018; 2022).

A impermanência das informações, no sentido de que não é possível “se demorar” em uma ou outra - pois a proliferação e a propagação viral de informações nos bombardeiam constantemente com diferentes tipos de notícias e conhecimento - dá início a uma crise já no âmbito cognitivo. A reflexão e a compreensão tomam tempo e requerem disposição mental para serem racionalizados e processados corretamente, particularmente quando se trata de assuntos políticos complexos. Mas, “na sociedade da informação, simplesmente não temos tempo para a ação racional” (Han, 2022, p.36), a racionalidade neoliberal que permeia a sociedade do desempenho, do cansaço obriga o indivíduo a produtividade incessante e a longas jornadas de trabalho. Assim, não há tempo de descansar a mente por tempo suficiente para refletir as informações recebidas e digerir as narrativas a que é exposto sem a névoa do cansaço pesando sobre si. No mesmo sentido, esses indivíduos esgotados procuram descanso no entretenimento. Esse entretenimento, no entanto, não é oferecido sem sua dose de narrativização política, por vezes ideológica (Han, 2022).

O entretenimento passa a determinar a mediação de conteúdos políticos, e o “negócio da diversão” acaba tendo impacto direto sobre o modo como os indivíduos julgam determinados assuntos, ou a maneira como inconscientemente observam o mundo e tratam (priorizam e/ou interpretam) os acontecimentos. Han (2022) refere-se principalmente ao uso das mídias sociais, mas esta analogia pode ser estendida a todo o setor cultural, principalmente em relação às produções de Hollywood. Não é segredo que o setor militar estadunidense financia diversas produções de cinema, incluindo as franquias mais famosas dos Estados Unidos: desde filmes de super heróis, sobre ficção científica, até conteúdo infantil. O complexo do entretenimento-militar é responsável por alterar a percepção dos indivíduos ao redor do mundo de diversas maneiras, inclusive sobre a história da humanidade (Keegan, 2011; Sirota, 2011; Jeansonne e Lührssen, 2014; Redmond, 2017; Grunewald, 2018; Laderman, 2018; Hellerman, 2022; Weikle, 2022 Hardister, 2023). Assim, o cansaço exaustivo e solitário provocado pelo neoliberalismo contribui para eliminar as condições

necessárias para que o processo cognitivo aconteça adequadamente, e mais do que isso, arruína as chances de sequer ter vontade de fazê-lo (refletir) e ainda, de debater em conjunto reflexivamente antes de formar uma opinião definitiva (Han, 2018; 2022). Ao mesmo tempo, propicia as circunstâncias perfeitas para se utilizar da cultura e do entretenimento como arma ideológica, facilitando a disseminação de narrativas através delas.

Han (2022) coloca que na medida em que se funde com o cotidiano, através da complacência das redes sociais, da conveniência das máquinas de busca, ou da oficiosidade dos aplicativos inteligentes, a dominação exercida no regime de informação é ocultada. Em outras palavras, a vigilância se mascara como comodidade, justificando-se na positividade de otimizar e do estimular. Consequentemente, ao elaborar perfis de comportamento a partir do *big data* - o coletar, organizar e permitir a interpretação de grandes agrupamentos de dados obtidos online - “explora o inconsciente, oculto ao próprio agente, atrás do espaço de ação consciente” (Han, 2022, p.23). Isto é, ao se apoderar das camadas pré-reflexivas, pulsionais, emotivas, do comportamento humano é capaz de influenciar a conduta dos indivíduos em um nível abaixo do limiar da consciência. A psicopolítica dado-pulsional consegue intervir no comportamento humano sem que haja a percepção de que isso ocorra.

Isso acontece através da psicometria (ou psicografia) - um procedimento para a produção de perfis de personalidade que é impulsionado pelos dados produzidos no processo de datificação -, que daí pode se tornar outra técnica, o *profiling* - a caracterização do perfil para monetizá-lo -, o que torna possível prever o comportamento de um indivíduo com exatidão, para além do que o próprio indivíduo conhece de si. As informações psicográficas são então aparatadas pela psicopolítica, e assim utilizadas para construir um *marketing* específico à cada indivíduo, ou seja, enviar a sujeitos predeterminados, propensos a acreditar no conteúdo ao qual são expostos, propagandas e (des)informações especialmente formatadas para atingi-las através dos afetos, das emoções, do inconsciente, o *microtargeting*. A tática funciona como fungos: os indivíduos escolhidos espalham os esporos (informações) para suas redes de contatos; cada indivíduo alvejado colabora em propagar novas sementes dentro de seu círculo social; e assim cria-se uma facção de pessoas que legitimam certa forma de pensamento, de discurso e cuja narrativa internalizam ao longo do tempo e da exposição a esse conteúdo (Han, 2022; Netflix, 2019; Kaiser, 2019).

Portanto, a psicopolítica se ocupa de influenciar ações sobre o nível pré reflexivo através das emoções, pois é a partir do emocional que se atinge os indivíduos. Isso porque, “afetos são mais rápidos que a racionalidade” (Han, 2022, p.37), e logo, os indivíduos tendem a se deixar afetar mais por informações que se seguem rapidamente. Han (2022) chama esse fenômeno de comunicação afetiva, e, através dela não prevalecem os melhores argumentos, mas as informações com maior potencial de estimular. Esse é o caso das *fake news*, uma das técnicas da modulação algorítmica mais comuns hoje em dia. Elas são elaboradas empregando uma narrativa persuasiva ajustada ao perfil do indivíduo (ou grupo de indivíduos, mais comumente) alvo, e portanto a mensagem a ser transmitida é composta a partir da linguagem que teria maior capacidade de convencimento, mas também maior impacto na psique. Essa tática funciona a partir de imagens selecionadas para impressionar, e o texto contido é tipicamente curto e direto; a combinação entre imagem e frase de efeito transmitem a mensagem de forma bastante eficiente (Lazer, etc et al., 2018; Kaiser, 2019).

Nesse sentido, as *fake news* são definidas como

informações fabricadas que imitam o conteúdo da mídia noticiosa na forma, mas não no processo ou intenção organizacional. Os meios de comunicação de notícias falsas, por sua vez, carecem das normas e processos editoriais dos meios de comunicação social para garantir a precisão e a credibilidade da informação (Lazer, etc et al., 2018, p.1094).

As notícias falsas se sobrepõem a outras distorções da informação, como a *misinformation* (são informações falsas ou enganosas distribuídas com ou sem intenção de enganar) e a *disinformation* (ou desinformação, são informações falsas que são propositadamente divulgadas para enganar as pessoas). As *fake news*, e mesmo a desinformação em geral, depende de outras táticas para maximizar sua efetividade. No ano de 2018, informações falsas na rede social X (antigo Twitter) eram normalmente retuitadas (ou compartilhadas) por mais pessoas e mais rapidamente do que informações verdadeiras, particularmente se tratando de assuntos políticos. Isso não é o efeito somente das *fake news* sozinhas, o gostar, partilhar e procurar informações pode ser reproduzido também por *bots* (contas automatizadas que se passam por humanos) aumentando o número de notícias falsas, e ainda alastrando como fogo a sua distribuição. Este é o efeito *firehosing*, uma técnica de modulação algorítmica que utiliza do alto volume de conteúdo, o qual é produzido de forma contínua, repetitiva e rápida para aprofundar o efeito persuasivo das narrativas em busca do

controle do imaginário, e, desse modo, se caracteriza pela falta de comprometimento com a realidade, e sem consistência necessária entre os conteúdos produzidos (Lazer, etc et al., 2018; Azevedo Jr. e Lourenço, 2023).

Estimativas de 2018 mostravam que, das contas classificadas com características observáveis - partilha, número de seguidores, e características linguísticas -, entre 9 e 15% das contas ativas do Twitter eram *bots*. No Facebook, foi-se estimado que até 60 milhões de *bots* faziam parte de sua plataforma. Esses números ainda podem estar aquém da real quantidade de *bots* presente nessas plataformas, uma vez que, à época, não havia uma maneira completamente apropriada para se averiguar a quantidade de contas falsas devido a dificuldades em distingui-las (das de indivíduos reais). Para além do efeito *firehosing*, os *bots* podem ser implantados para manipular algoritmos que servem ao propósito de prever o envolvimento potencial com o conteúdo por uma população mais ampla. A lógica dos algoritmos pode ser compreendida a partir do fenômeno da comunicação horizontal (*peer to peer*), que para gerar engajamentos, os quais remuneram websites ou perfis pessoais através do acessos de usuários, geram versões chamativas de eventos e fatos. Ou seja, o objetivo é atrair a atenção do público para que a remuneração comercial seja mais alta (Azevedo Jr. e Lourenço, 2023; Lazer, etc et al., 2018).

Por outro lado, o uso político da desinformação para a difusão de narrativas com a intenção de cativar o público-alvo torna a guerra de narrativas um fenômeno ainda mais caótico; e a confusão generalizada, incluindo a falta de confiança no jornalismo ou nas informações que são divulgadas por cientistas e pesquisadores é um problema sério que tem colaborado para a alienação de uma parcela significativa de pessoas, o que por sua vez facilita o avanço do extremismo como discurso, e da intolerância como narrativa mestra. Todas essas técnicas de manipulação das massas - e da opinião pública - podem ser compradas e reproduzidas com certa facilidade, mas apenas uma parcela da população tem poder aquisitivo suficiente para fazê-lo, e essa parcela tem um alinhamento político evidente com a direita ou extrema-direita. Nesse sentido, estrategistas de marketing político têm tirado proveito desse contexto para reintroduzir a extrema direita - e seus ideais - no cenário político ao redor do mundo. Em vista disso, o comportamento do eleitor é influenciado como o comportamento do consumo, a níveis inconscientes (Han, 2022; Kaiser, 2019, Willie, 2019).

O regime de informação é definido por Byung-Chul Han (2022, p.7) como: “a forma de dominação na qual informações e seu processamento por algoritmos e inteligência artificial determinam decisivamente processos sociais, econômicos e políticos”, e, portanto, objetiva utilizar da psicopolítica para apoderar-se da psique. A natureza de curto prazo da sociedade da informação não é benéfica à democracia. Do mesmo modo, o excesso do uso de mecanismos retóricos como a pressuposição, insinuação, descontextualização, cortina de fumaça (desviar a atenção do público deliberadamente para algum assunto sem relevância, ou com menos relevância) tende a piorar o estado de incerteza que já existe devido tanto a guerra de narrativas, quanto a relativização dos fatos. Perante esse cenário, surgem tentativas de se estabelecer espaços online em que é possível encontrar uma experiência de identidade e pertencimento, onde o mundo é refatualizado a partir desse senso de comunidade. É importante destacar que, esse processo é diferente do *filter bubble*, termo criado por Pariser (2011) para se referir ao isolamento intelectual que é gerado a partir dos algoritmos, estes filtram o conteúdo online de acordo com a *profiling* que foi realizado anteriormente, ou seja, personaliza-se a experiência online de forma que os usuários acabam isolados em suas próprias bolhas ideológicas e/ou culturais (Azevedo Jr. e Lourenço, 2023; Han, 2022; Pariser, 2011).

Ademais, é como Trigo (2018) observou: essas comunidades digitais tendem ao auto-isolamento completo devido a retroalimentação de informações selecionadas desde si que seus membros continuam gerando, qualquer informação que não se adeque a narrativa que é atrelada a sua identidade é ignorada, descartada ou taxada como falsa. As opiniões concebidas a partir disso, ao serem externadas à sociedade, não se tratam apenas de um arranjo discursivo ou mesmo narrativo, é algo sagrado, uma vez que coincide com a identidade que assumem. Nesse sentido, para além do discurso, o que é divulgado nessas comunidades se torna algo que nem é passível de crítica nem necessita de fundamentação, é como uma crença ou um voto de fé, deve comprometer-se a ela para obter a sensação de pertencimento. Logo, uma das características principais do regime de informação está na dificuldade em se comunicar, e principalmente, em se comunicar com a intenção de ouvir o outro, particularmente ao se tratar de política. Ao se aferrar a suas próprias convicções e às suas opiniões individuais, perde-se a capacidade de dialogar com o outro lado, por isso, o que resta é a batalha pelo controle do imaginário (Azevedo Jr. e Lourenço, 2023; Han, 2022; Trigo, 2018).

A falta de diálogo é agravada pelos termos em que as discussões são colocadas. Como Mouffe (2010) aponta, a moral e a moralidade se tornaram o foco do debate político, ao invés do que deveriam ser as políticas públicas que servem ao avanço da sociedade. A racionalidade neoliberal é responsável por atrelar essa necessidade de ser moralmente superior, não só pelo que Vidal (2018) demonstrou ao correlacionar o conservadorismo como uma tentativa de reavivar a lógica mercadológica do livre mercado, um retorno ao tradicionalismo, e a valorização da religiosidade cristã; mas ainda como juízo para definir o caráter individual de cada pessoa. Esse é um dos pontos com o qual o ativismo tem se desgastado ao assumir a frente de debates políticos ou de ações sociais, há sempre uma camada de prejulgamento diretamente ligada a uma ação. Se você não faz x, você é y. A partir daí cria-se uma nova camada de hostilidade à intolerância já existente nesse contexto. De outra forma, a superficialidade desse ativismo, e da própria militância online é um problema, principalmente ao tentar engajar os indivíduos para com os movimentos sociais. Ainda, a militância online recebe frequentes críticas com relação a sua participação, frequentemente é simplesmente uma reação passiva à política: críticas, reclamações, queixas; similar ao que o consumidor faz diante de um serviço ou produto de que não gosta (Han 2018, 2022).

É difícil escapar dessa formulação discursiva pré-concebida e perceber que a linguagem utilizada obstrói a comunicação entre as partes, já que o ciberespaço é o lugar perfeito para a propagação da racionalidade neoliberal em termos pessoais, esse parece ser o normal, o apropriado. Não coincidentemente os maiores reprodutores do discurso positivo do neoliberalismo se encontram online, na forma de *YouTubers*, *influencers*, e *coaches*. Reforçar a retórica positiva da autenticidade, criatividade, *self-improvement* e do padrão de beleza estipulado é essencial para garantir a cultura do consumismo, uma vez que os produtos consumidos são concebidos como utensílios de auto realização. Consumo e identidade passam a se amalgamar, e assim a identidade passa a ser uma mercadoria. Nesse sentido, esses fatores não influenciam no retrocesso apenas do ativismo, ou da militância, mas de movimentos sociais específicos, como o feminismo. Por exemplo, a indústria dos cosméticos conseguiu associar a venda de maquiagem e produtos de beleza no geral como parte do “*self care*”, e ao mesmo tempo uma forma de se expressar socialmente. Se maquiagem passou a ser uma necessidade, não por normas de padrão de beleza, mas para cuidar de si e manifestar sua identidade. Um segundo exemplo é o movimento conservador *trad wife* (abreviação de *traditional housewife*), que tem ganhado popularidade com as gerações mais novas através

das redes sociais, principalmente o Tik Tok, e se apresenta como parte do feminismo moderno (Brown, 2020; Triggs and Hardwick, 2023; Malvern, 2020; Norris, 2023).

Apesar de ser simplesmente uma reprodução do patriarcado com nova roupagem, uma vez que tipicamente denota uma mulher que acredita no papel dos gêneros e portanto “opta” por ser dona de casa e mãe (trabalhar é o papel do homem), essa nova roupagem - a tendência de se “inspirar” na era 1950 estadunidense, em valores cristãos, no conservadorismo político - parece ser convincente não somente pelo *aesthetic* (estética das *influencers* que criam esse tipo de conteúdo), mas pela linguagem. Feminismo de escolha, se empoderar por escolher a submissão, por rejeitar a ideia de mulher moderna, por priorizar a família e o lar... *Trad wife* se tornou uma identidade comercializável, desde as roupas, maquiagem, acessórios, até a narrativa a que se apegam (a qual gera retorno financeiro ao fazer vídeos sobre o assunto, ou sobre a vida no lar). Não surpreendentemente, segundo o Google Trends, essa tendência se popularizou por meados de 2018, e se fortaleceu recentemente (Brown, 2020; Triggs and Hardwick, 2023; Malvern, 2020; Norris, 2023).

#### **2.4. Nosso lugar no mundo: o Brasil e o colonialismo de dados**

“Os dados são o novo petróleo” é uma alegoria comum de se encontrar, querendo dizer que os dados se tornaram o recurso mais valioso, e cobiçado atualmente. Mas, se os dados são o novo petróleo, então deveriam ser análogos a uma substância encontrada na natureza e que pode ser explorada por quem quer que seja os que localizarem suas fontes, em qualquer parte do mundo. Nesse sentido, mesmo a narrativa criada ao redor da monetização dos dados serve ao propósito de naturalizar o processo de apropriação. Sim, apropriação. Dados são apropriados ao serem capturados. Através das *data relations* - um novo tipo de relação humana que permite a extração de dados para gerar lucro - a vida social tornou-se recurso a ser extraído; no discurso, uma fonte “livre” para captura de dados que simplesmente “existem”. Para que os dados pessoais gerados online estejam disponíveis gratuita e amplamente para apropriação, devem ser tratados como um recurso natural que simplesmente está ali disponível. Mais do que isso, o dia-a-dia deve ser reconfigurado e representado de tal forma que permita capturar a si mesmo como dados (datificação). Como apontado em tópicos anteriores, a dependência criada para com a internet e os aparelhos eletrônicos alicerça esse

processo, mas, ao examinar por este lado, essa dependência não acontece por acaso (Couldry e Mejias, 2018; Cassino, 2021b).

Há três motivos principais pelos quais ela se estabelece: a comodidade, a obrigatoriedade, e a sociabilidade. A primeira é bastante simples, tanto os eletrônicos como a internet tornaram convenientes diversas tarefas que antes tomavam muito mais tempo para serem realizadas; a segunda é ligada à falta de opções quando se trata, por exemplo, do trabalho. Não só os funcionários têm de lidar com o próprio sistema computadorizado da empresa para conseguir realizar suas funções, mas deve possuir “presença online”, na forma de redes sociais e mesmo de currículo lattes (no caso de professores e pesquisadores). Há um claro processo discriminatório quanto ao cumprimento ou não dessa demanda, o indivíduo passa a ser excluído de oportunidades empregatícias se não satisfizer-la. Por fim, a existência das plataformas sociais revolucionou o modo como os indivíduos se relacionam, e como mantêm contato com o outro (Couldry e Mejias, 2018; Cassino, 2021b).

No mesmo sentido, são três os motivos pelos quais a normalização da criação e apropriação de dados acontece. A primeira já foi apontada anteriormente: o discurso sobre a existência dos dados e o estado de natureza em que se encontram. A segunda tem a ver com a dependência aos eletrônicos, e a naturalização de como eles fazem parte da vida humana (isso inclui as redes sociais como meio de desabafo e ou de expressão de opiniões), tudo para que o máximo de dados seja gerado a partir de cada pequeno aspecto compartilhado. Por fim, o último se sobrepõe para com a obrigatoriedade citada anteriormente, no entanto, no caso dos dados, acrescenta-se a camada da normatização (no sentido de legalidade): os indivíduos têm de aceitar uma série de termos absurdamente invasivos para ter acesso a serviços e aplicativos, incluindo os mais básicos, que permitem fazer uso dos eletrônicos que adquirem. Desse modo, os indivíduos em qualquer parte do mundo passam a ser minas de informações que alimentam o neoliberalismo, e o capitalismo, com poucas opções de resistência. A medida que qualquer informação online pode ser apropriada sem consentimento ou mesmo ciência do(s) indivíduo(s), e, para além disso, a falta de meios legais para impedir esse processo, acabam tornando a datificação algo a ser simplesmente aceito como realidade (Couldry e Mejias, 2018; Cassino, 2021b; Kaiser, 2019; Netflix, 2019).

Assim, esse processo de geração de valor a partir da apropriação dos dados é melhor compreendido quando analisado como um novo tipo de colonialismo. O colonialismo de

dados combina os métodos abstratos de quantificação da computação às práticas predatórias de extração do colonialismo histórico. Do mesmo modo que os indivíduos passaram a depender das tecnologias para viver, o capitalismo moderno passou a depender desse novo tipo de apropriação para seu funcionamento. É apenas a partir da apropriação da vida humana - por meio da captura em massa de dados - que é possível criar novas formas de lucratividade. Existe uma narrativa construída ao redor da ideia de que as grandes corporações são as únicas com a capacidade e o poder de processar, e a partir disso apropriar, dados. Ao mesmo tempo, essa narrativa também implica que a sociedade seria o beneficiário dos esforços de extração das corporações (melhoram o funcionamento de programas, ajudam a melhor atribuir propaganda e produtos, etc), assim como a humanidade supostamente se beneficiou com o colonialismo histórico como um projeto “civilizacional”. O novo “eu colonizado” passa a perceber essa conjuntura como uma característica permanente da vida, o que normaliza também todo o processo invasivo de rastreamento e modulação algorítmica (Couldry e Mejias, 2018; Cassino, 2021b).

Uma particularidade do colonialismo de dados é que este afeta as populações do mundo como um todo. Os dados de todas as pessoas, sendo do Norte Global ou do Sul, passam a ser apropriadas por grandes corporações, incluindo a população do próprio país a que pertencem essas corporações; portanto, funciona tanto externamente quanto internamente. Olhando por este lado, pode parecer anacrônico fazer uso da nomenclatura Norte e Sul, sobretudo por um dos epicentros da nova colonialidade ser a China (através da Tencent, Alibaba e Baidu, principalmente). A popularização do Tik Tok, por exemplo, mostra que se tornou um processo de apropriação bem sucedido. O outro epicentro é, claro, os Estados Unidos (através da Amazon, Meta, Google e Apple, principalmente) cujas corporações são conhecidas por capturarem e processarem dados livremente. Mesmo assim, o efeito, a resultante das ações, da apropriação, é diferente entre ambos os lados (Couldry e Mejias, 2018; Cassino, 2021b).

É preciso lembrar que o Norte ainda é um grande produtor e exportador de tecnologias, e portanto se beneficia dos lucros obtidos por suas empresas diretamente. No mesmo sentido, os governos desses países conseguem acesso aos dados de outros países através da vigilância que suas empresas exercem. O fluxo de dados flui do Sul para o Norte, e não vice-versa. Enquanto os Estados Unidos têm a capacidade de instalar dispositivos de escuta na sala do presidente do Brasil, o Brasil não tem capacidade para fazer a mesma coisa com o presidente dos Estados Unidos. E não é apenas uma questão de assimetria de poder, é uma questão de

interesses hegemônicos. O colonialismo de dados é um componente chave para influenciar a política internacional, não apenas através da modulação e do *soft power*, mas também através das guerras híbridas<sup>4</sup>. É instrumento fundamental para manter o domínio das narrativas, e essas narrativas se mantêm alinhadas com os interesses do Norte, muitas vezes em detrimento dos países do Sul (Bandeira, 2016; Rodrigues, 2020; Cassino, 2021b; Silveira, 2021).

Destarte, é primordial perceber que o pensamento ocidental continua privilegiando o Norte como o centro das relações de poder. Isso quer dizer que o sistema de distinções imanentes da realidade social contemporânea permanece visibilizando as adversidades do Norte (e tratando-as como se fosse problema do mundo inteiro), enquanto invisibiliza quase que qualquer eventualidade do Sul. O que acontece longe do centro não é visto ou considerado, é quase como se inexistente. Essa é uma característica que vem do colonialismo histórico, as considerações das colônias sobre si e os outros não importava, o que importa é a extração de ouro, de madeira, de açúcar. O que importa é a extração de dados. O que importa é como esses dados vão gerar lucros, e como irão ajudar a fortalecer o *status quo*. A colonialidade pode se dar agora a partir do desenvolvimento, da produção de equipamentos de ponta, do know-how, da tecnologia e da informação, e serem resguardadas não pela força, mas pela normatividade - como a propriedade intelectual -, ou pela racionalidade vigente, mas se mantém colonialidade, e se mantém a favor de um lado da linha (Cassino, 2021b).

Economicamente, Silveira (2021) argumenta que é também um processo de empobrecimento do Sul, o qual acontece devido a maior sujeição cultural e do confinamento da criatividade local aos limites das plataformas e suas arquiteturas de informações. O autor aponta que: “a fusão do ordenamento neoliberal com as teias de colonialidade sustentam a posição de eterno dependente das tecnologias criadas na matriz” (Silveira, 2021, p. 48). Nesse sentido, as grandes corporações do Norte impedem que os dados locais sejam tratados localmente através de lobbies - para engavetar leis que permitam maior autonomia -, o que se une a falta de tecnologia para fazê-lo, e se agrava através da falta de incentivo para procurar soluções a partir da inteligência computacional local: impede que qualquer resistência ao

---

<sup>4</sup>Guerra híbrida é um conceito pensado para explicar o modelo de intervenção do século XXI. Ao invés do confronto direto no território do adversário, o conflito acontece por golpes e operações indiretas a oponentes ou países não alinhados, objetivando a desestabilização do governo vigente a fim de gerar a troca de regime. Ainda, visa a influência indireta sobre outro Estado através de técnicas de psicopolítica, e dos meios de comunicação, os quais promovem o controle sobre aspectos intangíveis (ideologia, opinião pública, etc). A guerra híbrida é mais econômica e, do ponto de vista da moralidade, mais sutil e eficiente (Bandeira, 2016; Korybko, 2018; Fiori, 2018; Rodrigues, 2020).

processo de apropriação ocorra. Em outras palavras, a colonização de dados serve também para manter o Sul subserviente à dominação digital do Norte, impedindo qualquer avanço que se mostre um empecilho para esse processo, e ainda “chutando a escada”<sup>5</sup> para que o Sul não os alcance, para que não se desenvolva “demais” (Chang, 2004; Silveira, 2021).

## Conclusões preliminares

Esse capítulo teve a intenção de reunir uma série de apontamentos sob perspectivas diferentes na ciência a fim de construir um contexto compreensivo para a análise dos casos no capítulo seguinte. A partir da introdução da teoria da modulação deleuzeana buscou-se estabelecer os meios pelos quais é possível não apenas influenciar ou manipular a opinião pública, mas ainda moldar sua conduta e estipular por quais meios essas condutas operam. Mostrou-se que há quatro conjuntos formativos da modulação (manipulação e mídia, propaganda e *marketing*, modulação algorítmica, jornalismo informativo) e que cada um deles apresenta aspectos diferentes da maneira como a modulação é exercida. Desse modo, é possível perceber que não se trata de apenas algoritmos, ou de apenas *agenda setting*, mas da combinação entre elas. Para além da modulação, avançamos para a discussão sobre as narrativas, o que acrescenta mais uma camada explicativa não apenas relacionada ao conteúdo das mensagens moduladoras, mas ainda como se construiu a necessidade para a disputa pelo imaginário.

É a partir da compreensão de que os entendimentos do que é fato, o que é história e o que é aceitável ou não se encontram atualmente em circunstância de obscuridade - onde os indivíduos passaram a duvidar e questionar qualquer coisa -, e que essa obscuridade alimenta a confusão geral sobre o que é falso e o que não é, que podemos aos poucos assimilar como as técnicas de modulação tem tanta efetividade, e, assim compreender que podem afetar até mesmo as identidades individuais, além do entendimento comum. Decidiu-se por acrescentar um subtópico para tratar das identidades narrativas e de como a construção narrativa do eu é diretamente relacionada à racionalidade vigente, bem como a suas influências histórico-culturais, a fim de melhor conectar as partes do todo que formam o contexto

---

<sup>5</sup>“Chutando a escada” é um livro de Ha-Joon Chang, no qual o autor mostra que, historicamente, os países desenvolvidos (o Norte global) impedem que países em desenvolvimento (o Sul global) adotem políticas e instituições utilizadas pelos próprios países desenvolvidos, a fim de “chutar a escada” para o topo e impedir que estes os alcancem. Essa é uma estratégia para manter sua hegemonia, dominação e a relação de colonialidade para com os países em desenvolvimento na modernidade.

sócio-político contemporâneo. O terceiro tópico, por sua vez, associa esses aspectos ao ciberespaço, e procura salientar o papel central que a internet e as redes sociais exercem na transformação da sociedade, que passou a funcionar como um regime de informação. Subsequentemente, o último tópico foi condensado a fim de distinguir um aspecto importante do regime de informação: o colonialismo de dados. Esse tópico mostra que, o cenário geopolítico da realidade é refletido online, mas, mais do que isso, o que acontece online reflete na realidade geopolítica.

Finalmente, tendo em vista o que foi discutido, é possível concluir que essa conjuntura propicia um ambiente fértil para a modulação, e que a modulação tem sido utilizada para fins políticos: está-se deliberadamente fabricando um comportamento social conjunto com o fim de definir o futuro. Em outras palavras, o comportamento do eleitor é influenciado de tal maneira que acaba minando parte do processo democrático, uma vez que pré-determina o resultado das eleições a partir da modulação, e do controle do imaginário por meio das narrativas. Parece bastante com o que Schumpeter (1961) argumentava sobre a competição entre as elites, exceto que, a competição se tornou desleal, uma vez que são conduzidas de forma a favorecer o lado que consegue pagar pela modulação algorítmica, enquanto o outro lado tem de não só competir, como lutar contra a desinformação e formar uma contranarrativa que consiga enfrentar a do adversário. No mesmo sentido, esse processo se torna violento, na medida em que a guerra de narrativas, por si só, é acrimoniosa. Não é uma disputa política, e por isso transforma o período pré-eleições em algo mais perverso do que a simples animosidade entre lados.

O próximo capítulo, portanto, deverá ilustrar como toda a teorização desenvolvida até agora tem acontecido em diferentes partes do mundo. A partir dos casos Brexit, no Reino Unido, e Bolsonaro, no Brasil, pretende-se demonstrar que os acontecimentos que se sucederam à época (entre 2018 e 2019) não foram uma simples parte do ciclo do capitalismo, ou do ciclo político. A volta da extrema direita ao poder, e o enfoque que ganharam desde então, bem como o número crescente de seguidores, foi algo cuidadosamente planejado, executado e definido. Estes casos também não são únicos, diversos outros exemplos poderiam ser análogos a eles, inclusive que estão se desenvolvendo hoje (em 2024), e que possivelmente terão desdobramentos similares. Por isso, foi-se decidido desde o início da pesquisa que estabelecer as causas conjuntas, e de modo holístico (contemplando a sociedade internacional como uma sociedade de indivíduos) seria o modo mais apropriado para apontar

que, não são incidentes isolados, mas, decorrências do modo como o neoliberalismo em aliança com o regime de informação tem reestruturado a sociedade e o indivíduo.

### **CAPÍTULO 3 - Da teoria à realidade: casos Brexit e Bolsonaro**

Os casos escolhidos para análise são: a saída do Reino Unido da União Europeia e as eleições de Jair Bolsonaro no Brasil. Este capítulo está formulado nessa ordem respectivamente, ou seja, optou-se por expor o caso do Reino Unido primeiro, não somente por razões cronológicas - aconteceu em 2016 enquanto que o caso Bolsonaro se deu em 2018 - mas, ainda, pois as técnicas de modulação expostas, levando em consideração o envolvimento da Cambridge Analytica e as investigações do parlamento da Grã Bretanha, colaboram na compreensão do caso Bolsonaro. Nesse sentido, a análise se dá em duas etapas: cada caso possui dois tópicos, onde o primeiro tópico está centrado nas narrativizações e narrativas difundidas durante as campanhas, incluindo o uso da linguagem e sua formação discursiva, enquanto o próximo tópico está focado na manipulação do eleitorado pelo digital, através das redes sociais e das estratégias de influência dos usuários.

#### **3.1. As narrativizações do Brexit: contexto e linguagem em perspectiva**

O Reino Unido (UK) se tornou parte da União Europeia (UE) em 1973, depois de duas tentativas falhas de adesão. Desde então tem sido um relacionamento convoluto, por sua parte, o Reino Unido hesitando em aderir aos padrões da União Europeia, por exemplo, ao negar instituir o Euro como moeda; e por vezes se opondo abertamente às políticas propostas pela união, como a recusa em assinar o Acordo de Schengen que estabelece a extinção gradual de controles fronteiriços entre as partes. Pesquisadores apontam o euroceticismo (termo originário de uma matéria do jornal britânico The Times de 1985 que se refere a criticidade a União Europeia e seus preceitos) como característica da política do Reino Unido; advém do excepcionalismo britânico para com relação a estima de sua economia - principalmente a grande influência de seus serviços financeiros que dominam o aspecto econômico das relações com a União Europeia -, suas instituições nacionais - como o sistema de saúde público - e seus valores democráticos. Os britânicos em sua grande maioria não se vêem como europeus, e, portanto, não contemplam a integração europeia com os mesmos princípios de união para a manutenção da paz e estímulo à prosperidade em conjunto que a União Europeia se fundamenta (Glencross, 2016; Loss, 2020).

De acordo com Glencross (2016), a Grã-Bretanha, portanto, aborda a integração europeia como parte de uma política externa pragmática e utilitária, objetivando ganhos econômicos, mas evitando um compromisso normativo com a estreita do mercado comum. Este é um ponto de dissensão entre o Reino Unido e a União Europeia desde o tratado de Maastricht em 1992, o qual oficialmente criou a União Europeia, bem como determinou sua política externa e de segurança e o reforço da cooperação em matéria de justiça e assuntos internos. Desde o referendo de 1975, em que foi consultado sobre a permanência do Reino Unido na então Comunidade Econômica Europeia (CEE), repetidas demandas sobre a possível saída do Reino Unido, bem como pedidos por votações públicas sobre questões chave da União Europeia (tratados específicos, e a instituição do Euro) foram feitas por parte de políticos britânicos. Nessa época, tanto a imprensa quanto o governo tiveram um papel central em educar o público sobre o CEE, e o mercado comum.

Koller et al. (2019) debatem sobre a simplificação e clarificação dessas questões por parte da mídia, e apontam que a constante cobertura dos jornais e tabloides ajudou a não apenas tornar a relação Grã Bretanha-União Europeia uma questão central da política britânica, mas a fortalecer más interpretações sobre a UE. A consolidação do euroceticismo como discurso dominante se dá por volta de 1980, década na qual houve uma mudança gradual de linguagem, indo de “otimismo cauteloso a oposição agressiva” (Hardt-Mautner, 1995, p.180 apud Koller et al., 2019, p.5). Questões econômicas bem como ressentimentos histórico-culturais ajudaram a pavimentar o euroceticismo como padrão discursivo, sendo este frequentemente construído ao redor da ideia da União Europeia como Outro e contrastando-a contra a identidade britânica após a queda do império. Enquanto a mídia utilizava do humor e da irreverência para pintar os burocratas europeus como absurdos e mal humorados, a retórica na política (principalmente por parte dos conservadores) salientava a separação entre Grã Bretanha e Europa a partir do uso de uma linguagem específica, principalmente ao se referir aos interesses britânicos dentro da comunidade europeia (Glencross, 2016; Koller et al., 2019).

Assim, quando o primeiro ministro David Cameron propôs em 2013 uma votação sobre a saída ou permanência da União Europeia como solução democrática para esse dilema, esta se tornou uma ideia popular entre o eleitorado. Graças a vitória dos conservadores como maioria no parlamento britânico nas eleições gerais de 2015, Cameron conseguiu colocar como

prioridade cumprir essa promessa de campanha. No entanto, havia uma estratégia política envolvida: intencionava-se renegociar os termos da adesão à União Europeia antes do voto popular. Essa estratégia é análoga ao que aconteceu no referendo de 1975: pedir por concessões e só após consegui-las dar procedimento a autorização por parte do público britânico, assegurando assim a legitimidade da empreitada e ao mesmo tempo a garantia de melhores vantagens nas relações com os outros países da União Europeia, e maior influência dentro da própria instituição. Subentende-se então que o primeiro ministro até então não considerava a saída da União Europeia como possibilidade factível, apenas a empregava como ameaça velada. Mesmo as possíveis consequências desse processo para os outros países da UE, ou para a imagem britânica dentro da instituição não foram suficientes para evitar a empreitada; Cameron estava confiante na reforma da UE, assim como resultados positivos (para a permanência) do referendo (Glencross, 2016).

As pesquisas eleitorais à época, particularmente as realizadas por cientistas, advogados e empresários dentro do Reino Unido concordavam com essa avaliação, prevendo uma maioria a favor da Grã Bretanha permanecer na União Europeia (Fisher and Shorrocks, 2016; Financial Times, 2016; BBC, 2016). Enquanto analistas políticos como Kellner (2016) estimaram entre 53% a 55% para permanência e 45-47% para saída; os resultados das urnas, no entanto, mostraram 52% dos votos para a saída e 48% para a permanência. Em grande parte, o alvoroço em torno dos resultados do referendo de 2016 se deu justamente por contrariar as previsões consideradas como confiáveis (a de especialistas em oposição a outras pesquisas de opinião com menor credibilidade, mas que atestavam um resultado diferente, em favor da saída), bem como comprometer a expectativa de permanência que acreditava-se estar garantida (Kaiser, 2019). Nesse sentido, os dois primeiros tópicos deste capítulo objetivam analisar como se deu o processo de saída do Reino Unido da União Europeia, popularmente conhecido como Brexit.

É importante frisar que, o processo que resultou no referendo foi polarizado, em grande parte por causa das narrativas difundidas e pela forma como foram transmitidas aos eleitores. Como Dahl (2001) atesta, o período pré-votação é essencial para a democracia, pois determina o quão legítimo (em termos de respeito aos princípios democráticos) o processo é. Desse modo, deve-se atentar não apenas às qualidades técnicas do processo, mas ainda às circunstâncias que o definem. Um dos aspectos que fizeram parte do processo do Brexit foi a guerra de narrativas que se estabeleceu em termos dicotômicos: construída sobre uma lógica

de controle versus liberdade, integração versus soberania, dentro versus fora. O cerne se encontra na contestação sobre valores, os quais podem se tornar marcadores de uma identidade coletiva em situações convolutas, como crises sócio-econômicas. Ao mesmo tempo, serve também como forma de legitimar ou não um determinado resultado (de uma ação), neste caso o futuro do Reino Unido ao decidir se deixa ou não a UE (Bennett, 2019)

Como o discutido anteriormente, valores são características com as quais indivíduos e grupos sociais constroem sua identidade. Ainda, valores podem ser recontextualizados, a depender da intenção (ou seja, isso não acontece coincidentemente, mas propositalmente) ainda podem ganhar nova significação através da relação com outros discursos. O objetivo de um discurso político é a persuasão dos interlocutores relativo aos méritos do argumento do autor, e assim também os pontos fracos do argumento oposto. O uso ou referência aos valores pode ter importância efetiva para estratégias discursivas de legitimação, ou, ainda, podem ser instrumentalizados em uma argumentação política como uma forma de legitimação de ações. Utiliza-se de valores tidos como importantes para os interlocutores, e refere-se a autoridades (inclusive morais) em que estes confiam, a fim de se obter a aprovação da audiência. Valores conjuntos são, por exemplo, o que justificam a existência da União Europeia: a crença compartilhada na democracia, liberdade e direitos humanos, o compromisso para com valores ocidentais (Bennett, 2019).

Esses valores são, por sua vez, recontextualizados a partir de uma história violenta compartilhada que deve ser evitada, o que legitima o desejo de um futuro pacífico, o qual pode ser (especificamente) alcançado através da união entre as partes e da construção de objetivos em conjunto. Desse modo, a representação da União Europeia como mantenedora da paz e bastião dos direitos humanos é proveniente da narrativização da história (europeia) como sangrenta e belicosa. A mensagem a ser transmitida é que a União Europeia fortalece a Europa (como um todo), ao limitar a hostilidade no continente, moderar as rivalidades e assim evitar o conflito. A partir disso, é possível o desenvolvimento e o bem estar comum. O euroceticismo desafia as bases pelas quais a União Europeia se estabelece. Uma das maiores críticas a UE tem sido a condução de uma união cada vez mais integrativa, os argumentos são diversos: 1. é um processo excessivamente burocrático, o que implica a falta de praticidade e a menor efetividade das medidas tomadas; 2. é um “super-Estado europeu” o que acarreta na concentração de poder, dando a entender que pode se tornar um processo perigoso (autoritário); 3. apresenta um déficit democrático, o que implica na não conformidade com

seus próprios valores; 4. faz uso de práticas de trabalho e gestão financeira ineficientes, o que implica numa instituição inadequada e portanto desnecessária (Bennett, 2019).

Esses argumentos estavam implícitos na fala de Andrea Leadsom (Conservative-Leave) durante o debate televisivo da BBC intitulado EU Referendum: *The Great Debate* (ocorreu em 21 de Junho de 2016). No mesmo debate, Gisela Stuart (Labour-Leave) questiona a narrativa primordial da União Europeia de ser mantenedora da paz, argumentando que tornou-se uma instituição que “superou totalmente” suas raízes históricas, e agora se torna um incômodo (Bennett, 2019, p. 25). Outro ponto levantado no debate, desta vez por Diane James (UKIP - Leave) foi a deslegitimação da liberdade de movimento (dentro dos países da União Europeia), um dos valores que a instituição vem tentando consolidar como necessária (a integração) há décadas. Isso foi feito a partir da narrativa de que “*Britain is full to the burst!*”, que alega a imigração como um dos problemas principais da Grã-Bretanha, particularmente na Inglaterra. Nesse sentido, o argumento é que a flexibilização da fiscalização fronteiriça colabora para que mais imigrantes consigam entrar no Reino Unido, o que causaria uma série de problemas, incluindo a ameaça à identidade britânica e aos valores locais. Como veremos a seguir, definir a UE como entidade antagonista à Grã Bretanha é um modo bastante eficaz de justificar o Brexit (Bennett, 2019; Cap, 2019).

Cap (2019) aponta que o discurso anti-imigração de 2013-2016, o período entre a promessa de campanha feita por David Cameron e o referendo em si, foi instrumental para incutir um senso de incerteza, crescente ansiedade e suscitar o isolacionismo como propósito, e a xenofobia como conduta nesse período, o que foi refletido nos resultados do referendo. É importante ressaltar que a narrativa anti-imigração foi propagada principalmente pelo United Kingdom Independence Party (UKIP), o partido de extrema direita britânico. A retórica da UKIP utiliza amplamente desse tipo de construção de ameaça, dispositivos de coerção e o antagonismo Nós/Eles, pois a estratégia objetiva ao mesmo tempo mobilizar o público britânico para que aceite a liderança política do porta-voz. A distinção entre Nós *versus* Eles fornece efetivas estratégias retóricas nesse sentido, envolvendo o apelo ao medo e a coerção. Isso ocorre, por exemplo, a partir do instrumento conceitual - bem como estratégia retórica - de aproximação, em que o suposto influxo de imigrantes é retratado como uma invasão do Outro. Em termos gerais, a aproximação consiste em representar um Eles remoto (entidades, eventos e situações fisicamente e temporalmente distantes, e assim também distantes ideologicamente) como cada vez mais ameaçadores para o locutor e seu interlocutor (o Nós).

Inicialmente, o conceito de aproximação foi aplicado nos estudos sobre padrões de coerção a partir da retórica anti-terrorista dos Estados Unidos seguindo o atentado às torres gêmeas, em 9 de novembro. Desde então tem sido empregado de diferentes maneiras, mais comumente em análises de discurso político ligados à construção de crises, da retórica de guerra, nos discursos anti-imigração, na construção de memória nacional e no design de documentos de política externa. Cap (2019) considera a aproximação como uma construção operacional forçada, intencionando evocar proximidade com uma ameaça externa para a legitimação de medidas preventivas. No mesmo sentido, aproximação axiológica seria a construção de um conflito ideológico cada vez mais premente, que ocorre entre os valores nacionais (do Nós) e os valores alheios e antagônicos (do Eles). Esses valores se tornam antagônicos por terem o potencial de se materializar e impactar o Nós. A estratégia de aproximação é particularmente efetiva por fazer uso do progressivo, o qual constroi um cenário (negativo) de fusão entre presente e futuro, implicando um evento em desenvolvimento que é um presságio para um futuro temível. Nesse caso, o referendo é um presságio para um Reino Unido que eventualmente se tornará irreconhecível, com mais imigrantes do que consegue suportar.

A depender da argumentação, a aproximação pode ser combinada com apelo explícito ao medo, envolvendo ambas ameaças à ideologia e ao físico: por exemplo, uma ameaça cultural/religiosa para a vivência britânica e uma ameaça material para as políticas de bem estar social, ou ainda para a economia da Grã Bretanha. Isso ocorre pois a narrativa da imigração não é apresentada por si só, ela está sempre relacionada, mesmo que implicitamente, a temas como liberdade e soberania, os quais são centrais para a retórica do lado que pede pela saída da União Europeia. “*Vote Leave to take back control*” é uma das frases de efeito da campanha Leave que é repetida durante o debate (mencionado anteriormente) por diferentes porta-vozes. A fala de Boris Johnson (Conservative-Leave) em particular implica na alusão de que o país (Grã-Bretanha) está sendo controlado por forças externas, e portanto, não está livre. Esta implicação está diretamente relacionada à frase de efeito do Vote Leave, a qual demanda ação direta (através do voto) em resposta a uma ameaça tácita à soberania britânica (Cap, 2019).

Ao contrastar a linguagem utilizada por ambos os lados, é possível perceber que o uso da voz passiva é mais presente na retórica do Leave do que do Remain. De acordo com Wenzl

(2019), por volta dos 15% das frases de concordância que incluem a alusão ao Nós (“nós estamos”) estão presentes no discurso do Leave enquanto que para o Remain é apenas 4%. Isso quer dizer, que: “enquanto o Reino Unido é retratado como um ator na política internacional e europeia no subcorpus Remain, o quadro pintado no subcorpus Leave é que coisas estão sendo feitas ao Reino Unido” (Wenzl, 2019, p.40). O Reino Unido é colocado em uma posição de impotência, não apenas como país, mas como povo. A União Europeia é metaforicamente pintada como um meio que força o governo e os cidadãos da Grã Bretanha a aceitar políticas que não aceitariam de outro modo, ao mesmo tempo em que a renegociação de termos é tratada como “freio de emergência”. Assim, evocar esse tipo de linguagem implica na ideia de que o plano de aproximação da UE - que prevê relações cada vez mais próximas entre seus membros - é um evento quase que catastrófico, ao qual o Reino Unido não poderá escapar enquanto fizer parte da instituição (Wenzl, 2019).

Nesse sentido, por vezes há também a narrativa de que o cidadão britânico está restrito em seu dia-a-dia pelas regulações da União Europeia, ou seja, suscita a ideia de que a União Europeia é um fardo para todos ao superestimar o impacto que tem sobre a vida e vivências dos cidadãos. Esse tipo de narrativa é propositalmente concebida sem nenhum tipo de esclarecimento quanto ao funcionamento das políticas a que se referem, por isso, mesmo que a afirmação de que todos são afetados por elas não seja necessariamente falsa, é omitido que uma grande parte dessas diretivas apenas impacta certos grupos ou entidades legais, enquanto ainda oculta os benefícios que a da União Europeia proporciona para a população britânica em geral. Assim, a UE é vilanizada ao ser apresentada como um Outro antagonista, cujos valores são inerentemente incompatíveis com os valores britânicos. Um bom exemplo é a questão da liberdade, que é interpretada de forma diferente a depender da narrativa (Bennett, 2019; Wenzl, 2019).

Para a União Europeia, a liberdade é associada ao movimento de produtos, pessoas, serviços e capital, bem como liberdade de ideias, pensamento e expressão. Esses valores têm sido engendrados na instituição através de tratados e resoluções desde de sua criação. Por outro lado, a narrativa dos Leavers coloca a liberdade como a habilidade do Reino Unido de tomar suas próprias decisões. Portanto, é caracterizada como uma questão de controle e de soberania, valores que simbolicamente carregam grande potencial para legitimar discursos e narrativas. Curiosamente, o senso de superioridade denotado pelos discursos da União Europeia a partir das falas de oficiais seniores da instituição - as quais concebem a UE como

um centro normativo que pretende impor valores e efetivar mudanças - particularmente ao se referir à narrativização histórica construída por esta (por exemplo ao sugerir buscar a importância da UE no passado da Europa) acaba por beneficiar o discurso dos eurocéticos. Justamente, ao fazer uso desse tipo de linguagem, acaba por permitir que sua própria narrativização e daí as narrativas que dela derivam sejam recontextualizadas como outro ataque à liberdade. Nesse sentido, a liberdade pode ser compreendida como um valor sociocultural chave que tem a vantagem de ser recontextualizado e reinterpretado para propósitos vários (Bennett, 2019; Wenzl, 2019).

Ainda, outra estratégia discursiva é a de que a União Europeia não está fazendo o suficiente pelo Reino Unido (como contribuição líquida para a economia), e que pode de fato ser um detrimento para a economia britânica, que deveria não apenas ter maior liberdade para o comércio, mas também garantir sua forte posição de negociadora. Essa última denotação vem da crença no excepcionalismo britânico, bem como a frequente menção às conexões globais que o Reino Unido cultiva. Um senso de orgulho nacional e autoconfiança é demonstrado em termos do poder comercial da Grã Bretanha e ainda sobre seu peso no cenário internacional - inclusive dentro de outras instituições, como a OTAN -, porém, é interessante notar que, o uso dessa retórica em particular é feito por ambos os lados (Leavers e Remainers), embora de modos diferentes. Aqueles que são a favor da permanência fazem uso desse discurso para salientar a importância que a União Europeia tem para o mercado britânico, enquanto que os que favorecem a saída fazem desse status internacionalmente reconhecido como argumento para mostrar que a UE é supérflua em comparação a outras instituições em que a Grã Bretanha é membro, bem como às conexões que tem com outras potências, como os Estados Unidos (Wenzl, 2019).

Ademais, a voz passiva coloca a impotência como forma de receber informações e instruções, sem meios de opinar. Nesse sentido, construções como “*we are being told that*” e “*we are asked to believe that*” carrega conotações de que o que foi dito (pelo outro lado) pode ser questionado por seu mérito, mas os agentes da frase ficam subentendidos (obscurecidos). Essa estratégia discursiva apresenta diferentes vantagens, primeiramente, coloca em cheque qualquer outra narrativa sem ter que explicitamente citar uma fonte. No contexto do parlamento britânico - onde é proibido diretamente acusar o primeiro ministro de mentir - esse tipo de construção semântica é uma maneira segura de sugerir que se está mentindo para o público (pelos membros do lado Remain ou pelo próprio primeiro ministro, que à época

acreditava nas vantagens da permanência) sem ter que dizer isso abertamente. Ao mesmo tempo, ao colocar em cheque as demais narrativas (particularmente as da oposição) e depois sugerir que a tentativa de ludibriar o público não está surtindo efeito, os representantes do governo são pintados como tolos, enquanto celebra-se o senso comum que é capaz de enxergar através das mentiras contadas pela elite, recobrando ao povo (a audiência) a autonomia anteriormente perdida (Wenzl, 2019).

O que é interessante de se notar com relação a construção de uma identidade nacional britânica é que políticos conservadores de ambos os lados do debate - sendo contra ou a favor do Brexit - argumentam seus pontos tendo por base a mesma interpretação identitária, ainda que esta favoreça mais à retórica da saída, e enfraqueça a retórica para a permanência. A nação é repetidamente associada à grandeza e ao orgulho, que por sua vez estão correlacionados à crença na soberania britânica e no senso de superioridade de suas instituições democráticas, todas características que estão presentes no euroceticismo. Daí mostra-se o pragmatismo quanto à posição do Reino Unido como membro da União Europeia: a permanência é apresentada como a melhor opção a partir de uma análise custo-benefício. Variações de frases frequentemente utilizadas por parte dos Remainers como: *“we are stronger and safer in the EU”* demonstram essa tendência. No entanto, mesmo quando abordando aspectos vantajosos da aliança com a União Europeia, esse tipo de formulação também pressupõe uma alternativa em que a Grã Bretanha está forte e em segurança, mesmo que em menor proporção, fora da União Europeia. Nesse sentido, transmite a impressão de que ser parte da UE é o menor dos males (Wenzl, 2019).

Por fim, é interessante perceber como a narrativização do passado britânico serve para a construção discursiva - não apenas narrativa - ao ser evocado como uma lição para um futuro incerto. Referências à Segunda Guerra Mundial - onde o Reino Unido era adversário de países centrais para a existência e continuidade da União Europeia, como a Alemanha - e a figuras históricas polêmicas e bem conhecidas, como Winston Churchill, servem para consolidar a identidade nacional britânica como fundamentalmente diferente da identidade europeia. A estratégia discursiva presente envolve utilizar flashbacks históricos para incentivar um raciocínio por analogia: o que torna as políticas atuais legítimas é, acima de tudo, a sua consistência com princípios e soluções estabelecidas no passado e aceitas até hoje. Por sua vez, a Europa continental passa a ser pintada como uma ameaça à “história constitucional nacional [britânica] e aos princípios da liberdade e da democracia” (Cap, 2019,

p. 72). Nesse sentido, a linguagem envolvida salienta a centralidade do momento, e prevê um curso de ação futuro (Bennett, 2019; Cap, 2019).

### **3.2. Mindfucking: Cambridge Analytica e as estratégias de modulação pelo digital no Reino Unido**

O papel da empresa Cambridge Analytica (auto-intitulada como “*behavior changing agency*” e cujos serviços envolviam “*behavioral psychology*”), bem como o da rede social Facebook (na época a mais popular dentre as plataformas de comunicação em massa) foram decisivos para o resultado do referendo de 2016, no qual por volta dos 52% dos votantes optaram pela saída do Reino Unido da União Europeia. É importante enfatizar que, como o discutido no tópico anterior, poucos acreditavam que esse seria o desfecho do referendo, mesmo diante das narrativas conflitantes e das mensagens apelativas por parte dos Leavers. Então, como essa reviravolta ocorreu? Argumenta-se daqui em diante que o fator que melhor explica o fenômeno é a modulação pelo digital. A partir da discussão sobre a modulação deleuzeana no capítulo dois, foi-se brevemente abordado como é possível a utilização de técnicas específicas para a captura da atenção e a criação de novos mercados; resumidamente, a modulação deleuzeana engloba quatro aspectos: manipulação e mídia, propaganda e marketing, modulação algorítmica e jornalismo informativo. Desses quatro, a modulação algorítmica merece destaque devido ao fato de que é o fator inovador para a manipulação da opinião pública (Kaiser, 2019; Netflix, 2019; Wylie, 2019).

A Cambridge Analytica nasceu em 2013 como subsidiária da SCL Group (*Strategic Communication Laboratories*), uma empresa privada britânica que tinha como foco pesquisas em comportamento de massa e comunicação estratégica. Através do trabalho acadêmico de psicólogos e antropólogos, seu fundador, Nigel Oakes, acreditava que seria possível mudar a opinião pública de forma mais eficiente do que os métodos tradicionais de propaganda, os quais ele tinha conhecimento prévio (especificamente em produção e propaganda televisiva). A SCL eventualmente expandiu para incluir arenas políticas e militares, tornando-se conhecida por seu envolvimento em guerras psicológicas, em campanhas militares de desinformação, na segmentação de eleitores e no marketing de mídia social (uso de plataformas de mídia social e sites para promover um produto ou serviço). A empresa atuou como contratada pelos exércitos estadunidense e britânico durante a Guerra do Afeganistão e

a Guerra do Iraque, bem como em países do Sul Global, como na Ucrânia em 2004 durante a Revolução Laranja (que trouxe ao poder o presidente Viktor Yushchenko), nas eleições de Trinidad e Tobago em 2010, nas eleições da Malásia em 2013, nas eleições da Nigéria em 2015, dentre tantas outras (Barry, 2018; Montesanti, 2018; Netflix, 2019; Kaiser, 2019; Wylie, 2019).

Dentre os investidores na SCL Group, se destacam figuras do partido conservador britânico como Jonathan Marland (Baron Marland), e o banqueiro Paul David Ashburner Nix, cujo filho, Alexander Nix, se tornou figura proeminente por liderar a Cambridge Analytica durante tanto a campanha do Brexit pelo lado dos Leavers, como na campanha de Donald Trump nas eleições de 2017, nos Estados Unidos. Ambas as empresas combinam a apropriação de ativos digitais, mineração de dados, análise de dados e predição de comportamentos com comunicação estratégica durante processos eleitorais, de modo a especificamente alvejar grupos-chave com a intenção de modificar comportamentos de acordo com os objetivos de seus clientes. Curiosamente, o nome “Cambridge Analytica” nasceu justamente pela conexão que existe entre a SCL Group e pesquisadores da Universidade de Cambridge, no Reino Unido, os quais foram responsáveis por criar o método pela qual a Cambridge Analytica efetua suas operações: Michael Kosinski (especialista em psicométrica pela Universidade de Cambridge) desenvolveu, a partir do modelo OCEAN, uma metodologia que torna possível predizer o perfil de personalidade de indivíduos, com base em *data points* coletados online (Nix, 2016; Kaiser, 2019; Ayres Pinto e Moraes, 2020).

Inicialmente, o processo de *marketing*, sendo ele político ou de qualquer outro tipo, contava com dois possíveis métodos para a estruturação de sua mensagem e a composição da linguagem nela empregada: utilizava-se de uma mensagem geral que era divulgada sem discriminação por grupo ou qualquer outro fator, e assim essa mensagem tinha que ser o mais geral e cativante possível; ou utilizava-se das divisões “comuns” como gênero, etnia, origem, faixa etária e classe social, objetivando moldar a mensagem através da linguagem que fosse mais adequada para o grupo alvejado. A inovação do método de Kosinski foi perceber que essas divisões (sozinhas) não representam adequadamente o público em geral - por exemplo, duas mulheres negras podem ter convicções completamente diferentes apesar de terem em comum tanto o gênero quanto a etnia -, e, por isso, faria mais sentido seccionar os indivíduos por personalidade. É daí que seu método adotou os cinco fatores-chave que fazem parte da divisão OCEAN: Abertura (*Openness*), Meticulosidade (*Conscientiousness*), Extroversão

(*Extraversion*), Aceitabilidade (*Agreeableness*) e Neuroticismo (*Neuroticism*) (Nix, 2016). Abaixo tem-se discriminado cada fator mencionado como Ayres Pinto e Moraes (2020) os resumem:

**Quadro 1.** Os cinco fatores do modelo OCEAN.

Abertura	Está relacionada com imaginação, criatividade, curiosidade, tolerância, liberalismo político e apreciação de cultura. Pessoas com alta pontuação em abertura gostam de mudanças e apreciam ideias inovadoras.
Meticulosidade	Mede a preferência por uma vida organizada, em oposição à espontaneidade. Pessoas de perfil meticoloso são aquelas que prezam por planejamentos e metas e priorizam planos de longo prazo. Pessoas com baixo grau de meticulosidade, do contrário, tendem a ser mais tolerantes.
Extroversão	Diz respeito à apreciação do mundo externo e da companhia de outros. Indivíduos com alto grau de extroversão tendem a ser mais ativos socialmente, amigáveis e comunicativos.
Aceitabilidade	Relaciona-se com o foco em manter relações sociais positivas, ser cooperativo, compreensivo e amigável. Aqueles que possuem alto grau de aceitabilidade caracterizam-se por sua confiança nas pessoas e disposição de adaptar-se às necessidades de outros. Por outro lado, pessoas com baixo grau de aceitabilidade são mais focadas em si mesmas e menos dispostas a ceder.
Neuroticismo	Mede a estabilidade emocional. Indivíduos com alto neuroticismo são mais suscetíveis a mobilização de emoções negativas, como ansiedade, raiva e tristeza. Do contrário, pessoas com baixo grau de neuroticismo são mais racionais.

Fonte: reprodução do quadro de Ayres Pinto e Moraes, 2020, p. 78.

É claro, mesmo que o método operacionalizado pela Cambridge Analytica faça uso do modelo OCEAN, não significa que as divisões anteriormente mencionadas são descartadas. Na realidade, como Alexander Nix explica em sua apresentação no *Concordia Annual Summit* em 2016, o *big data* coletado pela empresa inclui *data points* com diversos tipos de informação, pois, quanto mais *data points*, mais informação é reunida sobre um indivíduo, e assim mais completo, e exato, será o perfil psicográfico deste indivíduo, e, portanto, melhor será sua capacidade de predição (para futuras compras ou alinhamento político, por exemplo).

Abaixo, apresenta-se uma tabela reunindo exatamente quais os tipos de *data points* reunidos pela Cambridge Analytica, assim como Nix (2016) os apresenta:

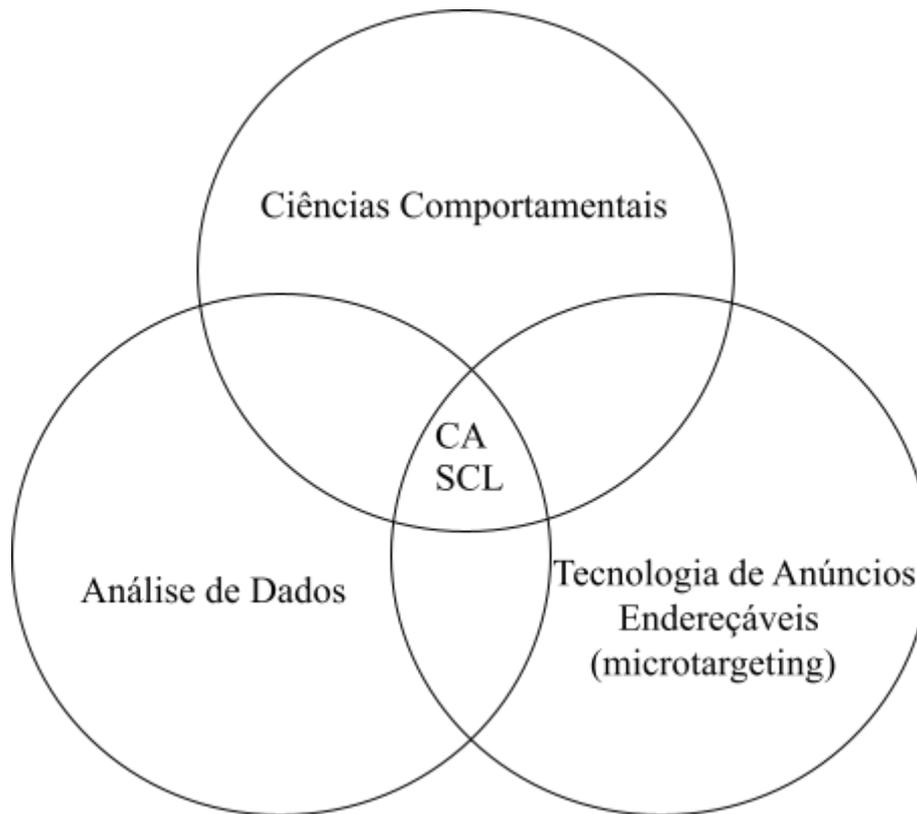
**Quadro 2.** Discriminação das informações apropriadas online pela Cambridge Analytica.

Demografia/Geografia (Factual)	Psicografia (Atitudinal)	Personalidade (Comportamental)	
		Psicológico	Persuasão
-	-	Psicológico	Persuasão
Idade	Ressonância publicitária	Abertura	Reciprocidade
Gênero	Dados automotivos	Meticulosidade	Escassez
Etnicidade	Dados de consumo	Extroversão	Autoridade
Religião	Dados de confiança como consumidor (economia / emprego / <i>lifestyle</i> )	Aceitabilidade	Medo
Educação	Estilo/padrão de compras	Neuroticismo	Providência social
Renda	Segmentos de engajamento político/cívico	-	-
Proprietário de imóvel	Opiniões celulares / móveis	-	-
Fatores geográficos (bairro, localidade, distrito, etc)	-	-	-

Fonte: Nix, 2016, 6:05 min.

Nesse sentido, a metodologia da Cambridge Analytica se divide em três etapas: coleta de dados, análise de dados para a construção de perfis psicométricos, e o disparo de mensagens personalizadas ao público alvo estipulado (*microtargeting*) (Nix, 2016; Kaiser, 2019; Ayres Pinto e Moraes, 2020). O diagrama abaixo os resume:

**Gráfico 2.** Diagrama do método da Cambridge Analytica.



Fonte: Nix, 2016, 1:34 min.

Os dados são coletados de múltiplas fontes, comprados de corretoras de *big data* como a Acxiom e a Experian, e, no caso do ‘escândalo da Cambridge Analytica’, destaca-se o Facebook. O escândalo, por tanto, se trata também dos dados vazados através da rede social ilegalmente, sem o consentimento de seus proprietários originais e reunidos em massa. De acordo com o Facebook, a Cambridge Analytica pode ter adquirido indevidamente dados de até 87 milhões de pessoas (Kakutani, 2018; Ayres Pinto e Moraes, 2020). No mesmo sentido, se utilizou de *quizzes*, anúncios de apostas ou mesmo petições online para reunir *data points*, uma vez que ao abri-los e respondê-los permite o acesso aos dados do usuário. Abaixo expõe-se alguns exemplos desses anúncios:

**Figura 1.** Variações de anúncios de apostas divulgados pelo Vote Leave.



Fonte: Site do Parlamento do Reino Unido<sup>6</sup>

**Figura 2.** Anúncios de petições divulgados pelo Vote Leave.

<sup>6</sup> Para acesso aos anúncios utilizados neste trabalho e outros exemplos de anúncios similares veja: [https://www.parliament.uk/documents/commons-committees/culture-media-and-sport/Fake\\_news\\_evidence/Vote-Leave-50-Million-Ads.pdf](https://www.parliament.uk/documents/commons-committees/culture-media-and-sport/Fake_news_evidence/Vote-Leave-50-Million-Ads.pdf)



Fonte: Site do Parlamento do Reino Unido.

Ambas as figuras 2 e 3 fazem parte da campanha Vote Leave e foram veiculados no Facebook durante o período anterior ao referendo, a fim de se obter dados através de *clickbaits*. No decorrer da investigação *post facto* realizada pelo Parlamento do Reino Unido, mais de 50 milhões de anúncios diferentes foram entregues às autoridades. É possível perceber implícito na Figura 2, não só a omissão da ligação dos anúncios com a campanha Vote Leave, mas ainda a utilização de temáticas apolíticas como esportes combinadas com a chance de recompensas monetárias, intencionando atrair o público desinteressado pelo Brexit

e/ou por política em geral, mas interessado em temas como o futebol e competições esportivas (Ayres Pinto e Moraes, 2020). Do mesmo modo, se utiliza de temas políticos apresentados de forma quase que moralizadora nas petições, com imagens comoventes de animais em sofrimento e linguagem apelativa para as paixões, em busca de atrair a atenção do público que se solidariza com a causa. Assim, é possível perceber que a capacidade persuasiva desses anúncios une a pontualidade das temáticas, com incentivo financeiro, e ainda a linguagem apelativa como método para retenção de dados, enquanto omite qualquer ligação com o referendo, e mais premente, à campanha dos Leavers. A falta de transparência tanto com relação ao objetivo verdadeiro desses anúncios quanto a omissão de fatores que os motivam prejudica por completo a capacidade do público-alvo de compreendê-los: os dados são apropriados sem consentimento ou mesmo assimilação dos usuários.

Com os dados coletados, algoritmos preditivos interpretam sua natureza para então serem capazes de compor perfis personalizados, pelos quais é possível construir mensagens cuja linguagem apresenta nuance relativa a como o indivíduo enxerga o mundo (Nix, 2016). Os anúncios são adaptados às motivações e crenças pessoais exibidas por perfil, que são sequencialmente segmentados em grupos para receber conteúdo direcionado. O que define de fato o pertencimento a cada grupo são os traços de personalidade que mais se destacam em cada indivíduo, de modo que a linguagem utilizada seja a mais persuasiva possível (Netflix, 2019). Durante a participação da Cambridge Analytica na campanha de Ted Cruz (para candidato a presidente pelo partido conservador), Nix (2016) declara que a empresa conseguiu *data points* o suficiente para elaborar perfis de personalidade para cada adulto nos Estados Unidos, no total, por volta dos 220 milhões de indivíduos. Esses ativos foram, em 2017, utilizados na campanha do seu concorrente, Donald Trump, que acabou por ser nomeado o candidato presidencial pelo partido conservador (Republicano). A campanha de Trump é conhecida por contratar a Cambridge Analytica e declarar a parceria abertamente (Netflix, 2019; Kaiser, 2019; Wylie, 2019).

A terceira etapa da metodologia da Cambridge Analytica consiste no disparo de mensagens personalizadas para o eleitorado anteriormente segmentado, sendo que cada grupo recebe mensagens diferentes de acordo com o que mais desperta sua atenção. Essa técnica é conhecida como *microtargeting*, e pode ser realizado de diversas formas, através de qualquer rede social ou mesmo websites de compras e notícias, mas, no caso da Cambridge Analytica e seu envolvimento no Brexit e na campanha de Trump, o facilitador para a estratégia foi o

Facebook. Na época, a mais popular das redes sociais até então, o Facebook tinha o modelo de negócios perfeito para favorecer o método da Cambridge Analytica: derivava quase que todo o seu lucro dos parceiros que anunciavam na plataforma, e por isso, tinha um sistema progressivamente mais refinado de divulgação, por exemplo ao oferecer aos anunciantes a possibilidade de filtrar os usuários por público alvo, ou seja, aplicar a segmentação por anúncio. Ainda, permitia a exclusão dos usuários que não lhes convinha o acesso a determinada narrativa, significando que determinados anúncios não chegavam a segmentos específicos, prática conhecida como *voter suppression*. Os dark posts - publicações que são visíveis na timeline apenas para o público desejado, e portanto ignorado por parte dos usuários - são uma outra maneira de direcionar os anúncios de forma a tanto evitar que tenha contato com os segmentos que irão reagir negativamente a eles, como melhor precisar o perfil psicológico de cada indivíduo (Netflix, 2019; Ayres Pinto e Moraes, 2020; McNamee, 2018). Abaixo apresenta-se alguns exemplos das mensagens direcionadas utilizadas pelo Vote Leave:

**Figura 3.** Variações de anúncios do Vote Leave sobre o excepcionalismo britânico.



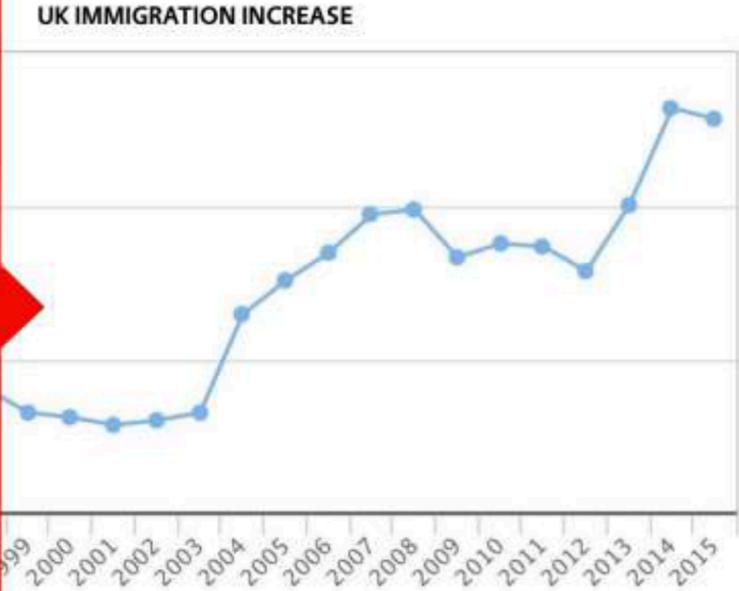


Fonte: Site do Parlamento do Reino Unido.

**Figura 4.** Variações de anúncios do Vote Leave com a temática de imigração.



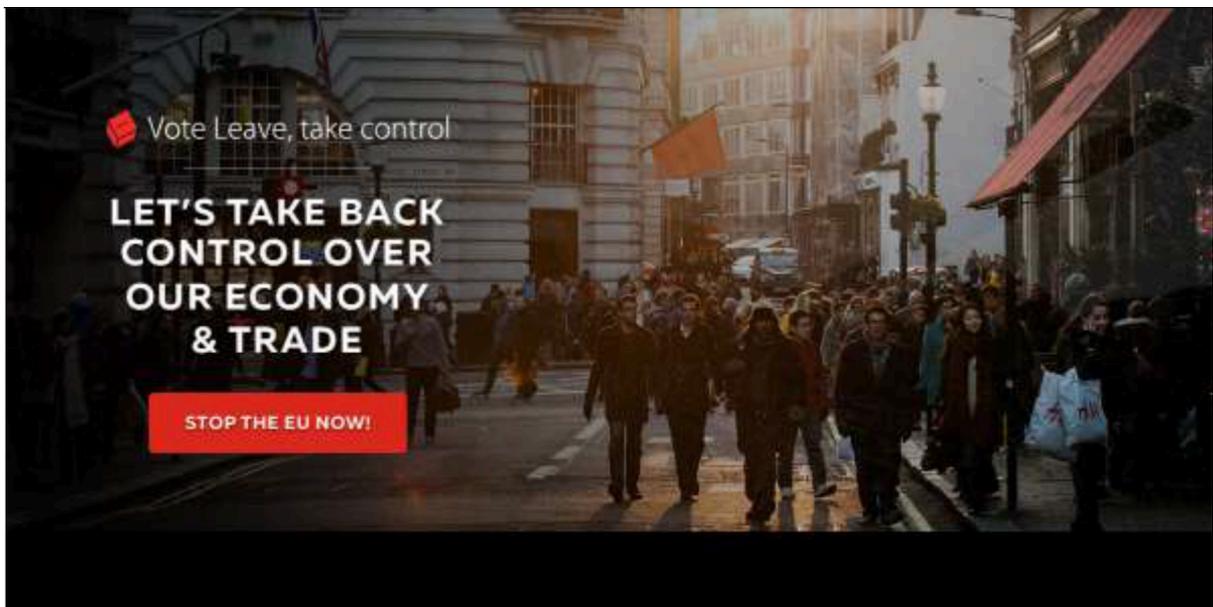
This is Our **ONLY CHANCE**  
We Need a Points Based Immigration System!  
**I AGREE!**

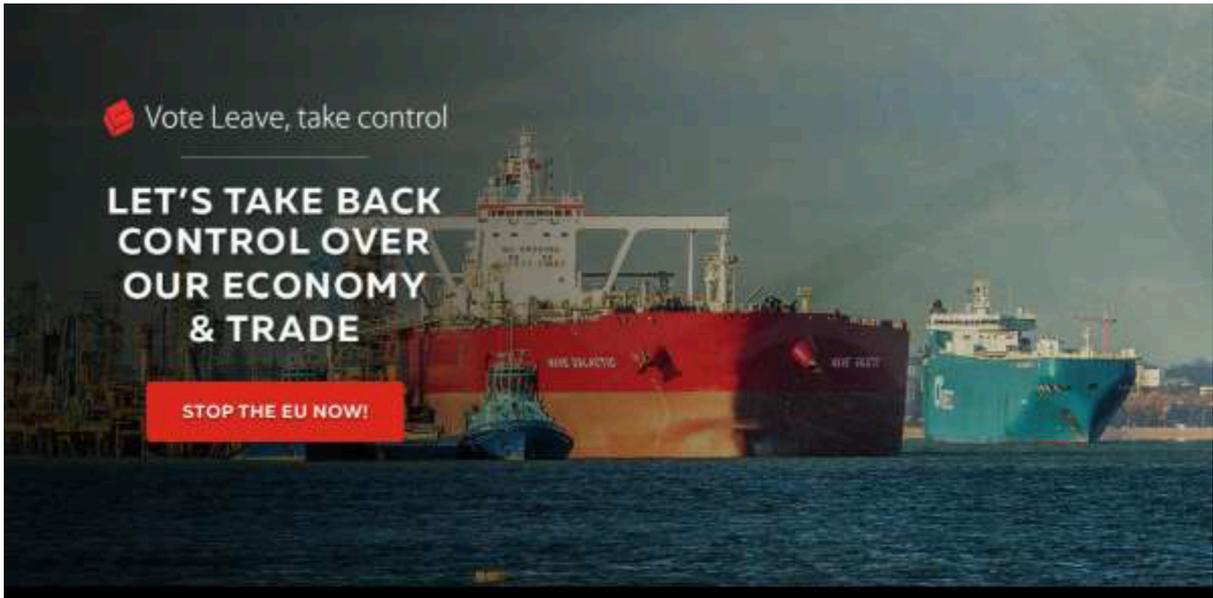




Fonte: Site do Parlamento do Reino Unido.

**Figura 5.** Variações de anúncios *Vote Leave* que fazem uso da retórica do “*take back control*”.





Fonte: Site do Parlamento do Reino Unido.

**Figura 6.** Variações de anúncios com mensagens eurocéticas.

**Who should have control over our animals and their welfare?**

**EU**

**UK**



Turkey's **76 MILLION PEOPLE** are being granted **VISA-FREE TRAVEL** by the EU

GOOD NEWS???

YES

NO

EU politicians and bureaucrats **SPEND OUR MONEY ON PRIVATE JETS** for short distance travel. This is an outrageous abuse of British taxpayers' money and **MUST BE STOPPED!**

CLICK IF YOU AGREE



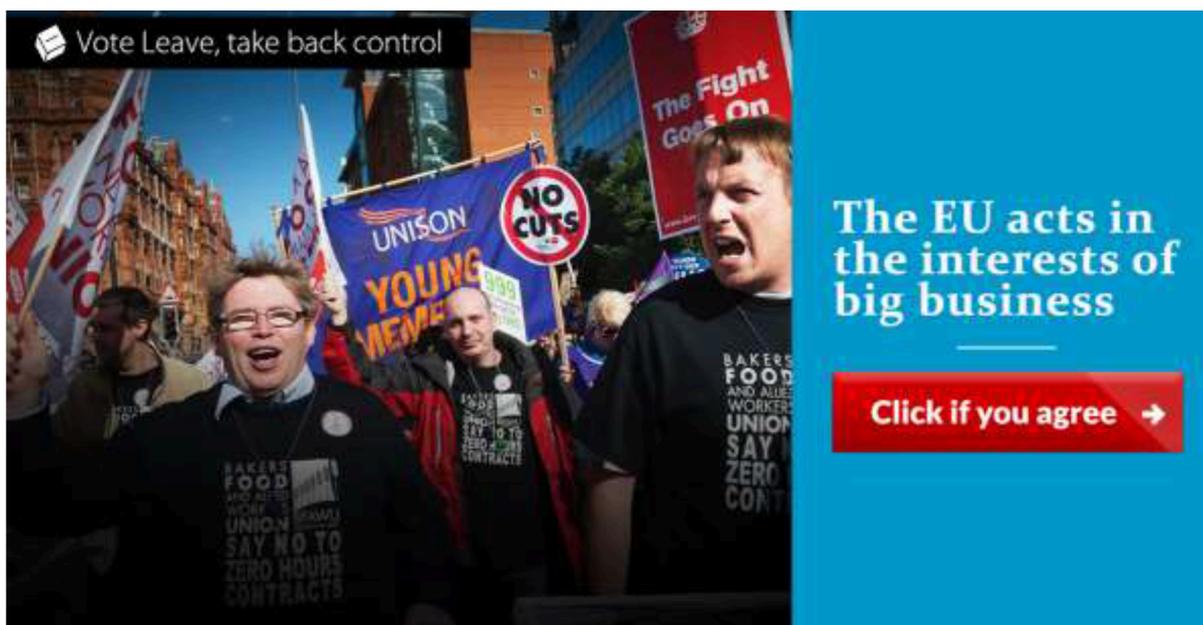
EU politicians and bureaucrats  
**SPEND OUR MONEY ON LIMOUSINES**  
to drive them around town! This is an  
outrageous abuse of British taxpayers'  
money and **MUST BE STOPPED!**

**CLICK IF YOU AGREE**



EU politicians get **£45k for**  
**expenses each year** on top of  
their salary. They don't have to  
show receipts for any of it!  
**THIS MUST BE STOPPED!**

**CLICK IF YOU AGREE**



Fonte: Site do Parlamento do Reino Unido.

Como é possível inferir pelas figuras 4, 5, 6, e 7 as mensagens personalizadas disparadas durante o período pré-referendo fazem uso de linguagem e de narrativas similares às veiculadas por outros meios - televisão, rádio, comícios - ao fazer uso do excepcionalismo britânico, da problematização da imigração, e do euroceticismo como conteúdo para inflamar a opinião pública. É importante ressaltar que figuras públicas - políticos, empresários, personalidades - frisaram discursos mais ou menos equivalentes em debates públicos, como o *Great Debate* da BBC (citado no tópico anterior). No entanto, por serem direcionadas, é possível perceber conteúdo tendencioso e até mesmo falso dentre as mensagens coletadas. Particularmente, o euroceticismo foi exacerbado para incluir alegações infundadas sobre a União Europeia e seus oficiais, bem como associado a temas que não necessariamente são da alçada da UE. No mesmo sentido, por serem ajustadas às nuances da visão de mundo de cada eleitor, por vezes podem passar a impressão equivocada não só sobre a União Europeia ou a relação UE-UK, mas ainda sobre as prioridades do governo perante o Brexit, por exemplo:

**Figura 7.** Anúncios relacionados ao Serviço Nacional de Saúde britânico (*National Health Service, NHS*).



Every week we send  
**£350 MILLION TO THE EU**  
Enough to build a new  
**NHS** hospital every 7 days

[CLICK TO HELP THE NHS](#)

The advertisement features a red background on the left with white text. On the right, a photograph shows a pregnant woman lying in a hospital bed, smiling, with a hand resting on her forehead. She has an IV drip in her left hand.



**IMAGINE IF WE GAVE £350 MILLION A WEEK TO OUR NHS INSTEAD OF THE EU!**

[SUPPORT OUR NHS](#)

The advertisement features a photograph of two surgeons in an operating room, wearing blue scrubs and masks. The text is overlaid on the bottom left of the image.

Fonte: Site do Parlamento do Reino Unido.

A figura 8 dá a entender que o Reino Unido daria prioridade (econômica) ao Serviço Nacional de Saúde caso o Brexit ocorra, enquanto outro eleitor com uma mensagem diferente teria outra percepção sobre as prioridades do governo. Ainda, a hipérbole dos “350 milhões de libras por semana para a UE” é uma narrativa que é repetida em diversos contextos, mas com frequência atrelada ao NHS, cujo o serviço é particularmente favorecido pelos britânicos (como algo digno de orgulho), ou seja, cria a ilusão de que a falta de fundos para o serviço de saúde público que os britânicos tanto prezam está associado aos gastos com a participação da

Grã Bretanha na União Europeia. Ademais, a campanha de Trump nos Estados Unidos fez uso de 60 mil anúncios por dia, compostos por cores, linguagens e imagens diferentes, a fim de aprimorar o conteúdo direcionado de acordo com a reação do público-alvo. Isso significa que as campanhas da Cambridge Analytica são personalizadas também de acordo com o engajamento com os anúncios, motivo pelo qual é possível observar mensagens, imagens e linguagens similares, mas com nuances em formatação e composição. Portanto, a crescente utilização de linguagem agressiva, racista e a divulgação de *fake news* são o resultado não só da tensão entre os lados (Remainers vs Leavers), mas da seletividade do método da Cambridge Analytica (Kakutani, 2018; Bennett, 2019; Ayres Pinto e Moraes, 2020).

A repórter Carole Cadwalladr, do jornal britânico *The Guardian*, foi quem iniciou a exposição dessa operação, e, por isso, recebeu uma série de ameaças e foi descredibilizada publicamente através de memes e acusações maldosas com entonações machistas. Persistindo no furo jornalístico, deu sequência à investigação com a ajuda do delator Christopher Wylie, um cientista de dados que trabalhou para a empresa subcontratada para ser o braço canadense da SCL Group, a Aggregate IQ, e mais tarde com a interposição de Brittany Kaiser, a diretora de operações da Cambridge Analytica. Em suas reportagens, Cadwalladr revela como o processo democrático do referendo do Brexit pode ter sofrido interferência, demonstrando que tem três principais fontes de irregularidades: primeiramente, é preciso saber que a lei eleitoral britânica “baseia-se no princípio de condições de concorrência equitativas e o controle das despesas de campanha é a base fundamental disso” (Cadwalladr, 2017). Isso quer dizer que diferentes campanhas são proibidas de trabalhar em conjunto, a menos que declarem conjuntamente suas despesas. O objetivo é controlar os limites de gastos para que nenhum lado seja favorecido e possa efetivamente “comprar” uma eleição. No entanto, no caso da campanha Leave tanto o grupo Vote Leave quanto o Leave.EU contrataram a mesma empresa, com inclusive a mesma base de dados, para promover a campanha (Cadwalladr, 2017; Netflix, 2019; Ayres Pinto e Moraes, 2020).

É preciso deixar claro que, para fazer desta lei efetiva, o parlamento britânico aloca um valor específico - pago com dinheiro público - para apenas dois grupos escolhidos como representantes de campanhas políticas opostas, desse modo, ambos os lados têm seus interesses representados no processo eleitoral. No caso do referendo do Brexit, quem ganhou esse privilégio, para representar os Leavers, foi o Vote Leave (motivo pelo qual esse grupo tem maior destaque nesta pesquisa). Nesse sentido, e embora a AggregateIQ - contratada pelo

Vote Leave, cujo gasto de 40% (£2.9 milhões dos £7 milhões alocados pelo parlamento britânico) da campanha foi direcionada para pagamentos dessa empresa - tenha um proprietário diferente do que a SCL Group, de acordo com documentos oferecidos<sup>7</sup> por Christopher Wylie para a Comissão de Cultura, Mídia e Esporte do Parlamento do Reino Unido, essa empresa canadense foi legalmente contratada para realizar serviços exclusivos à Cambridge Analytica. Isso inclui o desenvolvimento do *software* Ripon - “uma ferramenta de software de gerenciamento de relacionamento político com clientes” segundo o relatório final da Comissão<sup>8</sup> sobre o assunto - sendo descrito por Christopher Wylie como “o software que utilizou os algoritmos dos dados do Facebook” no mesmo relatório - o que ambos os lados - por meio do proprietário Jeff Silvester pela AggregateIQ e do CEO Alexander Nix pela Cambridge Analytica - admitiram a existência e, não negam, nesse sentido, a relação prestador-cliente. O problema se encontra no fato de o Leave.EU ter consultado com a Cambridge Analytica, a própria empresa advertindo para o fato de que estavam trabalhando em conjunto (Cadwalladr, 2017 e 2018; Netflix, 2019; Parlamento do Reino Unido, 2019).

Para além disso, um terceiro *whistleblower* - Shahmir Sanni, voluntário da campanha - relatou que o Vote Leave deliberadamente utilizou de subterfúgios ilegais para fazer pagamentos para a AggregateIQ. O valor de £625,000 constou como “doado” ao grupo BeLeave no relatório de gastos da Vote Leave, mas o valor foi, de facto, canalizado para a AggregateIQ subsequentemente. Isso foi confirmado pelo relatório<sup>9</sup> da Comissão Eleitoral britânica em Julho de 2018, e as evidências repassadas para a polícia. Em terceiro lugar, como citado anteriormente, a metodologia da Cambridge Analytica só conseguiu chegar até onde chegou devido às ações - ou inações - do Facebook, cuja omissão quanto a seu papel como moderador das informações veiculadas em sua plataforma e a ativa facilitação do processo de *microtargeting* - em adição ao dados vazados à Cambridge Analytica ilegalmente, que são seu próprio escândalo - completam a dubiedade do processo. É interessante notar que, inicialmente, as alegações de Shamir Sanni não foram levadas a sério. Por ser um homem gay - e possivelmente por não ser branco, como Wylie o é - Sanni foi abertamente perseguido pela imprensa de extrema direita, que tentou retratar a denúncia

---

<sup>7</sup>Para saber mais sobre os documentos divulgados por Christopher Wylie, acesse:

<https://www.parliament.uk/globalassets/documents/commons-committees/culture-media-and-sport/Chris-Wylie-Background-papers.pdf>

<sup>8</sup>Para mais informações sobre o relatório final, acesse:

<https://publications.parliament.uk/pa/cm201719/cmselect/cmcmumeds/1791/179107.htm>

<sup>9</sup>Para acompanhar o relatório da Comissão Eleitoral, acesse:

<https://www.electoralcommission.org.uk/media-centre/vote-leave-fined-and-referred-police-breaking-electoral-law>

como um ato de vingança contra seu ex-namorado Stephen Parkinson, uma figura importante no Vote Leave (Graham-Harrison, 2018; Cadwalladr, 2019).

Por fim, é preciso observar que, apesar das investigações e da comprovação de todas essas informações por parte das autoridades do Reino Unido, não houve resolução consistente com a gravidade da situação. A Cambridge Analytica declarou falência e foi oficialmente dissolvida como empresa, mas ninguém foi preso ou especificamente responsabilizado. O Facebook não foi legalmente responsabilizado - ainda que o relatório final do parlamento aponte suas transgressões - pelo vazamento de dados ou pelo envolvimento com o que a Cambridge Analytica realizou em sua plataforma. O Vote Leave foi multado em £61,000<sup>10</sup> devido à violação das leis eleitorais (pelo repasse ao BeLeave) - menos de 10% dos £625,000 que não foram declarados - mas não sofreu outras grandes perdas. Como uma empresa canadense, a AggregateIQ sequer pode ser intimada (por autoridades britânicas). O Leave.EU foi multado em £15,000 por utilizar ilegalmente os dados dos clientes da Eldon Insurance - empresa de Aaron Banks, figura central no Leave.EU - para enviar quase 300.000 mensagens de marketing político, antes do referendo (Graham-Harrison, 2018; Comissão Eleitoral do Reino Unido, 2019).

E, no entanto, o Brexit aconteceu, com todas as consequências que teve para a economia - que não foram poucas, diversos setores da economia britânica perderam milhões devido à mudança de regimes, e, o investimento empresarial diminuiu -, para a política - grande parte do público está insatisfeito com os resultados do processo de saída, principalmente por ter agravado a alta da inflação (particularmente no setor alimentício) - e a estabilidade do Reino Unido. Por ser um referendo consultivo, as leis britânicas não oferecem meios legais de contestar os resultados, apenas o parlamento pode investigá-los e declará-los nulo ou pedir um novo referendo, o que não aconteceu. Nesse sentido, o sistema legal britânico é contraditório, pois tem um regimento rígido sobre as eleições e referendos, mas falta consequências legais cabíveis para quando esse regimento é descumprido. Nas palavras de Graham-Harrison (2018): “a democracia só é tão forte quanto as eleições que definiram seu curso”, o que significa que, se podem ser compradas ou subvertidas, a legitimidade do

---

<sup>10</sup>Para saber mais sobre o litígio, acesse:  
<https://www.electoralcommission.org.uk/media-centre/vote-leave-fined-and-referred-police-breaking-electoral-law>

governo e do processo democrático que o elegeu se esvazia (Graham-Harrison, 2018; Inman, 2023; Sweney, 2023; Stewart, 2023; Partington, 2023a; Partington, 2023b; Simpson, 2024).

### **3.3. As narrativizações do Bolsonarismo: contexto e linguagem em perspectiva**

Em 28 de outubro de 2018, Jair Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil, com 55% dos votos válidos. Para que o Brasil chegasse ao ponto de estar receptivo a um candidato como Jair Bolsonaro, houve uma série de eventualidades que propiciaram o tipo de narrativa que o legitima. Em março de 2013 o governo Dilma Rousseff era definido como bom ou ótimo por 63% do povo brasileiro, em junho despencou para 31% e em setembro para 22% (BBC, 2015). Durante esse meio tempo, ocorreu o que Souza Neto (2020) nomeou de “explosão social”, um senso de rejeição assistemática e desorganizada para com o *status quo*. À época, o Brasil ia bem, ainda em período de redução continuada da desigualdade, com indicadores sociais positivos - por exemplo, o PNAD de 2013 registrou dados sobre a escolaridade da população brasileira, a formalização do trabalho e renda dos trabalhadores que refletiam o progresso das políticas sociais até então implementadas - e sediaria em breve a Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas, uma decisão tomada para refletir o crescimento do Brasil para o mundo e, em contrapartida, fomentar a economia e o turismo. Em junho de 2013 ocorreu em São Paulo as primeiras manifestações públicas, convocadas pelo “Movimento Passe Livre” - integrados em sua maioria por jovens de esquerda que eram parte do movimento estudantil - para protestar contra o aumento da tarifa de ônibus, de 20 centavos, autorizado pela prefeitura paulistana (Souza Neto, 2020).

A partir de então “O Gigante Acordou”, isto é, as manifestações que se seguiram não teriam qualquer relação com a convocatória original, mas se difundiram em movimentos cada vez mais populosos e amorfos, em que não se havia uma pauta, ou pautas, em comum a serem reivindicadas. Indivíduos em uma mesma passeata poderiam estar demandando por temáticas completamente diferentes - o alto gasto com as obras públicas, mais recursos para educação e saúde, o preço do pedágio, a corrupção governamental, etc. - ou não ter uma razão em particular para estar protestando, e só o que teriam como elemento de unificação seria a rejeição aos partidos e aos políticos (ou a profissão de ser político), e um profundo senso de insatisfação indefinido. Como Trigo (2018, p. 11) coloca: “se há algo que ainda une os brasileiros é o sentimento generalizado de que alguma coisa deu muito errado com o nosso país”. Até então, a cobrança com relação à corrupção, em específico, ainda era feita por parte

da esquerda, mas, a partir das manifestações de 2013, particularmente após a instrumentalização das investigações apelidadas de “Lava Jato” para perseguir figuras-chave da política brasileira, em específico àquelas associadas ao Partido dos Trabalhadores (PT), o jogo virou. O “escândalo” orquestrado como um filme hollywoodiano - com figuras popularizadas como “o japonês da federal” e prisões preventivas transmitidas online e na televisão como cenas de ação escritas para impressionar - dissolveu no imaginário popular a associação entre o Partido dos Trabalhadores e o progressismo, e assim o PT passaria a ser visto de modo cada vez mais negativo pelos manifestantes que se aglomeravam pelas ruas do país, e cuja atenção estava sendo focalizada no combate à corrupção (Souza Neto, 2020).

É interessante notar que essas manifestações eram organizadas de forma bastante sistemática, por meio de eventos marcados via Facebook - onde se poderia confirmar presença com um clique e convidar amigos a participar - ou, em casos mais raros, através de fóruns ou outras redes sociais. Essas manifestações eram compostas, inicialmente, por jovens - adolescentes e jovens adultos -, mas eventualmente passaram a incluir mais adultos e idosos, do mesmo modo, a pauta da corrupção passou a ser apropriada pela direita, e logo pela extrema direita, que encontrou na Lava Jato uma oportunidade perfeita para quebrar a tradição política do Partido dos Trabalhadores, que se mantinha no poder desde 2002. A crescente hostilidade aos políticos e a política - a qual é totalmente correlacionável ao tema do combate à corrupção, que se tornava dominante - fez com que Rousseff, como a presidente em poder à época, fosse alvo da maioria das críticas, ainda que seu governo, até então, não tivesse oferecido razões suficientes para tanto. A insatisfação popular se apresentava em tom cada vez mais hostil, desrespeitoso e ofensivo, e o ambiente político se degradou ao ponto de mesmo medidas absolutamente positivas como o programa “Mais Médicos” se tornasse motivo de críticas veementes, pelo simples fato de incluir médicos cubanos como parte de seu escopo (Souza Neto, 2020).

Nesse sentido, não é surpreendente que as eleições de 2014 tenham ocorrido em clima de extrema polarização, ao ponto de famílias se dividirem, casamentos acabando em divórcio e amigos cortando relações devido às opiniões partidárias de cada lado. Talvez o nível a que tenha chegado a polarização seja mais impressionante pelo fato de que nunca antes os brasileiros haviam se importado mais com a política, poucos se consideravam neutros ou desinteressados nos rumos das eleições naquele ano, o que é sabido ser novo pelo simples fato de que anteriormente considerava-se os políticos como “todos a mesma coisa”, e por isso

o interesse em tomar uma decisão informada era menor. É possível afirmar que a mediação da Lava Jato, em combinação com a instabilidade pública e a tensão política criaram a atmosfera propícia para tanto: era praticamente impossível escapar do tema quando estava presente de forma tão explícita e frequente. Embora Rousseff tenha levado a vitória por uma margem pequena, logo esse fato seria posto em cheque por seus adversários, que sustentavam que a campanha do PT havia sido financiada por recursos oriundos da corrupção e por isso os resultados seriam inválidos. Ao desafiar a legitimidade do processo eleitoral, o regime democrático que se segue se deslegitima. O agonismo não deve se degenerar em antagonismo disruptivo, pois as regras e princípios democráticos devem ser respeitados entre adversários (Mouffe, 2000; Souza Neto, 2000).

Talvez esse tenha sido o momento mais crítico para a jovem democracia brasileira, pelo simples fato de que, ao abrir a caixa de pandora - ao questionar os resultados das eleições - a própria tradição democrática que ainda é incipiente no país tenha sido enfraquecida. Isto pode ser visto como bases sólidas para a introdução da narrativa bolsonarista que clamava pela volta da ditadura e a implementação de um novo regime militar para colocar “ordem” no Brasil, bem como o discurso de ódio que pregava a morte de seus adversários (neste caso colocados como inimigos) e a eliminação de minorias sociais que foram condenados ao ostracismo por serem marcados como um reflexo das políticas públicas implementadas por tais adversários. De modo similar, foi fundamental para que o exercício do poder por parte de Rousseff fosse corroído ao ponto de se tornar nulo, uma vez que fragilizou-se um dos elementos fundamentais da democracia: a expectativa generalizada da execução do poder pelo ganhador das eleições. Ao colocar em dúvida a vitória do adversário, e com o ambiente político corroído ao ponto de ser irrecuperável, Rousseff pouco pôde fazer para recobrar sua legitimidade, que acabou sendo arrasada ao ponto de um *impeachment* por um suposto crime de responsabilidade (Souza Neto, 2020).

Souza Neto (2020) compreende que o processo de *impeachment* nasceu por desvio de finalidade, um ato de retaliação por parte de Eduardo Cunha que estava sendo processado na Comissão de Ética da Câmara dos Deputados por manter contas no exterior não declaradas, e tal processo só existiu devido aos votos à favor de dois deputados do PT. De acordo com o advogado, a tese do *impeachment* como o acontecido no caso de Rousseff é insustentável juridicamente, uma vez que só poderia ter ocorrido no sistema presidencialista por conduta atentatória contra a própria Constituição Federal, e não por perda de apoio político - como

pode ocorrer no Parlamentarismo - vide artigo 85 (da Constituição): “são crime de responsabilidade os atos do presidente da República que atentem contra a Constituição Federal”. As chamadas “pedaladas fiscais” foram o pretexto para o afastamento da presidente, ainda que fossem rotina também em governos anteriores, mas, para além disso, inaugurou o processo de desnaturalização da Constituição de 1988<sup>11</sup> e dos valores constitucionais-democráticos por ela implementados, o que se refletiria nas narrativas empregadas pela campanha de Bolsonaro de maneiras diversas. Talvez a principal delas sendo o fomentar de um ambiente cultural propício ao discurso de ódio, e não apenas de ódio, mas diretamente violento e abusivo. Durante o período “fora Dilma”, das eleições de 2014 até o momento do afastamento de suas funções como presidente, Rousseff sofreu diversos ataques contra sua pessoa. A imagem abaixo ilustra um exemplo:

**Figura 8.** Adesivo de carro utilizando da imagem da presidente Rousseff de forma inapropriada.



Fonte: Terra, 2015

---

<sup>11</sup>Como Souza Neto (2020) denota, em 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF) felizmente realizou uma intervenção importante no controle do procedimento do *impeachment* a favor dos preceitos democráticos, de modo a adequá-los à constituição de 1988. De acordo com a decisão, o papel da Câmara dos Deputados deixava de ter juízo de admissibilidade, que ficaria a cargo do Senado Federal. Desse modo, apenas pela decisão do Senado a suspensão do presidente da república e suas funções aconteceria pela instauração do processo. A Câmara passa a apenas autorizar o processamento da denúncia que seria repassado ao Senado para ser devidamente admissível.

Como é possível notar pela Figura 9, a violência explícita da imagem da presidenta - alterada para parecer estar de pernas abertas e semi desnuda - é não apenas injuriosa por si só, mas passa a configurar um grave exemplo da cultura de estupro no momento em que se abastece o veículo, uma vez que o gancho de encaixe da bomba de gasolina seria introduzido dentre as pernas da montagem, de forma a figurar penetração vaginal na presidente. A partir do momento em que algo tão grotesco se tornou parte de uma narrativa considerada aceitável para se denotar a insatisfação quanto a política brasileira, a linguagem assumida pelo extremismo de Jair Bolsonaro passou a se tornar legítima. Diretamente relacionado foi o voto de Bolsonaro a favor da remoção da ex-presidente - quando ainda apenas deputado federal pelo Rio de Janeiro -: “em memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o terror de Dilma Rousseff”. Esta frase por si só une duas narrativas conjuntas, a primeira e mais eminente é a homenagem a um dos mais famosos torturadores da história brasileira, e assim também ao período ditatorial e todos os seus crimes contra a humanidade, e, em segundo plano a alusão ao período em que a própria ex-presidente foi presa e torturada em 1970 (El-Jaick, 2020).

El-Jaick apresenta uma discussão específica sobre o assunto ao questionar, através de Paveau (2015, p. 18) “*can one say anything?*” (pode-se dizer qualquer coisa? em tradução livre). De acordo com a autora, a resposta para essa pergunta se encontra na intersecção entre filosofia - mais especificamente a ética - e a linguística. Argumenta-se que é, portanto, uma questão linguística, e não somente filosófica. Optou-se por evitar a tangente associada às discussões sobre ética e moral, de modo que, salienta-se o papel do humor como facilitador para um discurso baseado na promoção de valores autoritários e que fazem alusão à tortura e ao abuso de poder de modo leviano. De um ponto de vista puramente linguístico, El-Jaick (2020) aponta que, principalmente a partir da figura de linguagem da ironia e do recurso estilístico do sarcasmo, ambos presentes amplamente no discurso bolsonarista - particularmente no sentido pejorativo, ostensivo e antagônico - é possível notar o esvaziamento provocado em discursos que, em outras circunstâncias, seriam considerados inaceitáveis. Isso no sentido de que parece haver certa capacidade de amenizar o uso de palavras e expressões, e mesmo o próprio discurso imputado a fim de se tornar algo aceitável, quiçá engraçado se considerado como humor “politicamente incorreto”.

A utilização deste tipo de linguagem apresenta outra vantagem: consegue solapar não somente a imagem do objeto da frase, e ainda questionar e/ou atacar sua existência/validade,

mas ainda torna qualquer que seja a resposta para a colocação feita uma reclamação. Ou seja, possui a capacidade de reinterpretar o tom argumentativo da contestação como algo dramático, aborrecido e desnecessário, nas palavras da época: “mimimi”. Esta vantagem em particular casa especialmente bem com uma das narrativas centrais da campanha de Bolsonaro: sua hostilidade ao Partido dos Trabalhadores. No decorrer da Lava Jato, o sistema de justiça passou a ser visto como antagonista ao sistema político junto à opinião pública, a(s) narrativa(s) construída(s) a partir disso denota marcas discursivas que foram construídas e sustentadas pelo antipetismo como sinônimo de apoio à luta anticorrupção. Isso se deu graças à fabulação de uma teia de eventos que tentaram colocar o então ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva como “maior beneficiário” dos supostos esquemas de distribuição de propina em investigação. O interessante sobre a Lava Jato é que a forma como foi arquitetado e subsequentemente publicizado foi semelhante à construção cognitiva de uma *fake news*: “não tenho provas, mas tenho convicções”, o que importa é o poder de convencimento, e não a comprovação dos fatos (Lopes, Albuquerque e Bezerra, 2020).

Assim, tornou “a justiça como algo moral que se opõe a uma política imoral” (Lopes, Albuquerque e Bezerra, 2020, p.318), o que significou o alvejamento do PT como principal culpado. Em manifestações a favor da Lava Jato e contra o Partido dos Trabalhadores se tornou comum a presença de camisetas, bonecos, cartazes e demais apetrechos em que o juiz Sérgio Moro - figura central para a Lava Jato e para a então glorificação do sistema de justiça como salvação da pátria - era colocado em roupas do super-homem - por vezes representado com as cores da bandeira brasileira em substituição ao vermelho e azul do original -, em oposição aos ex-presidentes Dilma e Lula - os alvos preferidos devido ao fato de terem sido não somente presidentes da República, mas símbolos representativos de seu partido - os quais sempre eram expostos com roupas de presidiários, e/ou atrás de grades. O rompimento da ideia da imparcialidade de um juiz - bem como do sistema de justiça em geral - contribuiu para que o judiciário fosse visto como uma instituição que deveria ter poderes especiais sobre o sistema político, a fim de “limpar a sujeira” gerada por este. “A sujeira” sendo entendida como o centro da insatisfação com o sistema político: a corrupção, que se tornara “mal maior do país” por desviar verbas da saúde, educação, segurança, dos serviços públicos de saúde, etc (Lopes, Albuquerque e Bezerra, 2020).

**Figura 9.** Exemplos de bonecos antipetistas e pró-Moro em manifestações de 2016.



Fonte: Veja, 2016

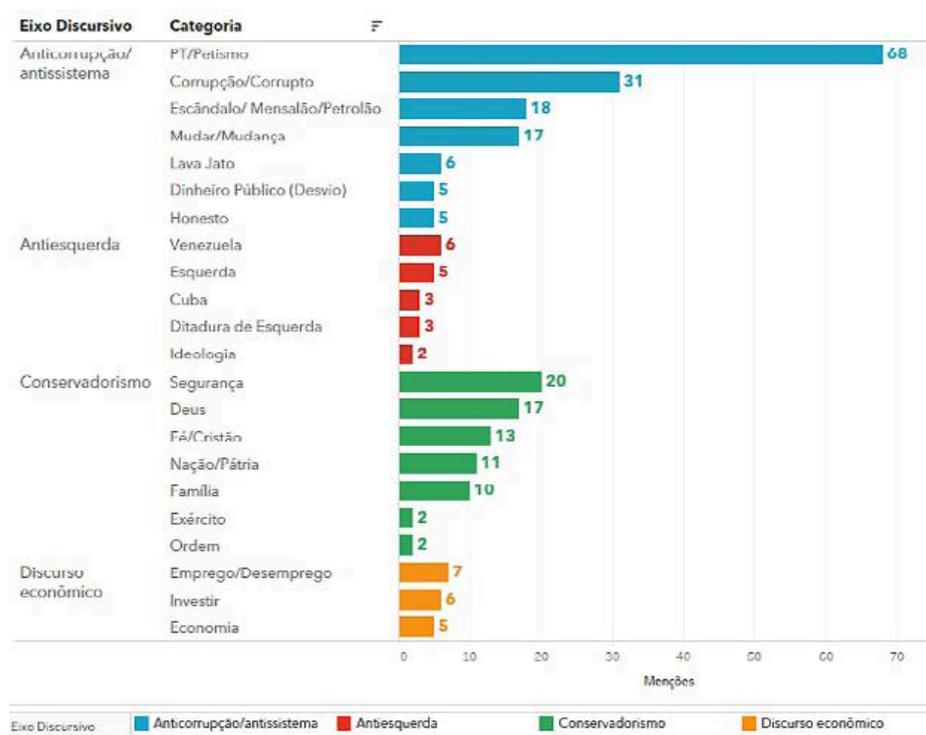


Fonte: Estadão, 2016.

Levando em conta este contexto, faz sentido que: “o candidato que na eleição de 2018 tenha se colocado em antagonia ao sistema seja aquele que melhor mobilizou a narrativa anticorrupção produzida pela Lava Jato” (Lopes, Albuquerque e Bezerra, 2020, p.382). A Lava Jato adensou o sentimento de desconfiança com relação aos políticos e de aversão com

relação à política, colaborando para o crescente desejo de uma liderança *outsider* cujo discurso combativo deveria se apresentar também como anti-político. Desse modo, o enquadramento da luta anticorrupção do modo como aconteceu produzira um discurso antissistema, pelo qual Bolsonaro conseguiu constituir uma narrativa como representante genuíno das insatisfações populares com o sistema político. Por esse motivo, a campanha de Bolsonaro foi capaz de reunir o apoio de quatro setores importantes para a política brasileira: os conservadores (como líderes religiosos que tinham ampla base de apoio, profissionais da segurança pública como policiais civis e facções das Forças Armadas); os agentes econômicos (empresários e comerciantes, os envolvidos no agronegócio, os que compunham o mercado financeiro); e antissistema (a ampla maioria que se articulavam em torno da bandeira anticorrupção). O elemento que unificou esses setores do eleitorado em favor de Bolsonaro foi, sem dúvida, o antipetismo (Lopes, Albuquerque e Bezerra, 2020).

**Gráfico 3.** Recorrência de Categorias por Eixo Discursivo.



**Fonte:** reprodução do gráfico de Lopes, Albuquerque e Bezerra, 2020, p. 383.

Como é possível inferir pelo gráfico, os elementos semânticos que se relacionam com as demandas do eleitorado de Bolsonaro se concentram em quatro eixos: anticorrupção/antissistema, conservadorismo, economia, anti-esquerda. Para além disso, é

possível perceber que os temas do eixo anticorrupção/antissistema aparecem mais recorrentemente do que qualquer dos outros eixos, sendo o Partido dos Trabalhadores ou o “petismo” mencionado 68 vezes nos Horários Gratuitos de Propaganda Eleitoral (HGPE), o que indica que a estratégia discursiva de Bolsonaro está alinhada com uma narrativa que visa destruir o inimigo - ou mais especificamente sua imagem pública - do que propriamente promover suas próprias ideias ou um programa de ações coerente para o futuro. Isso se reflete também online, na campanha através das redes sociais (Twitter e Facebook), onde 36 publicações envolvem acusações de corrupção contra o adversário e o PT no Facebook e 30 no Twitter. Portanto, o antipetismo e a luta anticorrupção são equiparados a duas faces da mesma moeda na campanha de Bolsonaro, sendo o PT repetidamente pintado como o representante da corrupção na política brasileira, e os esquemas do Mensalão e do Petrolão - apelidados dados às supostas investigações da Lava Jato - como os maiores escândalos da história do país, o que seria “comprovado” pela exemplificação das prisões de lideranças petistas, particularmente, a do presidente Lula (Lopes, Albuquerque e Bezerra, 2020).

**Figura 10.** Imagens que apresentam a narrativa antipetista em conjunção com a narrativa de integridade de Bolsonaro.



Fonte: Cesarino, 2020, p. 103.

A mobilização do sentimento partidário de rejeição ao PT se dá de inúmeras maneiras. É interessante observar a partir da figura 11 como a narrativização do passado (na esquerda) aparece como “prova” do presente. A imagem de Lula como prisioneiro *versus* a imagem de Bolsonaro como integrante do exército tece uma mensagem clara de como o passado de ambos reflete o presente em que se encontram - e por consequência o futuro que ambos podem conceber para o Brasil -, ainda que sem contexto, “explica muita coisa” ao atribuir a ambos um papel específico que define quem são e o que podem contribuir para a sociedade brasileira. “De que lado você está?” traça uma divisão clara entre ambos, e ainda consegue aludir à moralidade de cada lado, que está explícita na própria narrativização da imagem de um prisioneiro e de um oficial do exército. Por outro lado, no caso da imagem de Haddad *versus* Bolsonaro, a diferenciação entre ambos os lados é feita explicitamente em palavras, Haddad é rotulado de ladrão, e Bolsonaro de polícia - ainda que ambos sejam incorretos factualmente - a fim de criar um contraste moral entre os dois candidatos. “Nunca foi tão fácil” alude ao recorrente tema de que “o Brasil” reconhece a validade dessa contraposição a partir do movimento anticorrupção e pró-sistema de justiça (aqui representado como “polícia”, como no caso também do “japonês da federal”).

Discursivamente, é comum a afirmação que o PT fez algo (como: “fizeram de Brasília um balcão de negócios, muitos deles já estão presos”) ou que é contra algo (como o judiciário, o Ministério Público ou o sistema de justiça em geral) e que está disposto a se manter no poder a qualquer custo (como: “o PT desafia o judiciário. Eles querem soltar o presidiário [Lula] e não sair mais do poder. Agora é o Brasil contra a corrupção. Agora é o Brasil contra o PT”), mas também acrescentam que o Brasil “agora” acordou para a verdadeira natureza da política petista, implicando que essas acusações são reconhecidas como legítimas por parte do povo brasileiro. As menções com relação à prisão de Lula - e as veementes condenações implícitas a sua libertação - são recorrentes, e fazem parte do imaginário construído para criar um inimigo que deve ser (definitivamente) vencido. Do mesmo modo, a instrumentalização da imagem de Bolsonaro como único candidato antissistema é frequente, por exemplo, nas aberturas do HGPE: todas se iniciam com “começa agora o programa do presidente livre e independente”. Apesar de político profissional há 30 anos, Bolsonaro reforça sua posição como *outlier* ao tentar se mostrar como honesto e um “novo” tipo de político que supostamente não compromete sua posição através de “conchavos” (Lopes, Albuquerque e Bezerra, 2020).

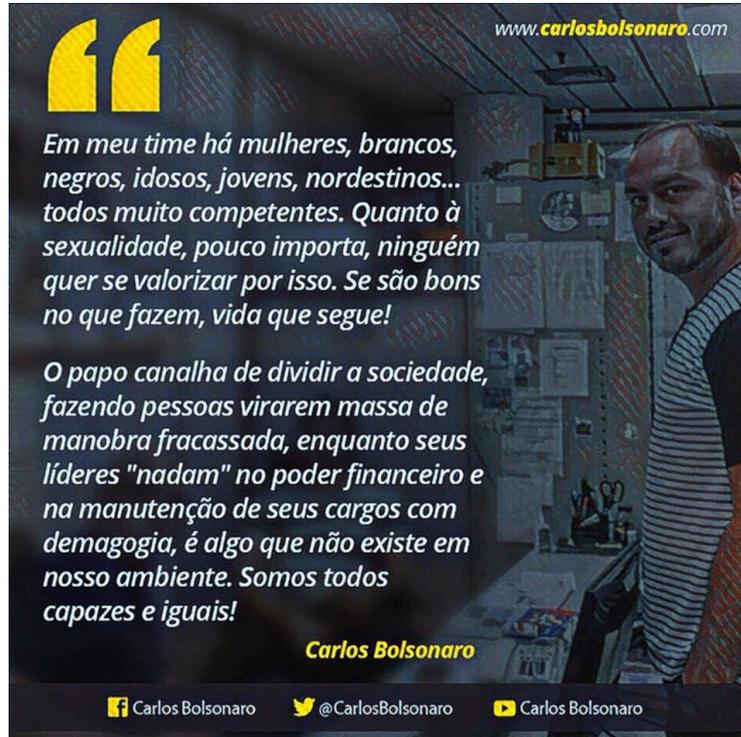
Outro ponto importante da narrativa de Bolsonaro se encontra na forte defesa do neoliberalismo e das políticas neoliberais, em consonância com os grandes grupos empresariais que foram peças centrais para sustentar sua campanha. Acontece que a defesa às políticas neoliberais significa também a defesa aos valores do neoliberalismo, que, como foi mostrado anteriormente, se encontra não somente como racionalidade dominante, mas ainda tem ligação direta com a religião cristã. A narrativa de Bolsonaro foi particularmente efetiva ao coligar os pilares conservadores de família, igreja (ou mais especificamente Deus) e moralidade para sustentar sua candidatura. Através desse discurso, em adição ao contexto e a seus outros eixos discursivos, Bolsonaro conseguiu se colocar como salvador da pátria incumbido de uma missão divina, o que foi bem aceito, sobretudo pela parcela evangélica de seus eleitores. Gracino Jr., Goulart e Frias (2021, p.570) compreendem que o ressentimento é “o afeto que catalisa os vínculos de identificação entre a candidatura de Bolsonaro e seu eleitorado”. Isso quer dizer que o fundo religioso que fundamenta a narrativa serviu como elemento mobilizador de afetos, os quais foram traduzidos em adesão eleitoral (Perin, Trevisol e Almeida, 2020).

Por esses motivos, o antipetismo é a cola que reúne as diferentes facetas do discurso bolsonarista: estabelece um inimigo a ser vencido que consegue ser vilanizado não somente político-moralmente (por ser corrupto), mas ainda espiritual-moralmente. A associação do PT com desinformações como a pauta do “kit gay”, por exemplo, foi essencial para estabelecer uma conexão identitária entre a narrativa bolsonarista e a retórica religiosa. O ressentimento da parcela evangélica para com as minorias que estavam ganhando foco político durante o período Lula-Dilma, principalmente quando essa parcela ainda se via como sub-representada e “humilhada” (se entendendo como excluídos cultural e socialmente), foi circunstância propícia para prontamente aceitar um novo messias que utilizava de seu vocabulário em rede nacional. “Deus acima de todos” é um discurso agradável para todos os que se guiam pelos preceitos religioso-conservador, pois, ideologicamente, implica um sentido de sociedade conservadora que não admite contradições, críticas ou mudanças. A defesa à família tradicional em aliança com o patriotismo de fachada foram discursos que serviram para reafirmar o enfrentamento das ameaças e incertezas do mundo contemporâneo a partir do desenvolvimento do país fora dos moldes “tradicionais” da política “petista”. Isto colaborou para reforçar sua narrativa como candidato *outlier* (Perin, Trevisol e Almeida, 2020; Gracino Jr., Goulart e Frias, 2021).

Cesarino (2019a, p.533) identifica cinco funções discursivas importantes na linguagem utilizada pela campanha Bolsonaro online: 1. a “mobilização permanente através de conteúdos alarmistas e conspiratórios”, que tem a ver com o emprego de *fake news*, imagens, memes e mesmo os *disclaimers* que esses possam apresentar (“repassa para o máximo de pessoas possível!” é um dos mais populares); 2. a “criação de um canal direto e exclusivo de comunicação entre a liderança e seu público através da deslegitimação de instâncias de produção de conhecimento autorizado na esfera pública (notadamente, a academia e a imprensa profissional)”, que está ligado às redes sociais e a imagem de *outlier* pela qual Bolsonaro foi eleito, a autora acrescenta que, há uma expectativa comum entre apoiadores de que “com sorte” suas mensagens chegarão ao próprio Jair (como nos *disclaimers* “compartilhe até chegar no presidente” ou algum de seus filhos) e serve ainda como gatilho para a reprodução do material veiculado. Interessantemente, a campanha Bolsonaro, incluindo o próprio, cuidadosamente alimentou essa expectativa com regularidade, por exemplo ao produzir conteúdo em redes sociais afirmando que tal medida foi tomada após pessoalmente receber pedidos de eleitores por meio dos canais de comunicação em comum; 3. o “espelho invertido do inimigo e devolução de acusações”.

Este último merece maior destaque por não o termos discutido ainda. Cesarino (2019a) aponta que há a construção de uma estrutura de redução de complexidade que reduz qualquer que seja o entorno das narrativas bolsonaristas aos seus próprios termos. Ou seja, “agentes desestabilizadores” - qualquer narrativa que ponha em questionamento a narrativa em vigor pelo lado de Bolsonaro - são continuamente simplificados para a função estrutural de inimigo. Isso é feito através de uma inversão radical da realidade: “um elemento tabu é assim elevado a ente sagrado, único capaz de purificar um sistema corrompido e reconstruir a integridade do grupo em bases radicalmente novas” (Cesarino, 2019a, p. 538). O inovador da campanha Bolsonaro foi o de conceder identidades enquadradas “através da gramática do reconhecimento, particularmente categorias como minorias ou subalternos” (idem). A autora argumenta que a campanha bolsonarista mobilizou os marcadores de diferença privilegiados pelas políticas de identidade no Brasil - gênero, raça e orientação sexual - centralmente enquanto inimigos, porém a fronteira se encontrava não entre as próprias minorias (entre homens e mulheres, negros e brancos, gays e héteros), e sim entre a militância feminista, o movimento negro e o LGBT *versus* os conservadores de direita, ou ainda “cidadãos de bem”. Por exemplo, na figura 12:

**Figura 11.** Postagens de Carlos Bolsonaro e Eduardo Bolsonaro em suas respectivas páginas do Facebook, foram compostas para incluir parcelas de grupos minoritários como parte de sua base de apoio.



**Fonte:** Facebook de Carlos Bolsonaro, postagem de 20 de Janeiro de 2018.



**Fonte:** Facebook de Eduardo Bolsonaro, postagem de 21 de Julho de 2016.

Isso explica como parcelas de tais minorias acabaram por se juntar ao lado que lhes opunha: àqueles que não tinham especial interesse na “gramática identitária das políticas de reconhecimento” conseguem se encontrar pertencentes na cadeia de equivalência do bolsonarismo, que utilizava de termos generalizados - como “brasileiros”, “patriotas”, “cidadãos de bem”, “trabalhadores” - para definir uma identidade comum entre seus diferentes eleitores. É claro, continuam a mobilizar o discurso antipetista, desta vez associando-o à militância para criar a correlação de ameaça, geralmente apresentada no imaginário popular como a figura do bandido ou da elite hipócrita e corrupta. “Os esquerdistas praticam ATIVISMO, enquanto os conservadores de direita praticam o PATRIOTISMO”, frase que rodou os grupos de WhatsApp pró-Bolsonaro, resume bem o sentimento. Um bom exemplo da inversão de discurso foi o caso do voto feminino contra Bolsonaro: em setembro de 2018 as manifestações do #EleNão ocorreram em todo o Brasil. Após os atos, foi possível observar no Facebook, WhatsApp e outras plataformas conteúdo disseminado trazendo as manifestantes/feministas como inimigos, associadas à desordem, à nudez, a falta de higiene e de pudor, à ameaça e à hipocrisia (por supostamente quererem manter seus privilégios que eram colocados como corruptos). A linguagem por si só era uma inversão como a hashtag original para #ElasNão e/ou #EleSim (Cesarino, 2019a).

Esse tipo de contraposição estética binária objetiva atingir diretamente os afetos, a fim de gerar efeitos viscerais de repulsa por um grupo (o da esquerda) e atração pelo outro grupo (o da direita). O simbolismo associado a esses afetos é bastante básico, como cores (por exemplo, vermelho *versus* verde e amarelo), palavras de ordens (por exemplo, “compartilhe até chegar no presidente”) e dicotômica (por exemplo, corrupto *versus* honesto). A atribuição de valores é ainda importante para estabelecer a imagética de atraente/repulsivo: se as mulheres de esquerda são feias, as de direita são muito mais bonitas. Se as mulheres de esquerda são desordeiras, as de direita são recatadas; se as mulheres de esquerda são sujas/perversas, as de direita são higiênicas/decentes, se as mulheres de esquerda são passíveis de desprezo, as de direita são dignas de respeito. Abaixo, observe o exemplo da figura 13:

**Figura 12.** Montagem demonstrando a técnica de espelhamento e inversão que produzem nas usuárias do Facebook participantes da página “Mulheres com Bolsonaro” afetos de repulsa visceral para com mulheres de esquerda e o movimento feminista e de simpatia com as mulheres de direita pró-Bolsonaro.



Fonte: Cesarino, 2020, p. 110.

**Figura 13.** Imagem exemplo de duplo mecanismo de redução da complexidade contendo: o eixo da equivalência representado no “todo o Brasil” e nas cores verde-e-amarelo, e da diferença representado no “contra o PT” a fim de atingir os afetos de raiva.



Fonte: Cesarino 2020, p. 102.

A figura 14, por outro lado, demonstra o antipetismo sendo expresso pela redução de complexidade que é co-ligada tanto a equivalência entre indivíduos para a base eleitoral de

bolsonaro, como no alvejo dos afetos de raiva que, neste caso, promovem uma ação em prol da união contra o inimigo em comum. Outra faceta da linguagem utilizada pela campanha Bolsonaro, desta vez vista pelo recorte de raça, observa-se que houve um resgate “vulgarizado” da miscigenação racial em esforços como “minha cor é o Brasil”. Através de vídeos figurando pessoas negras e indígenas - particularmente Hélio Negão e Ysani Kalapalo), foi construída uma narrativa de contestação a representatividade do ativismo negro e indígena, através do significante vazio “Brasil” a cadeia de equivalência é implicada. A partir disso, é possível inverter as acusações desses movimentos através da acusação de que suas políticas de identidades são “vitimismo”, ou ainda de que as políticas de cotas são “privilégio”, e que a reparação histórica seria apenas uma desculpa para mantê-lo (Cesarino, 2019a). Abaixo, na figura 15, Bolsonaro e Negão promovem esse resgate:

**Figura 14.** Fotografia de Bolsonaro e Hélio Negão vestindo a mesma camiseta com o slogan “minha cor é o Brasil”.



Fonte: Moura, 2019.

Por fim, Cesarino (2019a), perspicazmente observa um componente persistente, ainda que sutil, na linguagem empregada pelo bolsonarismo: elementos da racionalidade neoliberal. Na linguagem de equivalência bolsonarista se apresentam noções genéricas de meritocracia e liberdade individual (principalmente no sentido de definir seu “valor” o que se correlaciona com a lógica do empreendedor de si); já na linguagem do espelho invertido (que implica

também a diferenciação) se utilizam de noções de moralidade conectados ao privilégio, corrupção e/ou coletivismo que são associadas tanto à militância em torno de suas demandas de políticas de reconhecimento, como de adversários políticos como políticos e/ou artistas associados ao PT ou simplesmente anti-Bolsonaro. Nesse sentido, um dos significantes vazios que caracterizam o inimigo foi a “mamata”, o qual articulou de modo eficaz a equivalência entre “demandas por reconhecimento através de políticas da diferença e grupos que sustentariam privilégios às custas dos impostos pagos por quem trabalha ‘de verdade’” (Cesarino, 2019a, p.544). É importante observar que, nesse discurso, a corrupção é atribuída somente à classe política e ao setor público, o que, por contraste, associou à iniciativa privada a transparência e a “pureza de propósitos”. Isto significou a autorização por discurso da classe de empresários e pessoas ricas como parceiros do povo na luta anticorrupção, essa agora diretamente ligada ao Estado de bem estar social que corrompe a sociedade. O elemento da racionalidade neoliberal presente é, portanto, o Estado mínimo.

No imaginário popular, esse discurso foi representado pelo militante da federal (geralmente associado ao movimento negro) que “mama nas tetas” do Estado, na universidade pública federal gratuita que seria somente “balbúrdia” e portanto desperdício de verbas públicas, na “bolsa travesti” supostamente implementada por Haddad que “deixou 100 mil crianças sem creche”, em prostitutas, presidiários e drogados que supostamente ganhariam benefícios do Estado em valores absurdamente superiores aos do salário mínimo do “trabalhador honesto”, na “Lei Rouanet” e no corte de verbas para o setor cultural, o qual Bolsonaro usou como razão por trás da oposição por parte da classe artística que se manifestava contra ele. Projetos como “Escola sem Partido” e a eleição de evangélicos para conselhos tutelares são exemplos da conexão neoliberalismo-conservadorismo refletidas na pauta bolsonarista, uma vez que representam o desejo pelo recuo do Estado secular em domínios que são considerados como jurisdição exclusiva da igreja e da família, nomeadamente a sexualidade e a educação moral, ambas particularmente importantes para a parcela religiosa-cristã da população (Cesarino, 2019a).

Ainda, a lógica de luta de classes que é historicamente estruturada pela oposição entre capital e trabalho tem sido invertida ao equivaler trabalhadores e pequenos empreendedores ao mercado e os grandes empresários, como inimigos de um residual do “comunismo” que é supostamente a fonte do mal geral da nação. O mercado passa a contemplar os interesses do povo, e, em conjunção com o antagonismo ao Estado de bem estar - ou ainda de qualquer

forma de regulação do mercado que significaria a vitória do inimigo - consegue não somente substituir a solidariedade horizontal de classe, mas transfigurar a compreensão da classe trabalhadora para com suas próprias necessidades e interesses. Tal coisa se encaixa perfeitamente com a lógica mercadológica do empreendedor de si, que significa que a culpabilidade da falha, miséria ou do desemprego passa a ser do indivíduo. Por outro lado, permite que a classe média - outrora progressivamente beneficiada pelas políticas de bem estar social e desenvolvimentistas do governo Lula-Dilma - passem a se sentir ressentidas e lesadas pelo PT, não por acaso se tornou um dos bastiões do bolsonarismo (Cesarino, 2019a).

Vale ressaltar também que o contexto de austeridade neoliberal colabora para a construção de um contínuo ressentimento e rancor para com o funcionalismo público: a incerteza e constante cobrança pessoal do mercado de trabalho privado faz parecer que as garantias e benefícios da carreira de servidor público são privilégios imerecidos. De modo similar, o avanço das políticas de identidade no Brasil em conjunção com as políticas de afirmação/reparação durante o período Lula-Dilma são encaradas como o governo privilegiando injustamente uma minoria da população, enquanto que os excluídos do processo sofrem por si mesmos. Isso justificaria a distorção da realidade bolsonarista em que essas minorias passam a ser vistas como opressoras, o que se reflete na linguagem a partir dos termos “feminazi” e “ditadura gay”, frequentemente utilizados durante a campanha de Bolsonaro. Tendo em vista esse contexto, o bolsonarismo oferece a essas pessoas não apenas um *outlet* para suas frustrações, ou ainda a representação de seus anseios, mas uma nova identidade que abarca a ambiguidade, confusão e insegurança sentidas dentro de um discurso agressivo e de narrativas que estabelecem um herói pronto para salvá-los (Cesarino, 2019a).

Essa identidade ainda oferece um lugar de reconhecimento, novo senso de liberdade e segurança, e “direitos”, relacionados diretamente com a forma de expressão de suas ideias, por exemplo de sua experiência e trajetória (em contraste com os “ditames incompreensíveis” dos especialistas), ou de sua pouca escolaridade (em contraste com a superioridade dos cientistas e professores). Por tudo isso, essa parcela da população vem tentando criar uma nova retórica hegemônica que tem sido pouco a pouco apresentada e literalmente ensinada à população através das redes sociais, como WhatsApp e Youtube. A simplicidade ao passar o conteúdo é essencial, utilizando de exemplos concretos e detalhes sobre o que é ser de direita ou conservador, e do mesmo, modo, o que é o ser inimigo, a esquerda. O texto abaixo, compartilhado nos grupos de WhatsApp bolsonaristas demonstram um bom exemplo:

Quando um cara de direita é vegetariano, ele não come carne.  
Quando um cara de esquerda é vegetariano, ele faz campanha contra alimentos a (sic) base de carne e gostaria de proibir a todos de comer carne.  
Quando um cara de direita é homossexual, ele tem uma vida normal.  
Quando um cara de esquerda é homossexual, ele faz apologia à homossexualidade, vai às manifestações do “orgulho gay” e acusam todos aqueles que não pensam como ele de “homofóbicos”.  
Quando alguém de direita perde o emprego, pensa em como sair da situação e fazer todo o possível para encontrar um novo emprego.  
Quando alguém de esquerda perde o emprego, ele vai reclamar ao sindicato, e gastará até o último dia e vai a todas as manifestações e ataques contra a direita e contra os empregadores (Cesarino, 2019a, p.547).

### **3.4. A máquina do ódio: WhatsApp e a ascensão do regime de informação no Brasil**

O marco das eleições de 2018 no Brasil foi, certamente, o volume imenso de notícias falsas, descontextualizações e desinformações, as quais saturaram as redes sociais dos brasileiros. À época, por volta dos 136 milhões de brasileiros dos 210 milhões que constituíam o país até então eram usuários do WhatsApp, ou seja, mais de 60% da população do Brasil. O WhatsApp é um aplicativo disponível para smartphones que possibilita a troca de mensagens e a comunicação via áudio e vídeo através da internet. As operadoras de telefonia oferecem o sistema de *zero rating* que permite acesso à aplicativos como Facebook, WhatsApp e Instagram - todos estes atualmente parte do grupo Meta - sem que seja necessário descontar do pacote de dados obtidos por seus clientes, uma característica que torna-os a escolha mais atraente para a comunicação entre indivíduos. Outra característica importante do WhatsApp, é que permite a criação de *chats* coletivos (com mais de dois participantes) para troca de mensagem, ou seja, uma quantidade determinada de indivíduos - o limite era de 256 integrantes, passou a ser de 1.024 membros em 2023 - pode ser adicionada a uma única conversa onde todos podem compartilhar o mesmo conteúdo (Nuvens ed., 2020; Mello, 2020; Guedin, 2023).

É sabido que, durante o período eleitoral de 2018, Bolsonaro tinha uma presença digital extremamente relevante, particularmente por ser superior aos demais candidatos. No Facebook possuía 6,9 milhões de seguidores, seis vezes mais do que Haddad, que não chegava a 1 milhão (mais especificamente, 689 mil), enquanto o presidente Lula possuía

pouco mais da metade desse valor: 3,8 milhões. Similarmente, no Instagram, Bolsonaro possuía 3,8 milhões de seguidores, Haddad 418 mil e Lula 524 mil. Carlos Bolsonaro, o segundo filho de Jair Bolsonaro e à frente da estratégia digital do pai, foi quem percebeu que as redes sociais seriam um recurso chave para a vitória nas eleições que estavam por vir. Bolsonaro 002 estimulou a criação de inúmeros grupos de WhatsApp e Facebook e identificou influenciadores - criadores de conteúdo digital que são populares em redes sociais, e portanto possuem maior público-alvo para a difusão de mensagens e narrativas - para colaborar com a campanha, mas, para além disso, Jair e seus três filhos políticos também se transformaram em influenciadores, comunicando-se diretamente com sua base de apoio e ainda compartilhando sua vida através do conteúdo produzido (Mello, 2020).

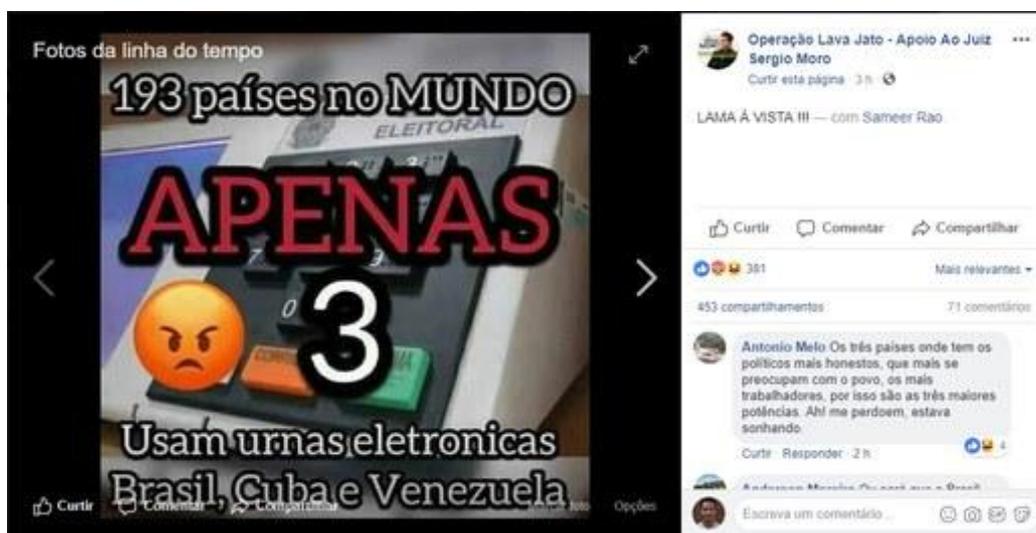
É importante destacar que essa estratégia foi particularmente brilhante devido ao contexto político do período em que foi implementada. A comunicação direta via redes sociais estimula o desenvolvimento de uma sensação recorrente de aproximação para com o público alvo/base eleitoral, enquanto que reafirma a narrativa de que é um candidato honesto, por responder diretamente aos questionamentos do público de modo simplificado. É a transliteração da narrativa sobre ser um *outlier* apto e disposto a romper com a “velha política” para a linguagem popularizada das redes sociais. A personalização das mensagens transmitidas, tendo como base o processo de datificação e o *profiling* colaboram para que essa linguagem se torne ainda mais acessível, eficaz e persuasiva (Mundim, Vasconcellos e Okado, 2023). Ainda, a campanha Bolsonaro fez amplo uso do efeito *firehosing* e do *microtargetting* como ferramentas para espalhar todo o tipo de mensagem que colaborasse para a narrativa do candidato, mas, principalmente, que menosprezasse ou preferivelmente arruinasse as narrativas dos demais candidatos através da linguagem, mais especificamente, do humor: deboche, sátira, sarcasmo ou ironia. Um exemplo relevante foi a atuação bem-quista de Marina Silva no debate de 17 de agosto de 2018 (Mello, 2020).

Durante o debate mencionado, a então candidata presidencial questionou a posição misógina de Bolsonaro, que justificou durante sua fala os salários mais baixos para as mulheres, problema social comum à maioria dos países no mundo. Sua performance durante o debate foi bem recebida pelo público devido a altivez e sinteticidade em sua fala ao rebater Bolsonaro. Graças ao projeto Eleições sem Fake, coordenado pelo professor Fabrício Benevenuto da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) que estava monitorando as principais redes sociais e grupos públicos no WhatsApp pró-Bolsonaro, foi-se registrado

ampla circulação de memes ridicularizando Marina Silva, particularmente em grupos do WhatsApp. O conteúdo envolvia, segundo o pesquisador, um mix de notícias falsas, memes e deboche atacando a aparência de Silva e sua postura como mulher (que foi parte do argumento da presidenciável durante o debate). As notícias falsas circuladas ainda incluíam a temática do aborto, implicando Silva ao acusá-la de ser a favor de um plebiscito que legalizasse o procedimento. É interessante notar esse padrão, primeiro o kit gay com integrantes do PT, e depois o aborto com Marina Silva (Mello, 2020).

Não por acaso os dois temas causam revolta nos círculos de direita e extrema direita, particularmente nos círculos conservadores-religiosos, uma das bases de apoio de Bolsonaro. Marina Silva é evangélica, e, portanto, ao utilizar do tema do aborto como conteúdo de *fake news* contra ela, causa erosão da confiança nos que são simpáticos a sua postura em favor da igualdade de direitos entre homens e mulheres, mas que consideram a questão do aborto como intrasponível (os evangélicos em geral). Em adição a isso, ainda implica no questionamento da honestidade e princípios da candidata. Do mesmo modo, a narrativa do “kit gay” serviu para afastar os conservadores moderados que antes apoiavam o PT, muitos desde o primeiro governo Lula. Ainda, o projeto Eleições sem Fake mostra que as notícias falsas que mais se espalharam por grupos de WhatsApp foram diretamente relacionadas ao processo democrático eleitoral brasileiro: “denúncias” de fraude e/ou mau funcionamento de urnas eletrônicas. Apesar dos esforços do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ao enfatizar que nunca havia sido comprovado fraude no uso das urnas eletrônicas desde sua adoção em 1996, a semente da dúvida plantada pelas *fake news* floresceu (Mello, 2020).

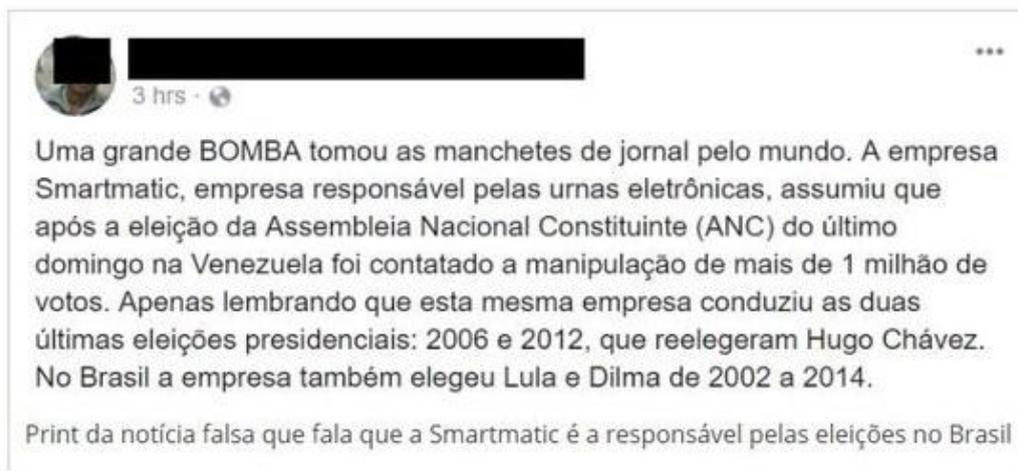
Figura 15. Exemplos de *fake news* sobre a urna eletrônica.



Fonte: Justiça Eleitoral, 2018.



Fonte: Justiça Eleitoral, 2018.



Fonte: Justiça Eleitoral, 2018<sup>12</sup>.

A agência de checagem Aos Fatos constatou que a mensagem falsa mais compartilhada foi a montagem em vídeo que supostamente denuncia que uma urna eletrônica completa automaticamente o voto no candidato do PT, essa *fake news* foi impulsionada por um tuíte do senador Flávio Bolsonaro, primogênito do então presidencial Jair Bolsonaro, e foi compartilhada 732 mil vezes nas redes sociais. O TSE desmentiu o caso através de um vídeo demonstrando como a montagem foi feita, mas, como é o caso de quase todas as notícias falsas, o estrago já estava feito: iniciou-se um movimento para exigir que as eleições ocorressem por voto impresso. Ao observar a figura 11, infere-se que o discurso ao redor das urnas eletrônicas não somente abordam questionamentos sobre sua transparência e segurança, mas, constituem um artifício para continuar a narrativa antipetista, que logo se tornou um mix de anticomunismo e anti-Venezuela/Cuba. Tendo como fundamentação a associação entre o petismo e a corrupção e assim assumindo sua desonestidade em qualquer ordem - uma vez que já estava estabelecida como verdadeira no imaginário popular - o discurso anti-urna eletrônica é um bom exemplo de que ao instrumentalizar a narrativa anticorrupção/ é possível questionar qualquer aspecto do processo democrático eleitoral. Ao observar esse exemplo, vem em mente o que Hannah Arendt descreve em 1951:

Num mundo incompreensível e em perpétua mudança, as massas haviam chegado a um ponto em que, ao mesmo tempo, acreditavam em tudo e em nada, julgavam que tudo era possível e que nada era verdadeiro. A própria mistura, por si, já era bastante notável, pois significava o fim da ilusão de que a credulidade fosse fraqueza de gente primitiva e ingênua, e que o cinismo fosse o vício superior dos espíritos refinados. A propaganda de massa descobriu que o seu público estava sempre disposto a acreditar no pior, por mais absurdo que fosse, sem objetar contra

<sup>12</sup>Para encontrar material similar, acesse: [justicaeleitoral.jus.br/fato-ou-boato/](http://justicaeleitoral.jus.br/fato-ou-boato/).

o fato de ser enganado, uma vez que achava que toda afirmação, afinal de contas, não passava de mentira. Os líderes totalitários basearam a sua propaganda no pressuposto psicológico correto de que, em tais condições, era possível fazer com que as pessoas acreditassem nas mais fantásticas afirmações em determinado dia, na certeza de que, se recebessem no dia seguinte a prova irrefutável da sua inverdade, apelariam para o cinismo; em lugar de abandonarem os líderes que lhes haviam mentido, diriam que sempre souberam que a afirmação era falsa, e admirariam os líderes pela grande esperteza tática (Arendt, 2013, p. 468).

Como Arendt (2013, p. 468) observa: “as massas haviam chegado a um ponto em que, ao mesmo tempo, acreditavam em tudo e em nada, julgavam que tudo era possível e que nada era verdadeiro”, mesmo com a demonstração de uma afirmação como inverdade não abandonam o líder que lhes convenceu daquela narrativa. Muitos nem sequer acreditam na desmistificação das *fake news*, ainda que não tenham comprovações para além de suas convicções sobre sua veracidade. No caso Bolsonaro, esse ceticismo crédulo foi instigado também através da compra de pacotes de disparos de massa de mensagens contra o PT no WhatsApp. Como investigou a repórter Patrícia Campos Mello, empresas em suporte à campanha de Bolsonaro estavam à frente desses contratos - cada um chegando a R\$ 12 milhões e cobrem disparos de centenas de milhões de mensagens - prática ilegal uma vez que constitui doação de campanha por empresas, o que é proibido pela legislação eleitoral, e não declarada. Nesse sentido, é importante notar que grande parte do conteúdo produzido para disparos em massa não é produzido pela campanha de Bolsonaro, mas vem de apoiadores. Isso foi possível utilizando de números telefônicos vendidos por agências de estratégia digital ou de usuários que apoiam o então candidato, mas a legislação permite apenas o segundo: números telefônicos cedidos voluntariamente (Mello, 2018).

O WhatsApp como instrumento disseminador de *fake news* e outras desinformações possui duas principais desvantagens em termos de *accountability*: 1. é virtualmente impossível detectar a origem de uma mensagem ou determinado conteúdo pois são criptografados e o WhatsApp não quebra a criptografia, só é possível obter metadados como Internet Protocol (IP), seu número de identificação e a localização de um computador ligado à rede por ordem judicial, e mesmo assim a plataforma já negou o acesso a essas informações ao alegar compromisso com a privacidade do usuário. Isso significa que não se pode saber com certeza quem mandou o quê para quem; 2. devido à prática do *astroturfing* - a disseminação de conteúdo recorrendo à terceiros, como robôs, números de telefone estrangeiros, entidades ou pessoas sem relação (direta ou indireta) com a campanha, sites políticos, etc - é relativamente fácil camuflar as identidades dos autores originais. É assim que o *microtargeting* político se torna mais eficiente e seguro para os que o praticam. Ao mesmo tempo, dispendo de dezenas

de números para administrar grupos ou participar deles, e ao fazer uso de códigos de área de outros países, conseguem escapar dos filtros de spam e outras limitações impostas pelo WhatsApp no Brasil, as quais se adequam também a legislação brasileira - por exemplo o número de participantes por grupo e a quantidade de mensagens por repasse automático - (Mello, 2018; 2020).

Por outro lado, o WhatsApp oferece um ambiente propício para a disseminação de informações (falsas, desinformação, ou de qualquer outro tipo) não somente pela sua arquitetura e seu modelo de funcionamento, mas, ainda, por dois outros motivos: a facilidade em se alcançar a informação (que chega diretamente ao indivíduo, e, microdirecionada de acordo com suas particularidades) e o fato de que é disseminada também por meio de contatos legítimos (como grupos de amigos, de família ou conversas particulares entre dois indivíduos). Uma pesquisa do Datafolha de outubro de 2018 registrou que 46% das pessoas se informaram sobre política e eleições pelo WhatsApp, sendo o mesmo número válido para o Facebook. Desses usuários do WhatsApp, 47% confiavam muito ou pouco nas informações que recebiam. Esse número sobe para 52% entre eleitores de Bolsonaro. Ainda, a Ipsos Mori - empresa especialista em pesquisa de mercado e opinião pública - realizou uma pesquisa com 19 mil indivíduos em 27 países, em 2018. Os resultados apontam que o Brasil tem os mais altos índices de indivíduos que acreditaram em informações que depois descobriram ser falsas, sendo 62% dos entrevistados. Para além da predisposição em acreditar no conteúdo que recebem por mensagens, 73% dos indivíduos acreditavam perceber inverdades em reportagens divulgadas pela mídia tradicional, o que indica a tendência a acreditar no que é recebido em ferramentas como o WhatsApp e/ou por família e amigos do que no que é noticiado por fontes consideradas seguras (Mello, 2020).

Desse modo, faz sentido que, de acordo com o instituto de pesquisa Idea Big Data com informações de 2019, 43% dos brasileiros acreditam no conteúdo enviado por amigos em redes sociais e 52% confiam no que lhes é enviado por familiares. O senso de identificação para com a fonte das notícias ajuda no aumento da confiança em seu conteúdo, ainda que não seja primordial para tanto, como é possível inferir pelas estatísticas apresentadas anteriormente. É possível supor a partir disso que, o que de fato mais influência na credibilidade aparente de uma informação é a afinidade para com o que o indivíduo está predisposto acreditar, ou seja, seu perfil psicométrico. O que é interessante de se observar referente às reações provenientes da exposição da metodologia que forma todas essas táticas

persuasivas - ou manipulativas/moduladoras - é o rechaço quase que imediato mediante a descoberta. Como foi o caso de Patrícia Campos Mello, a jornalista que fez a exposição da interferência do empresariado na campanha de Bolsonaro, que foi perseguida, ameaçada e execrada de tal modo que passou a temer pela segurança dos próprios filhos. A culpa recai sobre a informante, não sobre os mandantes.

Como a professora Letícia Cesarino (2019b) observa através de sua pesquisa - ativamente acompanhando grupos de WhatsApp bolsonaristas) - a *network* dos apoiadores de Bolsonaro online funciona numa gigante bolha ancorada em grupos de WhatsApp separada da esfera pública *mainstream* por normas explícitas: “nenhum conteúdo “comunista” será permitido e todos os esquerdistas “disfarçados” serão banidos”. Isso basicamente significava: “praticamente qualquer pessoa que não fizesse parte do campo bolsonarista (embora sempre houvesse uma ameaça potencial de inimigos ‘internos’)”. A agressão contra esse grupo-alvo se encontra concentrado ao redor de políticos, artistas, mídias tradicionais, e acadêmicos expert *mainstream*, pessoas que pudessem oferecer uma perspectiva alternativa da de seu líder através de argumentações convincentes. É interessante notar então que, ao invés de debates candidatos, propostas e *backgrounds* políticos, a maneira de comunicação política dos bolsonaristas se concentra no encaminhando conteúdos digitais de diversos tipos: textos curtos e longos, áudios, vídeos, memes, links para sites de direita, de ‘novas mídias’ e até livros em PDF. Como reportou Mello (2018) a estimativa à época de grupos de WhatsApp anti-PT eram vagas, - de 20 mil a 300 mil -, uma vez que é impossível incluir nos cálculos grupos fechados.

Desse modo, Cesarino (2019a) argumenta que a perspectiva cibernética é particularmente relevante pois opera com noções de “comando e controle” que se interrelacionam com as noções autonomia e manipulação. A modulação infligida aos que apoiam Bolsonaro não é conscientemente percebida, e mesmo quando apontada por terceiros ou questionada por narrativas outras, esses apoiadores não se veem como vítimas de manipulação ou se entendem como ingênuos. A bolha digital e o modo como a linguagem é estruturada demonstra a subordinação dos posicionamentos individuais quanto a padrões discursivos e repetitivos que seguem determinadas narrativas, enquanto operam ainda no eixo “social” de uma política que é praticada no eixo da diferença como antagônica a outros grupos (nomeadamente “a esquerda” ou “petistas” ou ainda “anticomunistas, como o visto

anteriormente) como no da equivalência (significando o cuidado com os membros do próprio grupo e a repetitiva recusa de quebrar com esse coletivismo às avessas).

### **Conclusões preliminares**

Através de tudo o que foi discutido neste capítulo é possível identificar semelhanças entre os casos referentes, especificamente, às narrativas e narrativizações, bem como a linguagem do Brexit e do bolsonarismo. A primeira semelhança, a mais essencial, é sem dúvidas a construção de um inimigo a combater como elemento central das narrativas exibidas: no caso do Brexit, na transformação da União Europeia em uma instituição que está arruinando as qualidades britânicas e que é desnecessária diante da grandeza da Grã Bretanha; e no caso Bolsonaro na vilanização do Partido dos Trabalhadores - em particular, seus maiores representantes: Lula e Dilma, mas não somente - em figuras corruptas cuja malícia está para destruir o Brasil. É o discurso - relativamente comum - da ameaça a ser combatida a partir da escolha certa pelo povo. Esse discurso estabelece uma distinção duradoura entre o Nós e o Eles, que envolve uma alteração identitária do lado oposto (o Eles) com base em diferenças históricas, morais e ideológicas que são (supostamente) intransponíveis. Desse modo, um ponto central em ambos os discursos é a estratégia de aproximação (apresentar um Eles distante cada vez mais ameaçador para o receptor da mensagem, o Nós) e daí a proposição de neutralização do impacto crescente das entidades negativas, antagônicas, estrangeiras (Cap, 2019).

Esse tipo de estratégia discursiva não é nova, tem sido estudada a fundo desde o 11 de setembro e remete a discursos de construção de crise e retórica de guerra. Como uma operação de interpretação forçada que objetiva evocar a aproximação com a ameaça externa, essa tática ainda subentende a legitimação de meios preventivos, ou seja, medidas para exterminar a ameaça. Visto que os Outros não são apenas entidades abstratas, mas possuem potencial real de materializar e impactar o Nós. Por isso, é interessante observar que além do inimigo central, em ambos os casos há também um subconjunto de inimigos correlacionados a ele: no caso do Brexit, os imigrantes e estrangeiros; e no caso do bolsonarismo, os militantes e minorias (identitárias ou políticas). Para o Brexit, o discurso constroi consequências de longo termo associadas a imigração e a superpopulação do Reino Unido, que é então conceitualizado em termos sócio-ideológicos de larga escala como ameaças à soberania e a identidade nacional. Para o bolsonarismo, o discurso constroi uma estrutura de

redução de complexidade que reduz qualquer que seja o entorno das narrativas bolsonaristas aos seus próprios termos, o que é conceitualizado em termos sócio-ideológicos de larga escala como ameaças à família, tradição e à pátria (Cap, 2019; Cesarino 2019a).

Para além da proximidade coercitiva e baseada no medo (discutida acima), existe também um subtipo que é positivo, envolvendo entidades e valores, bem como atitudes e comportamentos históricos louváveis como motivação para a atuação diante certo problema, essa estratégia também está presente em ambos os casos. No caso do Brexit, o próprio discurso do excepcionalismo britânico, bem como o euroceticismo, foram intensificados pela narrativização do passado britânico de “grandeza” (militar, econômica, político-cultural) e por seus valores democráticos centenários. No caso brasileiro, Bolsonaro (e seus apoiadores) narrativiza seu passado como militar como prova de sua honestidade e comprometimento com o Brasil, aproveitando do momento histórico em que os sistemas de justiça - que incluíram as polícias, e, por extensão, outras forças de manutenção da ordem, como o exército - se encontram particularmente bem quistas pela população devido aos escândalos de corrupção na política exacerbados na mídia à época.

Outra similaridade na narrativização do passado dos dois casos se encontra, especificamente, no estabelecimento de relações causais com o passado, por exemplo, ao se utilizar se alusões a figuras famosas e controversas como Churchill, no caso britânico, e Ustra, no caso brasileiro. Relacionado a construção da figura do inimigo, essas relações são também construídas baseadas na alteração da interpretação do passado, no caso do Brexit em como a mudança para os preceitos da atual União Europeia foram maléficos para os ideais britânicos, e no caso de Bolsonaro ao apontar como o passado insurgente de Lula e Dilma são um reflexo da crise brasileira, e seu caráter e moral, em comparação com o passado “correto” do então candidato. Ambas essas estratégias servem para a legitimação de outros discursos que sustentam as narrativas principais. Por exemplo, utilizam da liberdade como equivalente ao livre mercado e/ou aos valores neoliberais; e tentam resgatar um discurso de auto-determinação ou independência - no caso brasileiro, simplificado para um tipo de patriotismo às avessas - que seria essencial para a sobrevivência do Estado.

Relacionado a isso, as narrativizações do passado possibilitam, em ambos os casos, narrativas que aludem vagamente a um trauma do passado - um grande erro que deve ser corrigido - o qual necessariamente precisa ser resolvido naquele período em específico,

incutindo um real senso de urgência apelativo nos eleitores em potencial. No caso britânico, estaria relacionado ao próprio fato de ter se tornando membro da União Europeia, e depois se deixado corroer pelas políticas da instituição; no caso brasileiro, teria sido o período petista, que acabou por corromper a política do país e estabelecer a impunidade como lei. Similarmente, ambos os casos fazem uso recorrente da moralidade como fundamento para os discursos, e, ainda, para as argumentações ligadas às críticas quanto a esses discursos. No caso britânico, está geralmente associado à honestidade e caráter dos oficiais da União Europeia, e/ou das próprias intenções da instituição e de seus países-membros, os quais são repetidamente colocados à prova através de uma narrativa que incentiva a desconfiança e a indignação na população. No caso brasileiro, está ligado à falta de honestidade, transparência e caráter dos políticos petistas, os quais são repetidamente difamados de maneiras cada vez mais absurdas através de narrativas que visam causar choque e revolta no povo.

Nesse sentido, a utilização da moralidade como estratégia discursiva significa objetivos semelhantes: chamar a atenção do público através dos afetos para que os indivíduos-alvo se sintam cada vez mais compelidos a acreditar nas narrativas e se importar com os resultados dos respectivos processos democráticos. Interessantemente, isto é feito também de maneira similar em ambos os casos: através de *fake news*, desinformação e descontextualização dos fatos. O método empregado também é parecido: a partir do uso do ciberespaço, da internet, de redes sociais como o Facebook (ou também plataformas de comunicação do mesmo grupo, como o WhatsApp) que permitem táticas como o *microtargetting*, *firehosing*, *astroturfing*, as quais todas dependem de perfis psicográficos e assim da apropriação das informações dos eleitores a partir do processo de datificação. A internet passou a mudar a relação das pessoas com a política, e aqueles que perceberam a importância desse fato prematuramente, acabaram por possuir grande vantagem sobre o adversário.

Ainda relacionado ao meio digital, um detalhe relevante que os casos têm em comum inclui a perseguição de jornalistas diante da exposição dos atos ilegais praticados pelas partes envolvidas. Ambas as jornalistas, a britânica Carole Cadwalladr e a brasileira Patrícia Campos Mello, foram atacadas online por meio de memes, ameaças e zombarias após publicarem suas respectivas reportagens envolvendo as estratégias de modulação utilizadas no plebiscito de 2016 e nas eleições de 2018, respectivamente. É interessante apontar que, ambas utilizaram do mesmo método para iniciar suas investigações: “siga o dinheiro”, ou a apuração das transações financeiras a fim de encontrar um fio condutor que conseguisse

explicar o fenômeno que averiguaram. Esse método é comum no jornalismo, mas não deixa de mostrar que, no final das contas, quem de fato financia esse tipo de manipulação são os grupos com poder aquisitivo condizente. Por outro lado, a misoginia expressa pela linguagem que as difamou e ofendeu é semelhante, embora o caso de Mello tenha sido hediondo, uma vez que a repórter chegou a temer por sua vida e a vida de seus familiares.

Por fim, os casos se assemelham por utilizarem da identidade como fator persuasivo para a construção de suas respectivas narrativas, embora isso aconteça de forma inversa entre ambos os casos. No caso do Brexit, os discursos construídos exploram elementos da identidade nacional previamente estabelecidos, como o excepcionalismo britânico e a tendência ao isolacionismo - em contraposição com o coletivismo do discurso da União Europeia - que sempre fizeram parte do ideário da sociedade britânica. O bolsonarismo, por outro lado, oferece uma nova identidade coletiva (e possivelmente internalizada a ponto de se tornar uma identidade narrativa individual) a partir da criação do conservador de direita e da doutrinação no que são as características dessa identidade, bem como o que são as características de seus oponentes. Ao contrário do caso britânico, onde se busca fomentar a união de indivíduos previamente desinteressados através dos fatores comuns que fazem os britânicos quem supostamente são, o caso Bolsonaro faz uso do sentimento de união proveniente da conjuntura política que deu espaço ao antipetismo e ao movimento anti-corrupção para atrair os indivíduos a reconhecer a si mesmos nesta nova identidade oferecida.

## CONCLUSÃO

Essa pesquisa objetivou responder ao seguinte questionamento: como o regime de informação, no mundo neoliberal, afeta processos democrático-eleitorais? E, como foi hipotetizado, os resultados de ambos os processos democráticos - o referendo do Brexit a favor da saída e as eleições de 2018 no Brasil com a vitória de Bolsonaro - aconteceram em decorrência do uso da psicopolítica e da instrumentalização de técnicas psicométricas, como por exemplo para o direcionamento de conteúdo e da disseminação de notícias falsas em massa. Embora esse processo esteja mais explícito no caso do Reino Unido - em razão não somente por estar centrado na figura da Cambridge Analytica como também pelo fato de ter três *whistleblowers* que expuseram o caso com minúcia, e, ainda, devido à investigação implementada pelas autoridades do parlamento da Grã Bretanha -, o caso Bolsonaro também apresenta métodos similares de modulação. Graças aos estudos de pesquisadores e analistas, é possível obter uma visão parcial do fenômeno através da vivência dos próprios bolsonaristas em suas bolhas de convivência online.

É interessante observar que, cada processo foi adaptado para o modo que melhor se adequou ao público alvo em questão, devido a suas respectivas particularidades e especificidades. O caso britânico esteve atrelado quase que somente ao Facebook pois, à época, era a rede social mais popular entre os cidadãos britânicos; enquanto no caso brasileiro notabiliza-se proeminentemente o WhatsApp devido ao uso em massa do aplicativo no Brasil, embora incluía o Facebook, YouTube e, em menor escala, o Twitter como plataformas complementares (por assim dizer) à estratégia de marketing bolsonarista. É possível perceber que, os contextos de cada caso influenciaram ainda no modo como ocorreram. O destaque neste ponto está no caso Bolsonaro que, devido à Lava Jato e aos escândalos de corrupção reiteradamente reproduzidos pela mídia tradicional, conseguiu obter vantagem sobre seus adversários políticos sem necessariamente precisar fazer mais do que jogar em favor da narrativa anti-corrupção, a qual já estava em vigor de qualquer modo.

Nesse sentido, ao invés de persistentemente incitar o sentimento de repulsa ao Outro, como foi o caso Brexit que recorreu à parcela neutra da população britânica para conseguir uma maioria de votos - quando inicialmente a vitória para a permanência era praticamente garantido -, Bolsonaro tinha o necessário para focar majoritariamente em expandir o reconhecimento de sua candidatura, e, assim, reafirmar sua campanha como relevante.

Levando isso em consideração, a instrumentalização da narrativa antipetista a seu favor foi feita de forma quase que orgânica: era natural que a campanha fosse fundamentada no sentimento já inflamado de aversão a tudo o que o PT representava, politicamente e ideologicamente. Em adição a isso, é possível perceber semelhanças nas estratégias discursivas (por exemplo, a criação de um subconjunto de Outros que se torna inimigo a enfrentar) e padrões narrativos repetitivos (por exemplo, o uso de uma identidade comum e o apelo à liberdade como sinônimo do livre mercado). Do mesmo modo, é possível observar a crescente radicalização do discurso em ambos os casos, o que eventualmente se transmutou para o discurso de ódio que desencadeou tensão, hostilidade e agressividade entre os lados.

Assim, a intensa guerra de narrativas que logrou no vitorioso dos respectivos casos claramente se utilizou dos afetos dos eleitores para a obtenção de votos. Notadamente, tanto a saída da União Europeia quanto a nomeação de Bolsonaro como presidente do Brasil beneficiou uma classe em específico: a extrema direita. Embora a direita, e o que alguns reconheçam como direita conservadora, também tenham sido favorecidas pelos resultados, a extrema direita ascendeu novamente no cenário político internacional depois de décadas estagnada, quase que dormente. Isso é refletido não somente nos casos em análise, mas em diversos outros ao redor do mundo, incluindo no hegemon, os Estados Unidos. De fato, a eleição de Trump teve semelhanças marcantes tanto com o caso Bolsonaro quanto com o caso Brexit. Nesse sentido, é interessante notar que sofreu da interferência direta da Cambridge Analytica, que foi contratada pela equipe de campanha de Trump. Outro grande beneficiário foi, sem dúvidas, o próprio neoliberalismo.

Talvez essa inferência seja o que melhor sustente a necessidade de estabelecer as causas conjuntas que devem ser analisadas de modo holístico (contemplando a sociedade internacional como uma sociedade de indivíduos) como o modo mais apropriado para apontar que, não são incidentes isolados, mas, decorrências do modo como o neoliberalismo em aliança com o regime de informação tem reestruturado a sociedade e o indivíduo. A racionalidade neoliberal pode ser observada não somente através do discurso - como no caso Bolsonaro, onde é possível observar elementos dessa racionalidade em aspectos diferentes da linguagem utilizada - mas ainda do contexto de austeridade econômica que sustentou narrativas presentes em ambos os casos. No caso britânico, o declínio da economia do Reino Unido foi apontado como uma das causas principais pelas quais os eleitores deveriam optar

pela saída da União Europeia: a UE era acusada de ser um entrave para as políticas neoliberais de livre mercado que supostamente reergueriam as finanças do país novamente.

De modo similar, era acusada de ser a causa do declínio das políticas públicas como o Serviço Nacional de Saúde, do qual os britânicos tanto se orgulham. Na mesma linha, foi apontada como a causa da “superlotação” da Grã Bretanha devido à política imigratória, e, frequentemente essa narrativa era implicitamente - e às vezes explicitamente - ligada à crise imobiliária do país (onde os alugueis são exorbitantemente caros e os jovens não conseguiam obter seu próprio imóvel quitado devido a inflação dos preços). No caso brasileiro, as políticas “esquerdistas”/“comunistas” do Partido dos Trabalhadores foi aos poucos sendo depreciada pelo discurso neoliberal da direita conservadora, e, graças à narrativa que igualou o PT à corrupção, implicitamente também tornou suas políticas públicas como algo corrompido a ser evitado e eliminado. É possível perceber como em ambos os casos, os valores sendo depreciados são valores da esquerda-democrata-pluralista.

A União Europeia claramente promove valores democrático-pluralistas considerando o incentivo ao desenvolvimento conjunto e de livre circulação de pessoas; enquanto que o Partido dos Trabalhadores desenvolveu amplamente políticas públicas que favorecessem minorias, as classes trabalhadoras e os pobres. O discurso do Estado de bem estar social está presente em ambos, ainda que de diferentes modos. Não parece coincidência que a transição de filosofia política tenha sido tão bruscamente a favor do conservadorismo econômico neoliberal em ambos os casos (e em vários outros casos análogos), afinal, Dardot, Guéguen, et al. (2021) apontaram que a governamentalidade neoliberal pode recorrer a formas constitucionais e a formas de repressão estatal diretas de acordo com a ideia de necessidade de manutenção da ordem econômica concorrencial. Para além disso, o extremismo do discurso político que flerta com a ditadura parece confirmar que, não há escapatória do neoliberalismo, a democracia pode ser subvertida tão facilmente quanto lhe convier.

O fato de que foi feita de forma legal, dentro dos moldes eleitoral-democráticos, se aproveitando das fraquezas do sistema, das próprias vulnerabilidades do ser humano e sua psique e das novas tecnologias, não significa que não possa ser feita a partir de um golpe de Estado, ou da tomada do poder pelos militares. De fato, há muitos que classificam a deposição da presidente Dilma Rousseff como tal (um golpe de Estado). O vice-presidente Temer implementou políticas mais austeras que contentaram “o mercado” o suficiente para

que continuasse até o final do mandato, pelo menos é isso o que parece, considerando a posição do ex-presidente. Como consequência, houve a reutilização do discurso conservador neoliberal sob nova roupagem, para atrair as gerações mais jovens à doutrina neoliberal. Abordar essa transformação a partir de uma perspectiva cibernética sugere que esses fenômenos compartilham de uma mesma estrutura, sentido e consequências que talvez permita reconhecê-los como o mesmo fenômeno a nível internacional.

Como Cesarino (2019a, p.551) coloca: “essa estrutura comum parece estar fundamentalmente calcada no que poderíamos chamar de arquitetura digital do neoliberalismo, ou estrutura neoliberal das mídias digitais”. Desse modo, não faz sentido afirmar que a internet e/ou o meio digital é neutro, ele reflete as estruturas de poder do mundo real, e, para além disso, oferece novas maneiras de se exercer a governamentalidade e de se difundir a racionalidade neoliberal. Por fim, um facilitador para que essa estrutura tenha se fortalecido parece estar conectada ao modo como o neoliberalismo opera: adoecendo as mentes através da maneira como constroi o indivíduo empreendedor de si e em seguida vendendo a solução, não somente a solidificada em formato de pílulas, mas ainda em formato de conteúdo consumível, que vai desde do *coaching* até os filmes Hollywoodianos.

Em síntese, a hipótese inicialmente disposta parece se confirmar. A hipótese central que moveu esta pesquisa é de que o regime da informação afeta os processos democráticos através do uso da psicopolítica e da instrumentalização de técnicas psicométricas, como por exemplo para o direcionamento de conteúdo, seleção dos tópicos de debate político e sociais (*agenda setting*), e disseminação de notícias falsas em massa. Logo, foi constatado que os construtos da “arquitetura digital do neoliberalismo” instrumentalizam as técnicas psicométricas como meio de categorização dos indivíduos; e, assim, o processo de disseminação de notícias falsas em massa e de desinformação, através da persistência do *firehosing*, passaram a ser práticas legitimadas: normalizadas pela abrangência e precisão do microdirecionamento. Por outro lado, a banalização dessa realidade está diretamente relacionada à falta de leis e normatizações para controlar a ocorrência corriqueira da modulação digital; extinguir, ou mesmo dificultar sua continuidade parece estar longe de acontecer. Destarte, conduz a distorção do processo democrático eleitoral, e pode ainda resultar na manipulação do eleitorado para cumprir resultados pré-determinados por aqueles com poder aquisitivo suficiente para fazê-lo.

Por tudo anteriormente considerado, observa-se a necessidade de ressaltar o mérito deste tipo de pesquisa para a área de Relações Internacionais. Esse trabalho se encontra justificado no levantamento de novos aportes teóricos relevantes para uma interpretação complexificada de temas e problemas que se encontram não respondidos - ou respondidos insuficientemente - pelo estado da arte no campo de Relações Internacionais, tanto como teoria assim como área (ou objeto) de pesquisa. Nesse sentido, buscou-se também reunir novos meios de análise a partir da inclusão de tópicos não-tradicionais, procurando incluir conteúdo de outras áreas do conhecimento que acrescentassem *insight* aos fenômenos cada vez mais heterogêneos do nosso cenário internacional atual. A partir de uma leitura holística, mas também focada no indivíduo (como o formador da sociedade), a interdisciplinaridade se encontra apresentada, portanto, como elemento chave para a compreensão das mudanças político-sociais, ao permitir que a análise se amplifique para incluir o processo de formação da subjetivação como parte do contexto em que as novas mídias se estabelecem, se reproduzem e retroalimentem a racionalidade neoliberal a partir de sua própria lógica de funcionamento.

Com isso, intenta-se apontar que as mudanças do cenário internacional como o conhecíamos (especificamente a chamada “guinada à direita”) não podem ser percebidos como processos isolados; e, ainda, que entender o(s) comportamento(s) do(s) Estado(s) depende da compreensão da razão de Estado (respectivamente), que, por sua vez, deve ser compreendido a partir da racionalidade vigente, a qual sustentará a avaliação crítica a respeito do comportamento social dos indivíduos. Nos Estados democráticos, a importância dos processos eleitorais para a formação das políticas de governo, e, portanto, para a definição das relações exteriores de cada país é inquestionável. Sendo assim, para entender rompimentos repentinos na ordem da sociedade internacional deve-se entender a sociedade internacional como uma sociedade de indivíduos. Em outras palavras, a ordem internacional e as relações que dela provém podem ser vistas como diretamente correlacionadas com a preservação da racionalidade neoliberal, que define a razão de Estado. No entanto, deve-se considerar também que, numa sociedade internacional dependente de aparelhos digitais e da internet, esses aspectos passaram a ser (também) decisivos para os processos políticos que têm reformulado os Estados e suas relações com os demais, justamente por passarem a engendrar as relações entre indivíduos (humanas), bem como ao se construir como uma arquitetura que reflete o neoliberalismo em todos os seus âmbitos.

Logo, observa-se que este trabalho apresenta não apenas novos aportes teóricos interpretativos, mas ainda uma nova maneira de compreender a ordem internacional ao integrar o que vinha sendo negligenciado por boa parte da literatura considerada como *mainstream* na área de Relações Internacionais aos novos olhares sobre a política e o poder a nível internacional. Ainda que demasiadamente incipiente para ser considerado teoria, as conclusões aqui apresentadas introduzem um renovado debate sobre o que se percebe como Relações Internacionais e os paradigmas que sustentam essa área de pesquisa. Para além dos interesses próprios ou da busca do bem comum, percebe-se a presença de características partilhadas as quais são concebidas e sustentadas por uma racionalidade universal. O neoliberalismo se apresenta ainda sobre pretensões democráticas, cujas instituições internacionais propagam suas idealizações, ditando a maneira como essas relações (entre Estados) se dão e por quais parâmetros devem ser avaliadas. Ou seja, as RI, como ciência e parte da Academia, se encontram inseridas nesta racionalidade e têm até então sido majoritariamente pensadas através de tais parâmetros pré-estabelecidos. Nesse sentido, a proposição final aqui estendida é a reflexão quanto ao futuro das Relações Internacionais, e qual o caminho pela qual iremos construí-la.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA EINSTEIN. Brasil apresenta os piores índices de depressão da América Latina. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, MG, out. 2022. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/saude-e-bem-viver/2023/10/04/interna\\_bem\\_viver,1571472/brasil-apresenta-os-piores-indices-de-depressao-da-america-latina.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/saude-e-bem-viver/2023/10/04/interna_bem_viver,1571472/brasil-apresenta-os-piores-indices-de-depressao-da-america-latina.shtml). Acesso em: 01 fev. 2024.

ALBINO, Chiara; OLIVEIRA, Jainara. O governo neoliberal das vidas precárias. In: ALBINO, Chiara; OLIVEIRA, Jainara; MELO, Mariana (org.). **Neoliberalismo, neoconservadorismo, e crise em tempos sombrios**. Recife, PE: Seriguela, 2021. p. 245-272. (Coleção Mandacaru).

Antidepressants Global Market Report 2024. **The Business Research Company**. Jan. 2024. Disponível em: <https://www.thebusinessresearchcompany.com/report/antidepressant-global-market-report>. Acesso: 12/02/2024.

ARENDDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**: antisemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo, SP: Companhia de Bolso, 2013. 832 p. Tradução de: Roberto Raposo.

ASSIS, G. L. de; CRUZ, M. S. da. Desconstruindo a História: Hayden White e a escrita da narrativa. **Revista Mosaico - Revista de História**, Goiânia, Goiás, v. 3, n. 1, p. 111-118, 2012. DOI: 10.18224/mos.v3i1.1837.

AYRES PINTO, Danielle Jacon e MORAES, Isabela. 2020. As mídias digitais como ferramentas de manipulação de processos eleitorais democráticos: uma análise do caso Brexit. **Revista de Estudos Sociais**, Bogotá, CO, vol. 74 n. 1: p. 71-82. <https://doi.org/10.7440/res74.2020.06>

AZEVEDO Jr., Aryovaldo de C.; LOURENÇO, Ramon F. Lideranças populistas, firehosing e a dinâmica algorítmica: um estudo dos posicionamentos de Jair Bolsonaro. **Más Poder Local**, (54), 96-123, 2023. DOI: 10.56151/maspoderlocal.150.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A desordem mundial**: o espectro da total dominação: guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BARRY, Ellen. Long Before Cambridge Analytica, a belief in the ‘power of the subliminal’. **The New York Times**. New York, USA. 20 abr. 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/04/20/world/europe/oakes-scl-cambridge-analytica-trump.html>. Acesso em: 20 fev. 2024.

BEDOYA-Hernández M, CASTRILLÓN-Aldana A. Psicociencias y gobierno de la subjetividad. **Iatreia**. 2018 Jan-Mar;31(1): 18-28. DOI 10.17533/udea.iatreia.v31n1a02.

BELINOT, Virginia; GOMES, Victor Leandro Chaves. **TEORIA DEMOCRÁTICA: uma breve análise. O Cosmopolítico**, Niterói, v. 6, n. 1, p. 9-23, 6 jun. 2019.

BENNETT, Samuel. Values as tools of legitimation in EU and UK, Brexit discourses. In: KOLLER, Veronika; KOPF, Susanne; MIGLBAUER, Marlene (ed.). **Discourses of Brexit**. London, UK: Routledge, 2019. Cap. 2. p. 17-31.

BERGER, P. L. **The sacred canopy: elements of a sociological theory of religion**. New York: Anchor Books, 1990.

BIGO, Didier. A Sociologia política internacional distante da grande síntese: como articular relações entre as disciplinas de Relações Internacionais, Sociologia e Teoria Política. **Contexto Internacional**, vol.35, n.1, 2013.

BLUNDELL, John. **Waging the War of Ideas**. 4. ed. Westminster, UK: Institute Of Economic Affairs, 2015. 217 p.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**: vol. 1. 11. ed. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1998. 1330 p. Tradução de Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini.

BOLSONARO, Eduardo. **Mais desunidos do que nunca**. 21 jul. 2016. Facebook: Eduardo Bolsonaro. Disponível em: <https://www.facebook.com/bolsonaro.enb/photos/a.232804790245486/546767442182551/?type=3>. Acesso em: 15 mar. 2024.

BOLSONARO, Carlos. **Bom sábado a todos!** 20 jan. 2018. Facebook: Carlos Bolsonaro. Disponível em: <https://www.facebook.com/cbolsonaro/photos/a.568834103165373/1509381195777321/?type=3>. Acesso em: 15 mar. 2024.

BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do campo religioso. In: BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007

BRICALLI, Iafet Leonardi. Os evangélicos e o dispositivo urbano neoliberal: governando as populações e os territórios urbanos periféricos. v. 2 n. 34, 2022: **Geografares** [online] edição janeiro-junho, p. 46-69. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/issue/view/1454>

BREXIT POLL TRACKER. **The Financial Times**. UK's EU Referendum: 2016. Disponível em: <https://ig.ft.com/sites/brexit-polling/>. Acesso em: 21 Mar. 2024.

BROWN, Rob. Submitting to my husband like it's 1959': Why I became a #TradWife. **BBC News**, 17 de Jan. de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/av/stories-51113371/submitting-to-my-husband-like-it-s-1959-why-i-became-a-tradwife>. Acesso em: 21/01/2024.

BUCKLEY JR., William F. **God and Man at Yale**. Washington: Regnery Publishing, 2001.

CABANAS, Edgar; ILLOUZ, Eva. **Happycracia**: fabricando cidadãos felizes. São Paulo, SP: Ubu, 2022. 288 p. Coleção Exit. Tradução de Humberto do Amaral.

CADWALLADR, Carole. Follow the data: does a legal document link brexit campaigns to us billionaire?. **The Guardian**. London, UK. 14 mai. 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/technology/2017/may/14/robert-mercet-cambridge-analytica-le-ave-eu-referendum-brexit-campaigns>. Acesso em: 20 fev. 2024.

CADWALLADR, Carole. AggregateIQ: the obscure canadian tech firm and the brexit data riddle. **The Guardian**. London, UK. 31 mar. 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/uk-news/2018/mar/31/aggregateiq-canadian-tech-brexit-data-riddle-cambridge-analytica>. Acesso em: 20 fev. 2024.

CADWALLADR, Carole; TOWNSEND, Mark. Revealed: the ties that bound Vote Leave's data firm to controversial Cambridge Analytica. **The Guardian**. London, UK. 24 mar. 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/uk-news/2018/mar/24/aggregateiq-data-firm-link-raises-leave-group-questions>. Acesso em: 20 fev. 2024.

CADWALLADR, Carole. The Vote Leave scandal, one year on: 'the whole thing was traumatic'. **The Guardian**. London, UK, mar. 2019. Disponível em: <https://www.theguardian.com/uk-news/2019/mar/17/vote-leave-scandal-one-year-on-shahmir-sanni-whistleblower-cambridge-analytica>. Acesso em: 20 fev. 2024.

CAP, Piotr. 'Britain is full to the bursting point!': immigration themes in Brexit discourse of the UK Independence Party. In: KOLLER, Veronika; KOPF, Susanne; MIGLBAUER, Marlene (ed.). **Discourses of Brexit**. London, UK: Routledge, 2019. Cap. 5. p. 69-85.

CARTHY, Sarah; SARMA, Kiran. Countering Terrorist Narratives: Assessing the Efficacy and Mechanisms of Change in Counter-narrative Strategies. **Terrorism and Political Violence**, v. 35, n.3. 2023, p. 1-25. DOI: 10.1080/09546553.2021.1962308.

CASARA, Rubens. **Contra a miséria neoliberal**: racionalidade, normatividade e imaginário. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2021.

CASTELLS, Manuel. O poder da comunicação. 2ª ed. São Paulo, SP: Editora Paz e Terra, 2017.

CASSINO, João Francisco. Modulação deleuzeana, modulação algorítmica e manipulação midiática. In: SOUZA, Joyce; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; AVELINO, Rodolfo (org.). **A sociedade do controle**: manipulação e modulação nas redes digitais. São Paulo, SP: Hedra, 2021a. p. 13-31.

CASSINO, João Francisco. O sul global e os desafios pós-coloniais no sul global. In: CASSINO, João Francisco; SOUZA, Joyce; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da (org.). **Colonialismo de dados**: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2021b. p. 13-31.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **Historia de la gubernamentalidad**: Razón de estado,

liberalismo y neoliberalismo en Michel Foucault. Siglo del Hombre Editores, Bogotá, 2010. 276 p.

CASTRO, Fernando Gastal de. Da precarização subjetiva à ditadura da forma: notas para uma psicologia crítica do trabalho. In: CASTRO, Fernando Gastal de; FERREIRA, João Batista. **Neoliberalismo, trabalho e precariedade subjetiva**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022. p. 19-39. (Transgressões: estudos sobre trabalho). Disponível em: <https://www.editorafi.org/433neoliberalismo>. Acesso em: 12 jan. 2024.

CESARINO, Leticia. Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. **Revista de Antropologia**, [s. l.], v. 3, n. 62, p. 530-557, dez. 2019a. doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2019.165232.

CESARINO, Leticia. “On digital populism in Brazil”. **Political and Legal Anthropology Review – Ethnographic Explainers**, 15 abr. 2019b. Disponível em: <https://polarjournal.org/2019/04/15/on-jair-bolsonaros-digital-populism/>. Acesso: 20/02/2024.

CESARINO, Leticia. “Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil”. **Internet & Sociedade**, v. 1, n. 1., fev. 2020.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo, SP: Unesp, 2004. 266p.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. 3. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2010. 1040 p. Tradução para o inglês Michael Howard e Peter Paret. Tradução do inglês para o português Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle. Ensaio explicativo: Peter Paret, Michael Howard e Bernard Brodie.

CHRISTIAN, Alex. É possível evitar o burnout?. 22 de Mar. 2023. **BBC Brasil**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c87vgedy160o>. Acesso em: 12/01/2024.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Vendas de medicamentos psiquiátricos disparam na pandemia. **CFF Website**. 16 Mar. 2023. Disponível em: <https://site.cff.org.br/noticia/noticias-do-cff/16/03/2023/vendas-de-medicamentos-psiquiatricos-disparam-na-pandemia>. Acesso em: 20/02/2024.

COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises A. “Data Colonialism: Rethinking Big Data’s Relation to the Contemporary Subject”. **Sage Journals**, setembro, 2018. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1527476418796632>. Acesso em: 29 jan. 2024.

CUNHA, Magali do Nascimento. A influência da ideologia neoliberal na religiosidade evangélica: o discurso do mundo “gospel”. **Caminhando**, vol. 7, n. 2 [10], p. 9-30, 2002. DOI: 10.15603/2176-3828/caminhando.v7n2p9-30.

DAHL, Robert. **Sobre a democracia**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2001. 230 p. Tradução Beatriz Sidou.

DAHL, Robert. **Poliarquia**: Participação e Oposição. São Paulo, SP: EDUSP, 2005. 240 p. Tradução Celso Mauro Paciornick.

DAHL, Robert A.; SHAPIRO, Ian; CHEIBUB, José Antonio (ed.). **The democracy sourcebook**. Massachusetts, USA: Massachusetts Institute Of Technology, 2003. 569 p.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo, SP: Boitempo, 2016. 416 p. (Coleção Estado de Sítio). Tradução de Mariana Echalar.

DARDOT, Pierre; GUÉGEN, Haud; LAVAL, Christian; SAUVÊTRE, Pierre. **A escolha da guerra civil**: uma outra história do neoliberalismo. São Paulo, SP: Elefante, 2021. 364 p. Tradução Márcio Pereira Cunha.

DAVENPORT Thomas H; BECK, John C. **The Attention Economy**: understanding the new currency of business. Cambridge: Harvard Business Press, 2002.

D'ANCONA, Matthew. **Pós-Verdade**: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. Barueri, SP: Faro Editorial, 2018. 144 p. Carlos Szlak.

DEROSA, Cristian. **Fake News**: quando os jornais fingem fazer jornalismo. Florianópolis, SC: Estudos Nacionais, 2019. 158 p.

Disinformation and 'fake news' Final Report Contents. **UK Parliament: Culture, Media, Sport Committee**. Disponível em:  
<https://publications.parliament.uk/pa/cm201719/cmselect/cmcmds/1791/179107.htm>

DUNKER, C. I. L. Questões entre a psicanálise e o DSM. **Jornal de Psicanálise**. São Paulo, v. 47, n. 87, dez, p. 79-107, 2014.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Mal-estar, sofrimento e sintoma**: uma psicopatologia do Brasil entre muros. São Paulo, SP: Boitempo, 2015. 416 p. (Coleção Estado de Sítio).

DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Reinvenção da intimidade**: políticas de sofrimento cotidiano. São Paulo, SP: Ubu, 2017. 320 p.

ELIAS, C. S. R., SILVA, L. A., MARTINS, M. T. S. L., RAMOS, N. A. P. R., SOUZA, M. G. G. & HIPÓLITO, R. L. Quando chega o fim? Uma revisão narrativa sobre a terminalidade do período escolar para alunos deficientes mentais. **SMAD: Revista Electrónica en Salud Mental, Alcohol y Drogas**, (8)1, 48-53, 2012.

EL-JAICK, Ana Paula. A discursive analysis of Jair Bolsonaro: populista and ethical (lack of) limits through language. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 59, n. 1, p. 538–560, jan. 2020. DOI: 10.1590/01031813682381620200403.

ELLIOTT, Jane. **Using Narrative in Social Research**: qualitative and quantitative approaches. London, UK: SAGE, 2005.

**EU REFERENDUM**: The Great Debate - 21st June 2016. London, UK: BBC, 2016. (119 min.), son., color. Disponível em: <https://youtu.be/30ijwPbjzns?si=WRASenUCA0XIOXya>. Acesso em: 12 fev. 2024.

EU Referendum Poll Tracker. **BBC**: Brexit, Jun. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-politics-eu-referendum-36271589>. Acesso em: 20 de Mar. 2024.

FIORI, José Luis. Epílogo - Ética cultural e guerra infinita. In: FIORI, José Luis (Org.). **Sobre a guerra**. Petrópolis: Vozes, 2018.(p.397-404).

FISHER, Stephen; SHORROCKS, Rosalind. Final combined EU Referendum forecast. **Elections etc**, Jun. 2016. Disponível em: <https://electionsetc.com/2016/06/23/final-combined-eu-referendum-forecast/>. Acesso em: 18 de Mar. 2024.

FORTUNE BUSINESS INSIGHTS. **Antipsychotics Drugs Market Research Report 2023**. Ago, 2023. Disponível em: <https://www.fortunebusinessinsights.com/industry-reports/antipsychotic-drugs-market-101390>. Acesso em: 23/02/2024.

FOUCAULT, Michel. **The Order of Things: An Archaeology of the Human Sciences**. New York, USA: Pantheon, 1971.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). 1. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1999. 386 p. Coleção: Tópicos. Tradução de Maria Ermantina Galvão.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**: Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo, SP: Edições 70, 2008. 452 p. Tradução de Eduardo Brandão.

FONSECA, N. & SÁNCHEZ-RIVERO. M. Revisões sistemáticas da literatura: Uma súmula para as ciências sociais. **Dos Algarves: A Multidisciplinary e-Journal**, 35, 73-82, 2019. doi: 10.18089/DAMeJ.2019.35.5

GADDIS, John Lewis. **Paisagens da História**: como os historiadores mapeiam o passado. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GANZ, Marshall L. **What Is Public Narrative: Self, Us & Now** (Public Narrative Worksheet). Working Paper. Harvard University, 2009. Disponível em: <http://nrs.harvard.edu/urn-3:HUL.InstRepos:30760283>. Acesso em: 12 de fev. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2019. 248 p.

GLENCROSS, Andrew. **Why the UK Voted for Brexit**: David Cameron's Great Miscalculation. London, UK: Palgrave Pivot, 2016 (Palgrave Studies in European Union Politics).

GRACINO JUNIOR, Paulo.; GOULART, Mayra.; FRIAS, Paula.. “Os humilhados serão exaltados”: ressentimento e adesão evangélica ao bolsonarismo. **Cadernos Metrópole**, v. 23, n. 51, p. 547–580, mai. 2021. DOI: 10.1590/2236-9996.2021-5105.

GRAHAM-HARRISON, Emma. Vote Leave broke electoral law and British democracy is shaken. **The Guardian**. London, jul. 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2018/jul/17/vote-leave-broke-electoral-law-and-british-democracy-is-shaken>. Acesso em: 19 fev. 2024.

GRUNEWALD, Tim. Superhero Films after 9/11: Mitigating Collateral Damage in the Marvel Cinematic Universe. In: LADERMAN, Scott; GRUNEWALD, Tim (ed.). **Imperial Benevolence: U.S. Foreign Policy and American Popular Culture Since 9/11**. Okland, CA, USA: University of California Press, 2018. p. 141-167.

GOVERNO faz denúncia ao MP de adesivo com ofensa a Dilma. **Terra**, 2 jul. 2015.

Disponível em:

<<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/governo-denuncia-adesivo-com-ofensa-sexual-a-dilma,33f5fa7ff225c4a3d42f654bee769de9sgleRCRD.html>>. Acesso em: 10 de Mar. 2024.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. 136 p. Tradução de Enio Paulo Giachini.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. 7. ed. Belo Horizonte, MG: Áyiné, 2020. 124 p. Tradução de Maurício Liesen.

HAN, Byung-Chul. **Infocracia**: digitalização e a crise da democracia. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022. 112 p. Tradução de Gabriel S. Philipson.

HAN, Clara. Depths of the Present: State Violence and the Neoliberal State. **E-misférica** 7.2 After Truth: Justice, Memory, and Related Aftermaths. 2010. Disponível em: <https://hemisphericinstitute.org/pt/emisferica-72/7-2-dossier/depths-of-the-present-state-violence-and-the-neoliberal-state.html>. Acesso em: 10 de Mai. de 2023.

HARDISTER, Mia. **Hollywood and The Pentagon**: U.S military funding of popular cinema in the pos 9/11 era. 2023. 57 f. Tese (Doutorado) - Curso de Cinema Studies, Department Of Cinema Studies, University of Oregon, Oregon, USA, 2023. Disponível em: <https://scholarsbank.uoregon.edu/xmlui/handle/1794/28940>. Acesso em: 07 fev. 2024.

HELLERMAN, Jason. How Big Is the Military's Involvement with Movies Like 'Top Gun' and 'Captain Marvel'? **Nofilmschool**. USA, jun. 2022. Disponível em: <https://nofilmschool.com/military-in-movies>. Acesso em: 07 fev. 2024.

HINCHMAN, Lewis P.; HINCHMAN, Sandra. Introduction. IN: L. P. Hinchman, & S. K. Hinchman (Eds.), **Memory, identity, community**: The idea of narrative in the human sciences. New York, USA: State University of New York Press, 1997, p. 13-30.

INMAN, Phillip. UK businesses still 'reluctant to invest' over Brexit and interest rates. **The Guardian**. London, UK, ago. 2023. Disponível em: <https://www.theguardian.com/business/2023/oct/06/uk-businesses-still-reluctant-to-invest-over-brexit-and-interest-rates>. Acesso em: 20 fev. 2024.

JEANSONNE, Glen; LURSSSEN, David. **War on the Silver Screen: Shaping America's Perception of History**. Lincoln, NB, USA: University of Nebraska Press, 2014. 200 p.

KAISER, Brittany. **Targeted: The Cambridge Analytica Whistleblower's Inside Story of How Big Data, Trump, and Facebook Broke Democracy and How It Can Happen Again.** Harper, 2019. 400 p.

KAKUTANI Michiko. **A morte da verdade: notas sobre a mentira na era Trump.** Rio de Janeiro: Intrínseca. 2018.

KEEGAN, Rebecca. The U.S. military 's Hollywood connection. **Los Angeles Times.** Los Angeles, USA, ago. 2011. Disponível em: <https://www.latimes.com/archives/la-xpm-2011-aug-21-la-ca-military-movies-20110821-story.html>. Acesso em: 07 fev. 2024.

KELLNER, Peter. EU referendum: “remain” on course for clear victory. **Politics Counter.** London, UK. 20 mai. 2016. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20160525134344/http://politicscounter.com/?p=56>. Acesso em: 10 fev. 2024.

KIRK, Russell. **The Conservative Mind: From Burke to Santayana.** Chicago: Henry Regnery Company. 1953

KIM, Chan; MAUBORGNE, Renée. **A Estratégia do Oceano Azul: como criar novos mercados e tornar a concorrência irrelevante.** Rio de Janeiro, RJ: Campus, 2005.

KOLLER, Veronika *et al*, Marlene. Introduction: Context, history and previous research. In: KOLLER, Veronika; KOPF, Susanne; MIGLBAUER, Marlene (ed.). **Discourses of Brexit.** London, UK: Routledge, 2019. Cap. 1. p. 1-13.

KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes.** São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LADERMAN, Scott. Camouflaging Empire: Imperial Benevolence in American Popular Culture. In: LADERMAN, Scott; GRUNEWALD, Tim (ed.). **Imperial Benevolence: U.S. Foreign Policy and American Popular Culture Since 9/11.** Oakland, CA, USA: University of California Press, 2018. p. 1-24.

LAVAL, Christian. **Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal.** São Paulo, SP: Elefante, 2020. 320 p. Tradução de Márcia Pereira Cunha e Nilton Ken Ota.

LAZZARATO, Maurizio. **As revoluções do capitalismo.** Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2006.

LAZER, David M. J; *et al.*, The science of fake news: Addressing fake news requires a multidisciplinary effort. **Science.** 2018. 359, p.1094-1096. DOI:10.1126/science.aao2998.

LIMA, Miguel Ferreira; *et al.* **Gestão de marketing.** 8ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2007.

LOPES, Monalisa S.; ALBUQUERQUE, Grazielle; BEZERRA, Gabriella M. L. “2018, a batalha final”: Lava Jato e Bolsonaro em uma campanha anticorrupção e antissistema.

Dossiê: Luta contra a corrupção: estado da arte e perspectivas de análise. **Civitas**, Rev. Ciênc. Soc. 20 (3). Sep-Dec 2020. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2020.3.37248>.

LORENZINI, Daniele. Foucault, Regimes of Truth and the Making of the Subject. In: Cremonesi, Laura et. al. (eds.). **Foucault and the Making of Subjects**. London: Rowman & Littlefield, 2016, p. 63-75.

MACPHERSON, C.B. **A Democracia Liberal**: Origens e Evoluções. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores, 1978.

MALVERN, Jack. Tradwife' is there to serve. **The Times**. 25, Jan. de 2020. Disponível em: <https://www.thetimes.co.uk/article/tradwife-is-there-to-serve-h6k5rzgbd>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MARTINHAGO, Fernanda.; CAPONI, Sandra. Controvérsias sobre o uso do DSM para diagnósticos de transtornos mentais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 29, n. 2, p. e290213, 2019.

MCADAMS, Dan. P., & MCLEAN, Kate. C. Narrative Identity. **Current Directions in Psychological Science**, 2013, 22(3), 233-238. [doi.org/10.1177/09637214134756227](https://doi.org/10.1177/09637214134756227).

MCCOMBS, Maxwell; STROUD, Natalie J. Psychology of Agenda-Setting Effects. Mapping the Paths of Information Processing. **Review of Communication Research** (1), 2014, p. 68-93. [doi:10.12840/issn.2255-4165.2014.02.01.003](https://doi.org/10.12840/issn.2255-4165.2014.02.01.003).

MELLO, Patrícia Campos. Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp. **Folha de São Paulo**. São Paulo, SP. 18 out. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>. Acesso em: 08 mar. 2024.

MELLO, Patrícia Campos. **A máquina do ódio**: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2020. 296 p.

MILITÃO, Eduardo; REBELLO, Aiuri. CPI chega a principais contas de disparo irregular de WhatsApp nas eleições. **UOL**. Brasília, DF e São Paulo, SP. 16 jan. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/01/16/cpmi-fake-news-whatsapp-25-numeros-linhas-internacionais-disparo-em-massa.htm>. Acesso em: 14 ago. 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Na América Latina, Brasil é o país com maior prevalência de depressão**. Gov.br, nov. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/setembro/na-america-latina-brasil-e-o-pais-com-maior-prevalencia-de-depressao>. Acesso: 02 de Fev. 2024.

MONCRIEFF, Joanna. Neoliberalism and biopsychiatry: a marriage of convenience. In: COHEN, Carl I.; TIMIMI, Sami (ed.). **Liberatory Psychiatry**: philosophy, politics and mental health. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2009. p. 235-285. DOI: 10.1017/CBO9780511543678.

MONTESANTI, Beatriz. Além dos EUA: como a Cambridge Analytica atuava em eleições pelo mundo. **Uol**. São Paulo, SP. 24 mar. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/03/24/como-a-cambridge-analitica-atuava-para-alem-dos-eua.htm>. Acesso em: 20 fev. 2024.

MOUFFE, Chantal. **The Democratic Paradox**. New York, NW, USA: Verso Books, 2000. 192 p.

MOUFFE, Chantal. **Politics and Passions: the stakes of democracy**. London, UK: Centre For The Study Of Democracy (CSD) in the University of Westminster, 2002. 24 p.

MOURA, Athos. Hélio Negão resgata slogan. **O Globo**, jan. 2019. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/helio-negao-resgata-slogan.html>. Acesso em: 10 de Mar. de 2024.

MUNDIM, Pedro S.; VASCONCELLOS, Fábio.; OKADO, Lucas.. Social Networks and Mobile Instant Messaging Services in the Election of Jair Bolsonaro as President of Brazil in 2018 . **Dados**, v. 66, n. 2, p. e20210037, 2023.

NA PAULISTA , boneco do Lula custa R\$ 10, metade do preço do boneco de Dilma. **Estadão**, 13 Mar. 2016. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2016/03/na-paulista-boneco-do-lula-custa-r-10-metade-do-preco-do-boneco-de-dilma.html>. Acesso em: 12 de Mar. 2024.

NETFLIX. **Democracia em vertigem**. Direção de Petra Costa. Roteiro: Carol Pires, Petra Costa. Brasília: Netflix, 2020. (122 min.), Streaming, color. Disponível em: <https://www.netflix.com/title/80190535>.

NETFLIX. **Privacidade Hackeada**. Direção de Karim Amer, Jehane Noujaim. Roteiro: Karim Amer, Pedro Kos. S.I: Netflix, 2019. (110 min.), Streaming, son., color. Legendado. Disponível em: <https://www.netflix.com/title/80117542.44>.

NISBET, Robert. **Quest for Community: A Study in the Ethics of Order and Freedom**. Wilmington, Delaware: ISI Books, 2010.

NIX, Alexander. The Power of Big Data and Psychographics | 2016 Concordia Annual Summit. YouTube, 27 de set. de 2016. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=n8Dd5aVXLCc&ab\\_channel=Concordia](https://www.youtube.com/watch?v=n8Dd5aVXLCc&ab_channel=Concordia). Acesso em: 20 de fev. de 2024.

NORRIS, Sian. "Filly dresses and white supremacy: welcome to the weird, frightening world of 'trad wives'". **The Guardian**. 31 de Mai. de 2023. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2023/may/31/white-supremacy-trad-wives-far-right-feminist-politics>. Acesso em: 21 de Jan. de 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Burn-out an "occupational phenomenon": International Classification of Diseases. **WHO International**. Mai. 2019. Disponível em: <https://www.who.int/news/item/28-05-2019-burn-out-an-occupational-phenomenon-international-classification-of-diseases>. Acesso: 05 de Fev. de 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Depressive disorder (depression). **WHO International**. Mar. 2023. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/depression>. Acesso em: 04 de Fev. de 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Anxiety disorders. **WHO International**. Set. 2023. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/anxiety-disorders>. Acesso em: 04 de Fev. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Mental disorders. **WHO International**. Jun. 2022. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/mental-disorders>. Acesso em: 04 de Fev. 2024.

O'DONNELL, Guillermo. **Democracy, Agency and the State**: theory with comparative intent. Oxford, UK: Oxford University, 2010. 271 p. OXFORD STUDIES IN DEMOCRATIZATION.

OLIVEIRA, Lorena S. O conceito de governamentalidade em Michel Foucault. **Revista Ítaca**, v. 0 n. 34, p. 48 - 72, 2020.

PARISER, Eli. **The Filter Bubble**: What the Internet Is Hiding from You. London, UK: Viking/Penguin Press, 2011. 304 p.

PARTINGTON, Richard. Brexit has 'chilled' business investment, says Bank of England deputy governor. **The Guardian**. London, UK, nov. 2023a. Disponível em: <https://www.theguardian.com/business/2023/nov/21/brexit-has-chilled-business-investment-says-bank-of-england-deputy-governor>. Acesso em: 21 fev. 2024.

PARTINGTON, Richard. Jeremy Hunt blames Brexit for sparking half-decade of instability. **The Guardian**. London, UK, dez. 2023b. Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2023/dec/04/jeremy-hunt-blames-brexit-instability>. Acesso em: 22 fev. 2024.

PERIN, Caroline; TREVISOL, Marcio Giusti; ALMEIDA, Maria Pinto. Comunicação e Política: análise discursiva das narrativas construídas na eleição presidencial de 2018 no Brasil. **Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura.**, [S.l.], p. 189-211, jan. 2020. DOI: 10.5380/2238-0701.2019n19-10.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Tradução de Monique Augras. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2020. 272 p. Tradução de Berilo Vargas.

REDMOND, Pearse. "The Historical Roots of CIA-Hollywood Propaganda." **The American Journal of Economics and Sociology**, v. 76, n. 2, 2017, p. 280-310.

ROCHA, Lucas. Cerca de 15% dos trabalhadores no mundo possuem transtornos mentais, diz OMS. **CNN Brasil**. São Paulo, SP. 28 set. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/cerca-de-15-dos-trabalhadores-no-mundo-possuem-transtornos-mentais-diz-oms/>. Acesso em: 21 jan. 2024.

ROCHA, Lucas. Mais de 26% dos brasileiros têm diagnóstico de ansiedade, diz estudo. **CNN Brasil**. São Paulo, SP. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/mais-de-26-dos-brasileiros-tem-diagnostico-de-ansiedade-diz-estudo/>. Acesso em: 29 jan. 2024.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. Guerra Híbrida na América do Sul: uma definição das ações políticas veladas. **Sul Global**: v.1 n.1, 2020, p. 139-168.

ROSE, Nikolas. **Our psychiatric future: the politics of mental health**. Cambridge, UK: Polity, 2019. 258 p.

SANDEL, Michael J.. **A tirania do mérito: o que aconteceu com o bem comum?**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2020. 350 p. Tradução de Bhuvan Libanio.

SAFATLE, Vladimir. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2021. Cap. 1. p. 17-46.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro, RJ: Fundo de Cultura, 1961. 582 p.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 16. ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2015. Tradução de Marcos Santarrita.

SHAFFER, Kris. **Data versus Democracy: how big data algorithms shape opinions and alter the course of history**. Colorado, USA: Apress, 2019. 130 p.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. A hipótese do colonialismo de dados e o neoliberalismo. In: CASSINO, João Francisco; SOUZA, Joyce; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da (org.). **Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal**. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2021. p. 33-50.

SIMPSON, Jack. Brexit has cost UK food companies exporting to EU an extra £170m. **The Guardian**. London, UK, fev. 2024. Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2024/feb/21/uk-food-firms-exporting-eu-brexit-red-tape>. Acesso em: 25 fev. 2024.

SIROTA, David. How Your Taxpayer Dollars Subsidize Pro-War Movies and Block Anti-War Movies. **Huffpost**. USA, mar. 2011. Disponível em: [https://www.huffpost.com/entry/how-your-taxpayer-dollars\\_b\\_836574](https://www.huffpost.com/entry/how-your-taxpayer-dollars_b_836574). Acesso em: 07 fev. 2024.

SOUZA, Joyce; AVELINO, Rodolfo; DA SILVEIRA, Sérgio Amadeu (org.). **A sociedade de controle: Manipulação e modulação nas redes digitais**. 2. ed. São Paulo, SP: Hedra, 2021. 159 p.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. **Democracia em crise no Brasil: valores constitucionais, antagonismo político e dinâmica institucional**. Rio de Janeiro, RJ: Contracorrente, 2020. 460 p.

STEWART, Heather. British exporters call on government to ease post-Brexit trade frictions with EU. **The Guardian**. London, UK, dez. 2023. Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2023/dec/19/british-exporters-call-on-government-to-ease-post-brexit-trade-frictions-with-eu>. Acesso em: 22 fev. 2024.

SWENEY, Mark. UK admits extra £330m a year in charges for post-Brexit animal and plant imports. **The Guardian**. London, UK, out. 2023. Disponível em: <https://www.theguardian.com/business/2023/oct/01/uk-admits-extra-330m-a-year-charges-post-brexit-food-imports>. Acesso em: 21 fev. 2024.

TREZE DE MARÇO: juiz Moro, o herói dos protestos pelo país. **Veja**, 13 mar. 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/13-de-marco-juiz-moro-o-heroi-dos-protestos-pelo-pais>. Acesso em: 12 de Mar. 2024.

TRIGO, Luciano. **Guerra de Narrativas: a crise política e a luta pelo controle do imaginário**. Rio de Janeiro, RJ: Globo Livros, 2018. 276 p.

TRIGGS, Ariana; HARDWICK, Claire. More Millennial, Gen Z women are finding interest in ‘trad wife’ lifestyles. What to know. **USA Today**. 14 de Jul. de 2023. Disponível em: <https://www.usatoday.com/videos/life/2023/07/14/trad-wives-becoming-more-popular-young-women-what-know/12234770002/>. Acesso em: 20 de Jan. de 2024.

TOLEDO, Juliane Alvarez de; RODRIGUES, Marisa Cosenza. Teoria da mente em adultos: uma revisão narrativa da literatura. **Bol. - Acad. Paul. Psicol.**, São Paulo, SP v. 37, n. 92, p. 139-156, jan. 2017.

TOSTES, Ana Paula. Razões da Intolerância na Europa Integrada. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 52, n. 2, 2009, p. 335-376. DOI 10.1590/S0011-52582009000200003.

UK PARLIAMENT. **Evidence from Christopher Wylie, Cambridge Analytica whistleblower, published**. [London, UK]: Parliament, 28 mar. 2018. Committees: Digital, Culture, Media And Sport. Disponível em: <https://committees.parliament.uk/committee/378/digital-culture-media-and-sport-committee/news/103673/fake-news-evidence-wylie-correspondence-17-19/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

VIDAL, Camila Feix. **Polarização partidária e ascensão conservadora: uma análise das plataformas nacionais republicanas e democratas nos Estados Unidos (1963-2012)**. 2016. 260 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2016.

VÉLIZ, Carissa. **Privacidade é poder**: por que e como você deveria retomar o controle de seus dados. São Paulo, SP: Contracorrente, 2021. 288 p. Tradução de Samuel Oliveira.

WEAVER, Richard. **Las Ideas Tienen Consecuencias**. Madrid: Ciudadelalibros, 2008.

WEIKLE, Brandie. How Hollywood became the unofficial propaganda arm of the U.S. military. **CBC News**. Canadá, nov. 2022. Disponível em: <https://www.cbc.ca/radio/ideas/how-hollywood-became-the-unofficial-propaganda-arm-of-the-u-s-military-1.5560575>. Acesso em: 07 fev. 2024.

WENZL, Nora. ‘This is about the kind of Britain we are’: national identities as constructed in parliamentary debates about EU membership. In: KOLLER, Veronika; KOPF, Susanne; MIGLBAUER, Marlene (ed.). **Discourses of Brexit**. London, UK: Routledge, 2019. Cap. 3. p. 32-47.

WHITE, Hayden. The value of narrativity in the representation of reality. IN: **Content of the form**: narrative discourse and historical representation. Baltimore, USA: John Hopkins University Press, 1987, p. 1-25.

WHITE, Hayden. Teoria literária e escrita da história. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1991.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: Ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo, SP: Editora da USP, 1994, 320 p.

WYLIE, Christopher. **Mindfuck**: inside cambridge analytica’s plot to break the world. New York, NW, USA: Random House, 2019. 288 p.